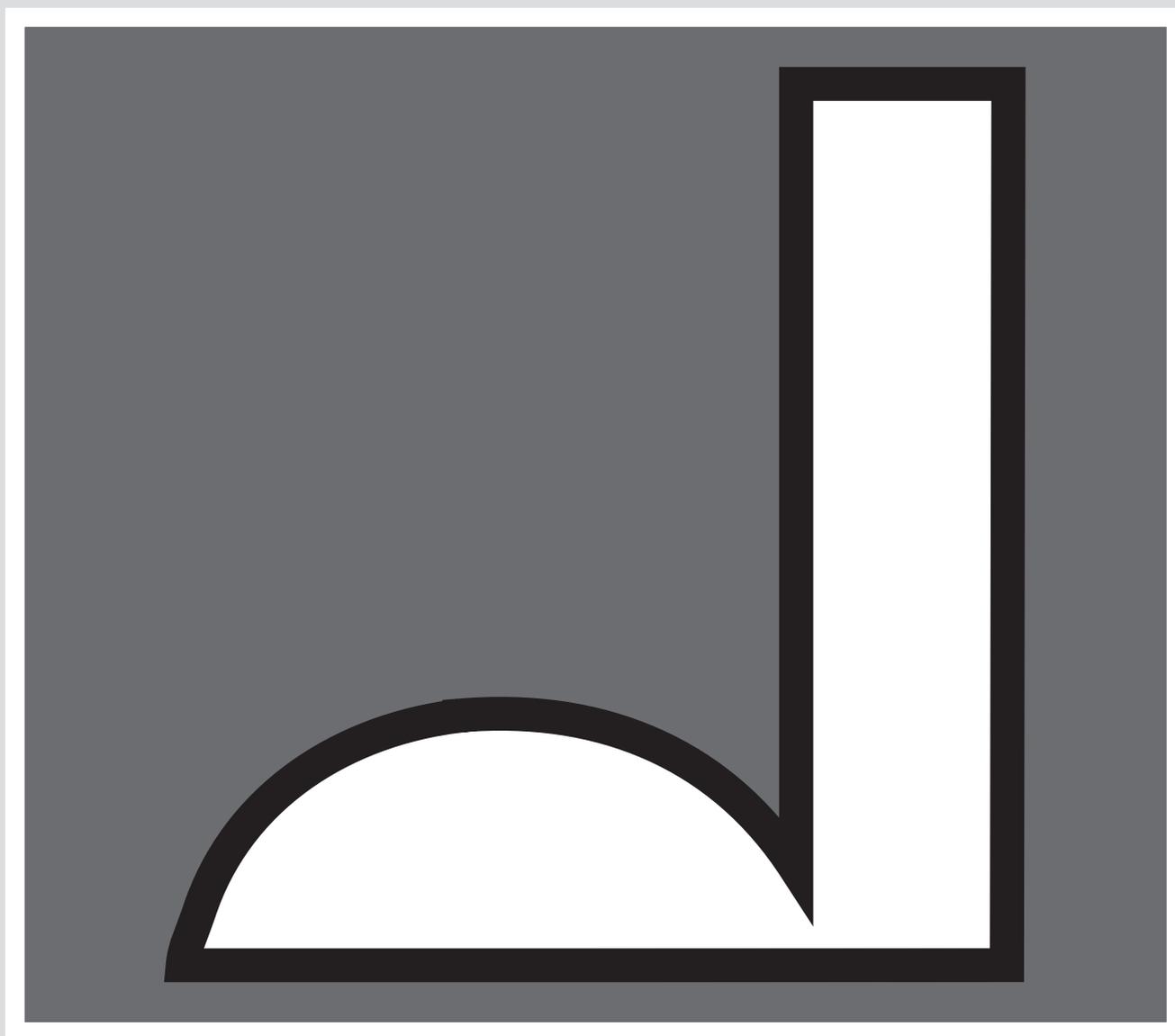




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 120 - SÁBADO, 11 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 123ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 25, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 104, de 2007-CN, nº 553/2007, na origem)..... 27169

Projeto de Lei nº 26, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00 (noventa e três milhões, sessenta e sete mil e noventa e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 105, de 2007-CN, nº 554/2007, na origem)..... 27177

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 25 e 26, de 2007-CN, lidos anteriormente, e estabelecimento de calendário para tramitação das matérias..... 27186

Recebimento da Mensagem nº 126, de 2007 (nº 551/2007, na origem), de 30 de julho último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”, inserido na Linha de Crédito Condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América..... 27186

1.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 127, de 2007 (nº 573/2007, na origem), de 3 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas. 27186

Nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), de 3 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia. 27199

Nº 129, de 2007 (nº 575/2007, na origem), de 3 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã..... 27236

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *GILVAM BORGES* – Anúncio da chegada do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ao Amapá. Registro da liberação de recursos para diversos municípios do Estado do Amapá..... 27252

SENADOR *JOSÉ NERY* – Homenagem à Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, que comemora 30 anos de sua fundação. Campanha salarial dos trabalhadores da construção civil no Estado do Pará..... 27258

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – A existência do dois Brasis: “O Brasil cansado e um Brasil acomodado”. Congratulações àqueles que irão às ruas, no próximo dia 14, fazer um minuto de silêncio em protesto contra a corrupção. Propostas para a educação brasileira..... 27263

SENADOR *JOÃO DURVAL* – Comentários a artigo do jornalista Mauro Santayana que chama atenção para a crise de valores do mundo contemporâneo..... 27271

SENADOR *ADELMIR SANTANA* – Importância da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2007-Complementar, que altera dispositivos do Supersimples. 27273

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Registro da solenidade para liberação de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), no último dia 3, destacando os investimentos que serão feitos no Estado do Acre. A distribuição de renda no Brasil. 27277

SENADOR *WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA* – Anúncio de apresentação de requerimento solicitando audiência pública com representantes da Editora Abril, da empresa espanhola Telefônica e da Anatel para esclarecer denúncias de irregularidades feitas pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, relativas ao processo de transferência societária da concessionária TVA à telefônica. 27282

SENADOR *MÃO SANTA* – Considerações sobre a CPMF. 27288

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PARECERES

Nº 22, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 4, de 2007 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 31.872.800,00 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e dois mil e oitocentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 27294

Nº 23, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 6, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$ 9.005.108,00 (nove milhões, cinco mil, cento e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 27298

Nº 24, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO,

sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em favor do Ministério da Saúde. 27309

Nº 25, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 10, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 24.824,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para o fim que especifica. 27313

Nº 26, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 11, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o fim que especifica. 27317

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 123ª Sessão Não Deliberativa, em 10 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Cristovam Buarque e Sibá Machado

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2007-CN
MENSAGEM Nº 104, DE 2007-CN
(Nº 553/2007, na origem)

**Abre ao Orçamento Fiscal da União,
em favor do Ministério do Desenvolvimento
Agrário, crédito suplementar no valor de R\$**

**200.000.000,00, para reforço de dotações
constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor de Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos ordinários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF									100.000.000
ATIVIDADES									
21 606	0351 4260	FOMENTO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES							100.000.000
21 606	0351 4260 0001	FOMENTO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES - NACIONAL							100.000.000
			F	3	2	90	0	100	50.000.000
			F	4	2	90	0	100	50.000.000
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR									100.000.000
ATIVIDADES									
21 691	0352 2B81	AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR							90.000.000
21 691	0352 2B81 0001	AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL							90.000.000
			F	5	2	90	0	100	90.000.000
21 122	0352 2B83	OPERACIONALIZACAO DA AQUISICAO, DA ARMAZENAGEM E DA REVENDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA							10.000.000
21 122	0352 2B83 0001	OPERACIONALIZACAO DA AQUISICAO, DA ARMAZENAGEM E DA REVENDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA - NACIONAL							10.000.000
			F	3	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000.000

MENSAGEM Nº 553

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 30 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 161/2007/MP

Brasília, 12 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

2. Uma parcela do crédito, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), permitirá atender as despesas de custeio e investimento necessárias à ampliação da prestação de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, transmitindo-lhes os conhecimentos necessários para a elaboração de projetos consistentes, financeira e ambientalmente, a fim de possibilitar o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF previstas no Plano Safra 2007/2008.

3. É oportuno ressaltar que o atraso na aprovação desses recursos inviabilizará a celebração de parcerias

com diversas entidades responsáveis pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, e conseqüentemente prejudicará os agricultores familiares na elaboração de projetos adequados à obtenção de linhas de crédito.

4. Em decorrência, esses agricultores familiares poderão ser induzidos à obtenção de financiamentos para projetos economicamente inviáveis, ocasionando inadimplência, pressões por renegociações de dívidas agrícolas, além do êxodo rural dos que não cumprirem seus compromissos.

5. É importante destacar que esse volume adicional de recursos, principalmente a parcela concernente a investimento, promoverá um ganho de escala em relação ao número de agricultores familiares atendidos, haja vista a redução dos custos médios em função da otimização dos gastos em assistência técnica e extensão rural.

6. A outra parcela, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), viabilizará a aquisição de produtos da agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos ou destinadas à revenda nos centros consumidores, com vistas a promover geração de renda e emprego nesses segmentos economicamente e socialmente desfavorecidos, além de atender gastos com a operacionalização da aquisição, a armazenagem e a revenda dos produtos adquiridos.

7. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de suplementação de despesas primárias à

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADADO DE RECEITAS
 (Art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários		R\$ 1,00		
NATUREZA	2007		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO O (C) = (B) - (A)	
	LEI (A)	Reestimativa (B)		
1110000				
0	Impostos	96.952.986.205	91.533.730.013	-5.419.256.192
1210000				
0	Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.831.260.568	-826.817.771
1220000				
0	Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.459.105.434	43.312.907
1310000				
0	Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.103.380	-33.115.068
1390000				
0	Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	30.264.600	10.807.104
1730000				
0	Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
1740000				
0	Transferências do Exterior	35	615.572	615.537
1750000				
0	Transferências de Pessoas	30.680	66.158	35.478
1910000				
0	Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	2.519.017.273	192.084.610
1920000				
0	Indenizações e Restituições	57.755.314	406.844.386	349.089.072
1930000				
0	Receita da Dívida Ativa	265.366.276	321.549.482	56.183.206
1990000				
0	Receitas Diversas	730.147.627	1.785.444.529	1.055.296.902
2210000				
0	Alienação de Bens Móveis	894.717	5.160.994	4.266.277
2460000				
0	Transferências de Outras Instituições Públicas	0	148.794	148.794
2590000				
0	Outras Receitas	1.537.586	1.243.509	-294.077
Total		141.685.197.913	137.117.554.692	-4.567.643.221
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0	
Créditos Extraordinários abertos (E)			1.310.030.131	
Créditos Suplementares e Especiais (F)			570.048.524	
- Abertos			675.000	
- Em tramitação (1)			569.373.524	
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			-6.546.803.331	
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			99.081.455	

(1) Inclui o valor do presente crédito em 11.07.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

LEI Nº 11.354, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 300, de 2006

Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º *Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.* (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetua-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetua-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na

comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Texto compilado

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

~~§ 2º As programações do Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.~~

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173, de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

(À Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI Nº 26, DE 2007-CN
MENSAGEM Nº 105, DE 2007-CN
 (Nº 554/2007, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00 (noventa e três milhões, sessenta e sete mil e noventa e um reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos ordinários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									48.553.400
		ATIVIDADES							
09 271	0083 2593	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDENCIA SOCIAL							48.553.400
09 271	0083 2593 0001	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL							48.553.400
			S	3	2	90	0	100	48.553.400
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									48.553.400
TOTAL - GERAL									48.553.400

ORÇAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0068		ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL							12.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
08 243	0068 09JB	CONCESSAO DE BOLSA A CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO							12.000.000
08 243	0068 09JB 0001	CONCESSAO DE BOLSA A CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NACIONAL	S	3	2	40	0	100	12.000.000
1384		PROTECAO SOCIAL BASICA							32.513.691
		ATIVIDADES							
08 244	1384 2A60	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS							24.601.299
08 244	1384 2A60 0001	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NACIONAL							5.906.752
08 244	1384 2A60 0011	FAMILIA REFERENCIADA (UNIDADE) 380 SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	40	0	100	5.906.752
08 244	1384 2A60 0014	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0	100	173.742
08 244	1384 2A60 0015	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	100	56.948
08 244	1384 2A60 0017	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0	100	1.267.824
08 244	1384 2A60 0021	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	2	40	0	100	457.227
08 244	1384 2A60 0022	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	100	457.227
08 244	1384 2A60 0023	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	100	1.333.471
08 244	1384 2A60 0024	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	100	1.333.471
08 244	1384 2A60 0025	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	100	1.242.724
08 244	1384 2A60 0026	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	100	1.242.724
08 244	1384 2A60 0028	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	100	1.051.579
08 244	1384 2A60 0029	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	100	1.051.579
08 244	1384 2A60 0031	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0	100	961.738
08 244	1384 2A60 0032	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	2	40	0	100	961.738
08 244	1384 2A60 0033	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	100	1.224.361
08 244	1384 2A60 0035	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	100	1.516.992
08 244	1384 2A60 0041	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	100	1.516.992
08 244	1384 2A60 0042	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	100	326.078
08 244	1384 2A60 0043	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	100	808.876
08 244	1384 2A60 0051	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	100	808.876
08 244	1384 2A60 0052	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	40	0	100	1.956.073
08 244	1384 2A60 0054	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	40	0	100	1.956.073
			S	3	2	40	0	100	367.911
			S	3	2	40	0	100	367.911
			S	3	2	40	0	100	400.164
			S	3	2	40	0	100	2.716.851
			S	3	2	40	0	100	2.716.851
			S	3	2	40	0	100	850.220
			S	3	2	40	0	100	850.220
			S	3	2	40	0	100	305.397
			S	3	2	40	0	100	305.397
			S	3	2	40	0	100	807.880
			S	3	2	40	0	100	807.880
			S	3	2	40	0	100	268.997
			S	3	2	40	0	100	268.997
			S	3	2	40	0	100	339.226
			S	3	2	40	0	100	339.226
			S	3	2	40	0	100	260.268
			S	3	2	40	0	100	260.268

08 244	1384 2A61	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA								7.912.392
08 244	1384 2A61 0011	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE RONDONIA								152.342
08 244	1384 2A61 0012	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	40	0	100		152.342
08 244	1384 2A61 0013	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0	100		50.189
08 244	1384 2A61 0014	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0	100		50.189
08 244	1384 2A61 0015	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	100		240.546
08 244	1384 2A61 0016	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	2	40	0	100		240.546
08 244	1384 2A61 0017	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0	100		96.589
08 244	1384 2A61 0022	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	100		96.589
08 244	1384 2A61 0023	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	100		1.744.442
08 244	1384 2A61 0025	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	100		1.744.442
08 244	1384 2A61 0027	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0	100		16.581
08 244	1384 2A61 0028	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	100		16.581
08 244	1384 2A61 0032	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	2	40	0	100		215.108
08 244	1384 2A61 0041	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	100		215.108
08 244	1384 2A61 0043	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	100		407.246
08 244	1384 2A61 0051	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	100		407.246
08 244	1384 2A61 0054	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	40	0	100		772.638
<hr/>										
TOTAL - FISCAL										0
<hr/>										
TOTAL - SEGURIDADE										44.513.691
<hr/>										
TOTAL - GERAL										44.513.691

MENSAGEM Nº 554

EM nº 162/2007-MP

Brasília, 17 de julho de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 30 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00 (noventa e três milhões, sessenta e sete mil e noventa e um reais), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme demonstrado a seguir:

Órgão/Unidade	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Previdência Social	48.553.400	0
Instituto Nacional do Seguro Social	48.553.400	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	44.513.691	0
Fundo Nacional de Assistência Social	44.513.691	0
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários	0	93.067.091
Total	93.067.091	93.067.091

2. O crédito ao Ministério da Previdência Social possibilitará a ampliação da Central de Teleatendimento da Previdência Social, passando de 878 para 1.478 posições de atendimento, permitindo a requisição de benefícios e a marcação de perícias médicas por telefone, com o objetivo de diminuir as filas de atendimento nos postos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Permitirá, ainda, a continuidade do pagamento das despesas com o funcionamento das unidades descentralizadas do INSS.

3. No que tange ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a suplementação garantirá a continuidade da concessão de bolsas a crianças e adolescentes em situação de trabalho, no âmbito do programa Erradicação do Trabalho Infantil, bem como do financiamento dos serviços de proteção social básica às famílias e específicos de proteção social básica.

4. O presente crédito será viabilizado mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320,

de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, e que o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. Em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006, LDO-2007, demonstra-se, em quadro anexo, o excesso de arrecadação de recursos ordinários utilizado parcialmente no presente crédito.

7. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
11100000 Impostos	96.952.986.205	91.533.730.013	-5.419.256.192
12100000 Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.831.260.568	-826.817.771
12200000 Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.459.105.434	43.312.907
13100000 Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.103.380	-33.115.068
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	30.264.600	10.807.104
17300000 Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
17400000 Transferências do Exterior	35	615.572	615.537
17500000 Transferências de Pessoas	30.680	66.158	35.478
19100000 Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	2.519.017.273	192.084.610
19200000 Indenizações e Restituições	57.755.314	406.844.386	349.089.072
19300000 Receita da Dívida Ativa	265.366.276	321.549.482	56.183.206
19900000 Receitas Diversas	730.147.627	1.785.444.529	1.055.296.902
22100000 Alienação de Bens Móveis	894.717	5.160.994	4.266.277
24600000 Transferências de Outras Instituições Públicas	0	148.794	148.794
25900000 Outras Reccitas	1.537.586	1.243.509	-294.077
Total	141.685.197.913	137.117.554.692	-4.567.643.221
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)			570.048.524
- Abertos			675.000
- Em tramitação (1)			569.373.524
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			-6.546.803.331
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			99.081.455

(1) Inclui o valor do presente crédito em 12.07.2007



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Texto compilado

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;

b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e

c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

~~§ 2º As programações do Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.~~

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173, de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

(A Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Leitura: 10-8-2007

até 15-8 publicação e distribuição de avulsos;

até 23-8 prazo final para apresentação de emendas;

até 28-8 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 12-9 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 126, de 2007** (nº 551/2007, na origem), de 30 de julho último, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”, inserido na Linha de Crédito Condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 127, DE 2007

(Nº 573/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

Os méritos do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 205 MRE DP/DSESGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 31 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O**C U R R I C U L U M V I T A E****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES****CPF.: 6244580087****RG: 6549– MRE**

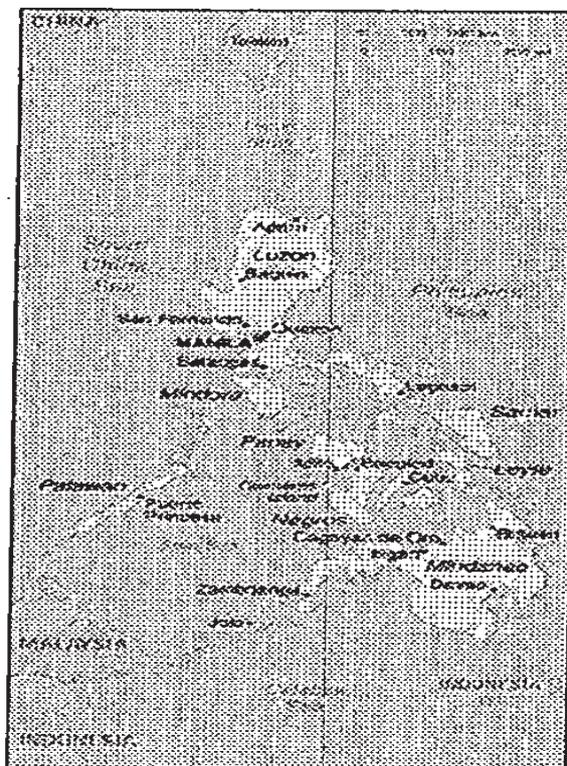
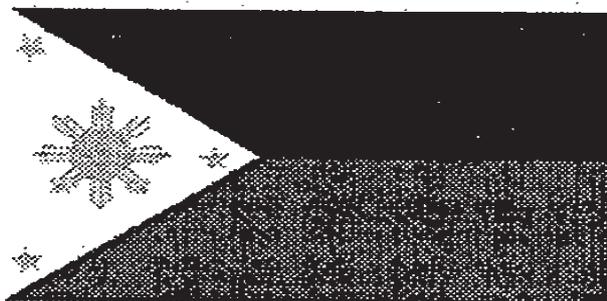
08/08/1947	Filho de Mário Conceição Prates e Almia Rostand Prates, nasce em 8 de agosto, em São Gabriel/RS
26/12/1974	Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS
04/04/1976	CPCD, IRBR
17/10/1977	Terceiro Secretário em 17 de outubro
18/10/1977	Divisão da Europa-I, assistente
03/09/1979	Consulado-Geral em Hong Kong, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
12/12/1979	Segundo Secretário em 12 de dezembro
15/09/1981	CAD, IRBr
25/04/1982	Embaixada em Roma, Segundo Secretário
01/06/1983	XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, Arusha, Tanzânia, Chefe de delegação
10/10/1985	Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil
30/01/1986	Divisão do Oriente Próximo-I, assessor
18/02/1986	Ordem "Al Merito della Repubblica Italiana", Itália, Cavaleiro
11/12/1986	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assessor e Chefe, substituto
29/10/1987	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
17/12/1987	Primeiro Secretário em 17 de dezembro
01/01/1989	Normas de Conduta para Cientistas na Antártida Destinadas à Proteção do Meio Ambiente e à Garantia da Continuidade de Projetos Científicos Antárticos, in Ciências Atmosféricas e Espaciais na Antártica (diversos autores), INPE, São José dos Campos/SP
10/05/1989	Departamento Cultural, assessor
09/05/1990	Departamento Econômico, Coordenador Executivo, substituto
12/10/1990	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário e Conselheiro
15/12/1993	Conselheiro em 15 de dezembro

23/02/1994	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, assessor
29/03/1994	Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe
01/07/1994	Divisão da Ásia e Oceania-I, Chefe
28/11/1995	CAE, IRBr, OMC Para Quê ? (Crônica de uma Negociação e Comentários sobre seus Resultados)
01/07/1996	O Brasil e a Coordenação entre os Países de Porte Continental numa Perspectiva Atual, Revista Brasileira de Política Internacional, IBRI, Ano 39, nr. 2
02/01/1997	Embaixada em Moscou, Conselheiro
01/01/1998	Comentários sobre o Acordo Constitutivo da OMC, in Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio (diversos autores), LTr Editora, São Paulo
09/08/1999	Divisão de Política Comercial, Chefe
01/09/1999	VI Reunião do Grupo de Acesso a Mercados da ALCA, Miami, Chefe de delegação (até 2001)
15/09/1999	Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados da ALCA, Coordenador (1999/2001)
17/09/1999	Grupo de Negociação sobre Subsídios, "Anti-Dumping" e Medidas Compensatórias da ALCA, Coordenador, (1999/2001)
18/09/1999	Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais da ALCA, Coordenador (1999/2001)
19/09/1999	Grupo de Negociação sobre Política da Concorrência da ALCA, Coordenador (1999/2001)
20/09/1999	Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias da ALCA, Coordenador (1999/2001)
22/09/1999	Grupo de Negociação sobre Propriedade intelectual da ALCA, Coordenador (1999/2001)
23/09/1999	Comitê Conjunto de Peritos do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico da ALCA, Coordenador (1999/2001)
24/09/1999	CAD, IRBr, Professor
15/12/1999	Ministro de Segunda Classe em 15 de dezembro
01/06/2000	Consultas Brasil/Estados Unidos na OMC sobre a Lei de Propriedade Industrial Brasileira (Patentes), no contencioso "Brasil-Medidas que afetam a proteção patentária", Genebra, Chefe de delegação
18/09/2000	XXXIX CAD, IRBr, professor
01/04/2001	Consultas Brasil/Estados Unidos na OMC sobre a Lei de Patentes dos Estados Unidos no contencioso "Estados Unidos-Código de patentes dos EUA", Genebra, Chefe de delegação
01/06/2001	Reunião do Conselho do "International Textiles and Clothing Bureau (ITCB)", Rio de Janeiro, Presidente e Chefe de delegação
09/03/2002	Embaixada em Hanói, Embaixador
01/04/2002	Reunião do Conselho do "International Textiles and Clothing Bureau (ITCB)", Hanói, Chefe de delegação
17/09/2003	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil
29/06/2007	Ministro de Primeira Classe


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

FILIPINAS



Ministério das Relações Exteriores
Departamento da Ásia e Oceania
Divisão da Ásia e Oceania II

Brasília, Julho de 2007

DADOS BÁSICOS*– República das Filipinas

CAPITAL:	Manila
ÁREA:	300 mil km ² (pouco menor que o estado do Maranhão)
POPULAÇÃO (2006):	89,5 milhões
PRINCIPAIS IDIOMAS:	Filipino e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (80%), Muçulmana (5%), Evangélica (2%)
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Gloria Macapagal-Arroyo
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Alberto Romulo
PIB (2006):	US\$ 116,9 bilhões
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 5.000 (PPP)
EXPORTAÇÕES (2006):	US\$ 46 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO:	Produtos eletrônicos e semicondutores
PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES:	EUA, Japão, China, Holanda
IMPORTAÇÕES (2006):	US\$ 53 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO:	Produtos eletrônicos, combustíveis fósseis e equipamento de transporte
PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES:	EUA, Japão, Cingapura e Taiwan
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso filipino
EMBAIXADORA DAS FILIPINAS NO BRASIL:	Teresita V. G. Barsana

* Dados econômicos obtidos do Current Report, The Economist Intelligence Unit, July 2007

SUMÁRIO EXECUTIVO

As Ilhas Filipinas foram colonizadas pela Espanha a partir do Século XVI. Em 1898, após a guerra entre os EUA e a Espanha, foram cedidas aos norte-americanos. Durante parte da Segunda Guerra Mundial, ficaram sob ocupação japonesa. Entre 1944 e 1945, filipinos e norte-americanos lutaram juntos para recuperar o controle do país. Em 4 de julho de 1946, os filipinos alcançaram sua independência.

Em 1965, Ferdinando Marcos foi eleito Presidente, tendo assumido poderes ditatoriais em 1972. Sua longa permanência no poder (21 anos) findou em 1986, quando grandes mobilizações populares (“people power”), aliadas à oposição que lhe fizeram a Igreja Católica e altos mandos militares, levaram-no ao exílio e instalaram Corazón Aquino na presidência.

A gestão de Corazón Aquino foi marcada por tentativas de estabilizar a política e desenvolver a economia. Em 1992, o ex-General Fidel Ramos, que participou ativamente da deposição de Ferdinando Marcos, foi eleito para substituir a Presidente Aquino. Sua administração foi marcada por grande estabilidade e progresso nas reformas políticas e econômicas. Naquele mesmo ano, os EUA fecharam a importante base naval de Subic Bay.

Em 2001, o Presidente Joseph Estrada, eleito em 1998, foi impedido por corrupção, tendo sido substituído pela Vice-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo. Tida como uma economista competente e considerada parte da elite política do país (seu pai foi Presidente da República no início dos anos 60), Glória Macapagal-Arroyo foi eleita, em maio de 2004, para um mandato de seis anos. Seu Governo tem enfrentado dificuldades, devido a acusações de fraude nas eleições e corrupção. Para fazer face a duas tentativas de impedimento, apresentou proposta de instalação do parlamentarismo, a qual não se consumou.

A sociedade filipina encontra-se marcada tanto por sua herança espanhola, que se revela na disseminação da fé católica por mais de 80 por cento da população e de uma Igreja dotada de alto grau de influência política, como pela influência norte-americana.

As Filipinas integram o G-20 e o Grupo de Cairns. O país é também membro fundador da ASEAN.

No plano bilateral, as relações são cordiais, mas carecem, ainda, de maior densidade. Há poucas visitas de altas autoridades, e mesmo em nível técnico. O comércio bilateral, embora relativamente modesto (US\$ 615 milhões em 2006), tem aumentado ano a ano. Atualmente, há

dois acordos bilaterais vigentes entre o Brasil e as Filipinas, sobre isenção de vistos de turismo e sobre prevenção de bitributação. Além destes, estão negociação cinco acordos, sobre comércio; cooperação científica e tecnológica; cooperação cultural; cooperação penal; e extradição. Foi assinado, por ocasião da 61ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 2006, Memorando de Entendimento sobre a Criação de um Mecanismo de Consulta Política entre os dois países.

POLÍTICA INTERNA

As Filipinas são uma república presidencialista, com sistema legislativo bicameral. O Senado é composto por 24 assentos, sendo a metade eleita a cada três anos, por voto popular, para um mandato de seis anos. A Casa dos Representantes é formada por 212 membros, em representação dos distritos, eleitos por voto popular para mandato de três anos. O país está dividido em 79 províncias.

Ultimamente, o Governo da Presidente Gloria Macapagal-Arroyo tem enfrentado sérias dificuldades políticas. Arroyo foi reeleita para um mandato de seis anos, em junho de 2004, após derrotar seu principal rival, a ex-astro de cinema Fernando Poe Junior. Entretanto, um ano depois seus índices de popularidade caíram, em meio a alegações da oposição de que as eleições de 2004 teriam sido fraudadas. A oposição também tem acusado seu esposo e outros membros de sua família de corrupção. Duas tentativas de demovê-la do cargo por meios constitucionais (impedimento) falharam.

Arroyo tem enfrentado o desafio de cumprir suas promessas de campanha, no sentido de criar empregos e melhorar o nível de vida da população. As reformas sociais e econômicas introduzidas durante seu primeiro mandato pouco impacto tiveram na diminuição da pobreza e da dívida do país. Ela advoga a necessidade de uma reforma constitucional, baseada na proposta de mudar o sistema de governo do país, do presidencialismo para o parlamentarismo.

O Governo da Presidente Macapagal-Arroyo tem adotado uma linha dura em defesa da lei e da ordem e mantém estreita aliança com os EUA, em sua política de “guerra ao terrorismo”.

Gloria Arroyo provém da elite política das Filipinas. Economista de formação, seu pai foi Presidente da República no começo dos anos 60. Ascendeu da Vice-Presidência para a

Presidência em 2001, após os protestos populares que derrubaram seu predecessor, Joseph Estrada. Em 2003, derrotou uma tentativa de golpe por militares sublevados.

As Filipinas sofrem há décadas com as guerrilhas islâmicas no Sul do país. Grupos como o Abu Sayaf – classificado como terrorista pelas autoridades norte-americanas – têm mantido atividade freqüente, principalmente na ilha de Mindanau. O país apresenta também a taxa de natalidade mais alta na Ásia.

POLÍTICA EXTERNA

Os Estados Unidos sempre desempenharam papel central, tanto na política como na economia das Filipinas, desde a independência do país. Nos anos 80, por exemplo, os norte-americanos influenciaram na queda do ditador Ferdinando Marcos e na consolidação da administração de sua sucessora, Corazón Aquino.

Gloria Macapagal-Arroyo tem buscado intensificar a aliança com os EUA, com base na adoção de uma postura comum no combate ao terrorismo (as forças armadas filipinas enfrentam há anos a insurgência de rebeldes muçulmanos no sul do país). As Filipinas enviaram um contingente militar para o Iraque, que foi retirado em julho de 2004, depois de seqüestro de cidadão filipino por insurgentes islâmicos naquele país.

A ascensão do Presidente Fidel Ramos, em 1992, implicou certa inflexão na política externa do país, que passou a voltar-se também à Europa e aos vizinhos asiáticos. O Japão tem adquirido importância crescente na agenda internacional filipina, em razão de ser o maior provedor de fundos de ajuda, além de ter superado os Estados Unidos como principal fonte dos fluxos de investimentos privados diretos.

Ante o robustecimento do poder norte-americano, as Filipinas têm aproveitado as vantagens da particularidade de suas relações históricas com os EUA, a fim de obterem cooperação para enfrentar alguns de seus mais sérios problemas internos (questão muçulmana e violência no sul, a guerrilha comunista no norte, o atraso econômico e social em diversas áreas). Na visão norte-americana em relação às Filipinas, predominam interesses estratégicos.

É muito valorizada no país a iniciativa, lançada pelas Filipinas nas Nações Unidas, intitulada "diálogo entre credos", concebida como meio de aploinar divergências de origem religiosa.

Com relação à reforma das Nações Unidas, as Filipinas sustentam que deve ser buscado o consenso e levadas em conta as posições dos membros do Conselho de Segurança. Até o presente, as Filipinas defendem apenas a inclusão do Japão em um Conselho de Segurança ampliado, apesar de, segundo a Embaixada em Manila, já terem sido feitos acenos para a participação indonésia, como representante do mundo muçulmano.

As Filipinas são membros fundadores da ASEAN, cuja presidência ocupou em agosto de 2005. Em janeiro de 2007, teve lugar, em Cebu, a 12ª Reunião de Cúpula da ASEAN e o segundo "East Asian Summit".

Apesar das relações modestas com a América Latina, as Filipinas sediaram, em 2004, a II Reunião Ministerial do FOCALAL.

A participação na Associação das Nações do Sudeste Asiático ("Association of Southeast Asian Nations" – ASEAN) ocupa espaço crescente na agenda diplomática das Filipinas, que buscam valer-se da força do mecanismo para compensar seu reduzido peso político e econômico. Interessa às Filipinas, por exemplo, buscar o endosso dos países da ASEAN para iniciar negociações com a China, sobre contendas territoriais em torno das pequenas Ilhas Spratleys e o Mischief Reef.

No âmbito da ASEAN, o AFTA (ASEAN Free Trade Agreement) é tecnicamente o único Acordo de Livre Comércio (ALC) já firmado pelos seus membros. A vigência do AFTA trouxe um forte incremento do comércio intra-regional, transformando a ASEAN no quinto parceiro comercial das Filipinas, após os EUA, Japão, União Européia e China.

Os demais instrumentos assinados pela ASEAN com terceiros países são ou acordos-quadro para nortear futuras negociações (Framework Agreements), ou acordos comerciais para setores específicos. Encontram-se atualmente em negociação acordos comerciais da ASEAN com Japão, China, Coréia, Austrália, Nova Zelândia e Índia, e recentemente, em Brunei, foi formalizado o início das negociações com a União Européia. Com os EUA, foi firmado um acordo-quadro, ou "arranjo", denominado "Trade and Investment Arrangement" genérico (os norte-americanos resistiram em incorporar o termo "agreement" no documento), após o qual os países deverão negociar acordos específicos. Existem, também, conversações muito preliminares com a Rússia e o Paquistão.

A China é o país com que a ASEAN vem sendo mais prolífica na assinatura de acordos. Tem sido preferência dos países do grupo que essas negociações ocorram por estágios, em vez

de um "single undertaking". As Filipinas foram inicialmente mais reticentes em aderir a essas negociações, e hoje detêm um tratamento especial, junto com a Indonésia, que lhe assegura dois anos a mais no programa de desgravamento. Por outro lado, a abertura do mercado chinês para investimentos imobiliários pode ser de grande interesse para capitais filipinos.

As Filipinas não têm priorizado, na sua política externa, a negociação de acordos de livre comércio bilaterais. Não se identifica no Governo filipino tendência para engajar o país numa negociação bilateral comercial mais ampla, seja por este não se considerar um "major player" no comércio internacional, e não possuir estrutura adequada para negociações de grande porte, seja porque suas principais exportações (componentes eletrônicos, especialmente LCDs) já gozam de tarifas reduzidas nos mercados da ASEAN. Oficialmente, o Governo filipino considera que a negociação de ALCs deve realizar-se com países considerados estratégicos e ir além dos compromissos já acordados na OMC, preferindo-se a opção multilateral para aproveitar a força regional da ASEAN nas negociações do gênero.

O único acordo de livre comércio bilateral firmado pelas Filipinas foi com o Japão, em 2006. Mesmo assim, o instrumento não entrou em vigor, por não ter sido ainda ratificado pelo Senado filipino.

Com os EUA, tem havido ao longo dos últimos anos tênues contatos, sobre a possibilidade de iniciarem-se conversações para a negociação de um ALC com aquele país. Entretanto, os EUA vêm condicionando o início do diálogo formal a modificações profundas da legislação filipina, para adaptá-la a requisitos legais norte-americanos.

ECONOMIA

O PIB atingiu US\$ 116,9 bilhões em 2006. As Filipinas foram um dos países menos afetados pela crise financeira asiática de 1998. Contribuíram, para tanto, as remessas estrangeiras anuais de US\$ 6-7 bilhões, recebidas de filipinos que vivem no exterior.

O principal setor da economia é o de serviços (54,2%). Segue-se o setor industrial (31,6%), composto principalmente por indústrias de equipamentos eletrônicos, maquinaria e transportes, vestuário, produtos de coco e químicos. Por fim, vem o setor agrícola (14,2%), em que se destacam arroz, coco, cana-de-açúcar, frutas, carnes suína e bovina, ovos e peixes. (Dados de 2007).

As Filipinas são a quinta maior economia da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e desfrutam de tratamento especial diferenciado, no programa de desgravação tarifária intrabloco.

RELAÇÕES BRASIL-FILIPINAS

Estabelecidas na década de 60, as relações do Brasil com as Filipinas são cordiais, mas pouco densas.

O comércio bilateral é modesto (US\$ 615 milhões em 2006), apesar de vir crescendo ano a ano.

Registram-se poucas iniciativas, nos últimos anos, de visitas de altas autoridades entre os dois países.

Em setembro de 2006, o Ministro da Agricultura das Filipinas participou de Reunião do G-20 no Rio de Janeiro, no que foi a primeira viagem de alta autoridade filipina ao Brasil.

Em 2005, teve lugar em Manila Reunião da União Internacional de Parlamentares, ocasião em que um grupo de Deputados e Senadores brasileiros esteve na capital filipina por aproximadamente uma semana.

Nos primeiros meses de 2003, autoridade militar naval filipina atendeu a convite para assistir a uma exposição no Brasil, e em agosto de 2003, o Vice-Ministro de Reforma Agrária visitou o Brasil, a fim de examinar possibilidades, que se revelam promissoras, de cooperação no assunto, com o apoio da FAO.

Em março de 2001, Enviada Especial da Presidente das Filipinas e Subsecretária para Relações Econômicas Internacionais da Chancelaria – que participou da Primeira Reunião do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Santiago, celebrada logo a seguir – visitou Brasília, ocasião em que tratou de alguns assuntos, como coordenação em foros multilaterais; cooperação em informática; etanol; esportes etc. Em agosto de 2007, o Chanceler das Filipinas deverá participar da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.

Há dois acordos bilaterais vigentes entre o Brasil e as Filipinas, sobre isenção de vistos de turismo e sobre prevenção de bitributação. Estão em negociação cinco acordos, que versam sobre comércio; cooperação científica e tecnológica; cooperação cultural;

cooperação penal; e extradição. Foi assinado, em 2006, Memorando de Entendimento sobre a Criação de um Mecanismo de Consulta.

COMÉRCIO BILATERAL

Foi a seguinte a evolução do intercâmbio bilateral desde 1990 (em US\$ FOB):

ANO	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
1990	146.248.172	5.246.454	141.001.718	151.494.626
1991	135.822.270	4.878.936	130.943.334	140.701.206
1992	182.403.395	8.726.423	173.676.972	191.129.818
1993	204.917.548	8.356.031	196.561.517	213.273.579
1994	217.309.656	13.986.993	203.322.663	231.296.649
1995	275.128.734	31.219.225	243.909.509	306.347.959
1996	322.131.870	25.992.705	296.139.165	348.124.575
1997	214.244.748	42.569.449	171.675.299	256.814.197
1998	98.291.874	62.487.222	35.804.652	160.779.096
1999	82.680.133	70.164.760	12.515.373	152.844.893
2000	101.575.922	125.095.845	-23.519.923	226.671.767
2001	83.159.369	120.651.404	-37.492.035	203.810.773
2002	126.659.933	186.221.535	-59.561.602	312.881.468
2003	117.427.379	241.462.084	-124.034.705	358.889.463
2004	243.216.631	209.002.476	34.214.155	452.219.107.
2005	244.174.607	282.531.283	-38.356.676	526.705.890
2006	272.584.288	343.065.237	-70.480.949	615.454.525
2006*	134.074.251	193.681.675	-59.607.424	327.755.926
2007*	172.111.298	147.180.302	24.930.996	319.291.600

* Dados referentes ao período janeiro-junho.

Como se pode observar, o comércio bilateral vem apresentando tendência de crescimento desde 2001, tendo alcançado em 2006 volume mais de 300% maior do que naquele ano.

Os principais produtos a comporem a pauta de exportações brasileiras para as Filipinas em 2006 foram minério de ferro (cerca de 36 %), carne bovina congelada (aproximadamente 15%), e fumo (quase 9%). As importações brasileiras oriundas das Filipinas, por sua vez, compuseram-se principalmente (85%) de equipamentos eletrônicos para computação, tv, celulares e microcontroladores.

CRONOLOGIA - PRINCIPAIS FATOS

- 1542 - Expedição espanhola se apossa das ilhas.
- 1898 - Derrota da Frota espanhola na Baía de Manila. Início do protetorado dos EUA.
- 1899 - Início da insurgência contra as forças de ocupação dos EUA.
- 1901 - O líder dos insurgentes, Emilio Aguinaldo, é capturado.
- 1902 - Governo civil norte-americano substitui Governo militar.
- 1907 - Uma Assembléia filipina começa a funcionar.
- 1935 - Plebiscito cria Comunidade das Filipinas. Manuel Quezon é o 1º Presidente.
- 1941 - O Japão ataca e invade as Filipinas.
- 1944 - Forças dos EUA retomam as ilhas.
- 1951 - Acordo de Paz assinado com o Japão.
- 1965 - Ferdinando Marcos torna-se Presidente.
- 1969 - Marcos é reeleito em meio a acusações de fraude.
- 1972 - Marcos declara lei marcial.
- 1973 - Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos.
- 1977 - Líder oposicionista Benigno Aquino é condenado à morte.
- 1980 - Aquino recebe permissão para viajar aos EUA para tratamento médico.
- 1981 - Fim da lei marcial. Marcos vence as eleições presidenciais.
- 1983 - Ao retornar às Filipinas, Aquino é assassinado.
- 1986 - Protestos populares põem fim à ditadura Marcos. Corazón Aquino torna-se Presidente.
- 1989 - Aviões dos EUA ajudam o Governo filipino a derrotar tentativa de golpe (dezembro).
- 1990 - Oficiais militares são condenados pelo assassinato de Benigno Aquino.
- 1992 - Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. EUA fecha a Base Naval de Subic Bay.
- 1996 - Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional.
- 1998 - Joseph Estrada eleito Presidente
- 2001 - Estrada cai, após protestos populares. Gloria Arroyo, toma posse na presidência (jan.).
- 2002 - atentados à bomba em Manila e outras localidades, atribuídos a militantes islâmico(out.).
- 2003 - Rebelião militar em Manila (fevereiro).
- 2004 - Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho).
- 2006 - tentativa de "impeachment" contra a Presidente Arroyo (agosto).
- 2007 - Eleições parlamentares e locais (maio).

Aviso nº 766 – C. Civil.

Em 3 de agosto de 2007

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 128, DE 2007

(Nº 574/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Os méritos do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 206 MRE – DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 31 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto que, juntamente com a mensagem ora submetida a apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO

CPF.: 5710219134

ID.: 4665 - MRE

28/09/1945	Filho de Silvio Leão e Alair de Andrade Leão, nasce em 28 de setembro, em Santos/SP
28/06/1967	Relações Internacionais pelo "Institut d'Etudes Politiques" (Sciences-Po), Universidade de Paris
15/12/1971	CPCD - IRBr
11/01/1972	Terceiro Secretário em 11 de janeiro
20/05/1972	Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, CPCD

10/11/1972	<i>Divisão de Produtos de Base, assistente</i>
22/01/1976	<i>Segundo Secretário, por merecimento, em 22 de janeiro</i>
01/09/1976	<i>Embaixada em Londres, Segundo Secretário</i>
10/10/1978	<i>Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau , Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, Chefe da Delegação</i>
21/06/1979	<i>Primeiro Secretário, por merecimento, em 21 de junho</i>
15/09/1979	<i>Embaixada em Tóquio, Primeiro Secretário</i>
15/03/1983	<i>Secretaria-Geral, Coordenador de Assuntos Econômicos e Comerciais</i>
22/06/1983	<i>Conselheiro, por merecimento, em 22 de junho</i>
05/04/1984	<i>Ordem do Tesouro Sagrado, Japão</i>
29/03/1985	<i>Divisão de Produtos de Base, Chefe</i>
15/04/1985	<i>Assembleia da Aliança dos Produtores de Cacau, São Tomé e Príncipe, Chefe de Delegação</i>
06/06/1985	<i>I Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Genebra, Chefe de Delegação</i>
15/01/1986	<i>Reunião de Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Tailândia, Chefe de Delegação</i>
15/06/1986	<i>XIV Sessão da Comunidade Internacional da Pimenta, Salvador, Bahia, Chefe de</i>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América do Sul
Divisão da América Meridional II

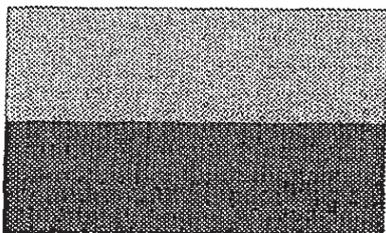
COLÔMBIA

Brasília, 13 de julho de 2007

MAÇO DE APOIO

ÍNDICE	
BANDEIRA E MAPA	04
DADOS BÁSICOS	05
PERFIS BIOGRÁFICOS	06
GABINETE MINISTERIAL	08
POLÍTICA INTERNA	09
POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA	09
NEGOCIAÇÕES COM AS FARC	10
PROCESSO DE PAZ COM OS PARAMILITARES	11
NEGOCIAÇÕES COM O ELN	11
ECONOMIA	12
POLÍTICA EXTERNA	13
RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS	14
TLC Colômbia-EUA	15
RELAÇÕES NO ÂMBITO DA CAN	15
RELAÇÕES COM A VENEZUELA	16
RELAÇÕES COM O EQUADOR	17
COLÔMBIA-ONU	18
COLÔMBIA-OEA	18
RELAÇÕES COM O BRASIL	19
COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA E SEGURANÇA	20
Venda de aviões Supertucano	20
CASO “MEDINA”	21
TEMAS MULTILATERAIS	22
Conselho de Segurança das Nações Unidas	22
União de Nações Sul-americanas	22
OTCA	22
COOPERAÇÃO TÉCNICA	23
COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL	24
COMISSÃO DE VIZINHANÇA	25
TV DIGITAL	25
RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS	26
INVESTIMENTOS	27
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS	29

BANDEIRA E MAPA



DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Santa Fé de Bogotá
ÁREA:	1.038.700 km ²
POPULAÇÃO:	46,3 milhões de habitantes (2006)
IDIOMA:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	90% católicos romanos
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Álvaro Uribe Vélez
CHANCELER:	Fernando Araújo
PIB (200):	US\$ 136 bilhões
PIB PER CAPITA (2005):	US\$ 2.937
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso colombiano (CoP)
EMBAIXADOR DA COLÔMBIA NO BRASIL:	Embaixador Mario Galofre Cano
EMBAIXADOR DO BRASIL NA COLÔMBIA:	Embaixador Júlio César Gomes dos Santos

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Álvaro Uribe Vélez

- Nasceu em Medellín, Departamento de Antioquia, em 4 de julho de 1952.
- Estudou Direito e Ciências Políticas na Universidade de Antioquia (1977).
- Frequentou cursos de especialização nas Universidades de Harvard (1993) e Oxford (1998).
- Na administração de Julio Cesar Turbay (1978-82) esteve à frente da Direção de Aeronáutica Civil.
- No Governo Belisario Betancur (1982-86), foi nomeado Prefeito de Medellín (1982).
- Foi Senador nos períodos de 1986 a 1990 e de 1990 a 1994, e Governador de Antioquia de 1995 a 1997.
- Foi eleito pela primeira vez em 2002 e reeleito em 28 de maio passado, em primeiro turno, com 62% dos votos válidos.

Chanceler Fernando Araújo

- Nascido em Cartagena, Fernando Araújo tem 51 anos.
- Formou-se em Engenharia Civil na Universidade Javeriana de Bogotá.
- Foi Ministro do Desenvolvimento no Governo Andrés Pastrana.
- Foi Gerente-Geral das Empresas Públicas de Cartagena.
- Lecionou na Universidade Jorge Tadeo Lozano e na Universidade de Cartagena.
- Foi integrante das juntas diretoras do jornal “El Universal” e do hotel Las Americas Beach Resort.
- Separado, é pai de três filhos.
- Foi mantido refém pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) de 4 de dezembro de 2000 até 31 de dezembro de 2006.

GABINETE MINISTERIAL

Ministério do Interior e Justiça: Carlos Holguín Sardi

Ministério das Relaciones Exteriores: Fernando Araújo Perdomo

Ministério da Fazenda: Alberto Carrasquilla

Ministério da Defesa Nacional: Juan Manuel Santos

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural: Andrés Felipe Arias Leyva

Ministério da Proteção Social: Diego Palacio Betancourt

Ministério das Minas e Energia: Hernán Martínez

Ministério do Comércio, Indústria e Turismo: Luis Guillermo Plata

Ministério da Educação Nacional: Cecilia María Vélez White

Ministério de Ambiente, Moradia e Desenvolvimento Territorial: Juan Lozano

Ministério das Comunicações: María Del Rosario Guerra De La Espriella

Ministério do Transporte: Andrés Uriel Gallego Henao

Ministério da Cultura: Elvira Cuervo De Jaramillo

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Álvaro Uribe, reeleito em primeiro turno nas eleições de 28 de maio de 2006, com 62% dos votos válidos, enfrenta atualmente uma crise política que tem trazido problemas para sua base no Congresso: o chamado escândalo da “parapolítica”. Desde o início deste ano, mais de vinte parlamentares do bloco “uribista” foram presos por ligações com grupos paramilitares e as investigações a esse respeito já custaram ao Presidente uma de suas colaboradoras próximas: a Chanceler María Consuelo Araújo, que entregou o cargo em fevereiro passado, depois que a Justiça determinou a detenção de seu irmão, o Senador Álvaro Araújo, acusado de formação de quadrilha e seqüestro.

Embora o mandatário mantenha índices de popularidade superiores a 60% entre os colombianos, a crise tem atrasado a votação de medidas de interesse do Governo no Legislativo, além de prejudicar a imagem do Presidente Uribe nos Estados Unidos, aumentando a resistência de congressistas norte-americanos com relação a instrumentos bilaterais que resultariam em benefícios financeiros para a Colômbia.

Apesar da crise, o bloco “uribista” ainda é a maior força no Legislativo nacional. No entanto, compõe-se de diferentes grupos de interesse, o que resulta em significativa heterogeneidade.

Neste segundo mandato, o Presidente Uribe vem lidando com desafios importantes, tais como a pressão política dos setores a serem potencialmente prejudicados pelo TLC com os Estados Unidos, os dilemas do processo de pós-desmobilização dos paramilitares e a dificuldade de vencer militarmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ou de estabelecer negociações com o grupo.

O narcotráfico é também questão central na política colombiana. Conforme diferentes estimativas, o cultivo ilícito de coca ocupa atualmente área entre 79 mil hectares e 157 mil hectares. Qualquer que seja o caso, a extensão da área cultivada é indício da grande ramificação do tráfico de drogas e atividades conexas, bem como de suas implicações financeiras, por diferentes setores da sociedade colombiana, incluindo os diferentes grupos armados.

POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA

O estabelecimento da Política de Segurança Democrática foi um dos pilares da eleição do Presidente Uribe para seu primeiro mandato, em agosto de 2002. Seu objetivo tem sido consolidar a presença do Estado em todas as regiões do país, combatendo a predominância dos grupos armados ilegais – guerrilheiros, sobretudo as FARC, ou paramilitares – em diversos municípios.

A estratégia de intensificar a ação militar contra os grupos guerrilheiros rebeldes atuantes no país, notadamente contra as FARC e o ELN, tem-se refletido positivamente na opinião pública.

No marco dessa política, teve início em 2004 o Plano Patriota, que previa combate à guerrilha em seus redutos na selva, principalmente mediante a concentração de tropas no Sul do país, na tentativa de expulsar as FARC de área considerada estratégica para o tráfico de armas.

Com o Plano Patriota e a Política de Segurança Democrática, as autoridades chegaram a retomar o controle de várias regiões anteriormente em poder das FARC. Não há indícios, porém, de que os combates tenham enfraquecido significativamente a organização.

Em 1º de dezembro passado, foi lançado o Plano Vitória, em substituição ao Plano Patriota. A nova estratégia de combate às FARC pelos próximos quatro anos conta com missão militar de 14.300 homens, 3.000 a menos que a anterior, mas com maior apoio aéreo – em que serão empregados Supertucanos brasileiros – e fluvial.

NEGOCIAÇÕES COM AS FARC

Embora insista em favorecer a opção militar, o que lhe vem garantindo altos índices de popularidade, o Presidente Uribe vem sofrendo pressões de diferentes organizações da sociedade civil colombiana, bem como de outros Governos, sobretudo de países europeus, para negociar um chamado acordo humanitário com as FARC, a fim de que os reféns em poder do grupo sejam libertados.

Como resultado de decisão unilateral, o Governo colombiano anunciou, no último dia 25 de maio, a libertação de 163 guerrilheiros que cumpriam penas em diferentes prisões do país. Entre eles estava Rodrigo Granda, conhecido como o “chanceler das FARC” e capturado em controversa operação na Venezuela, em 2005. A decisão foi tomada após conversa do Presidente Uribe com o Presidente francês Nicolas Sarkozy.

Logo após o anúncio da libertação dos guerrilheiros, França, Suíça e Espanha divulgaram comunicado conjunto por meio do qual saúdam a decisão do Presidente Uribe e instam as FARC a chegar a um entendimento com o Governo. A União Européia divulgou documento no mesmo sentido. O Governo colombiano procurou apoio também na Organização dos Estados Americanos e no G-7. O Brasil afirmou estar “decidido a apoiar todos os esforços que sejam envidados para assegurar uma paz estável e duradoura e fortalecer a democracia na Colômbia”.

Até o momento, os líderes das FARC têm afirmado não reconhecerem como membros, e sim como desertores, os presos libertados pelo Governo, uma vez que estes aceitaram as pré-condições exigidas pelo Governo (promessa de não mais delinquir nem colaborar com a guerrilha e o comprometimento com a verdade). Com base nesse argumento, o grupo divulgou comunicado mantendo como exigência para negociar a libertação dos reféns a desmilitarização de dois municípios de Florida e Pradera, no Oeste da Colômbia. O Presidente Uribe vem afirmando que não haverá desmilitarização.

Enquanto a situação dos reféns não se resolve, as FARC comunicaram, em julho de 2006, a morte de 11 dos 12 deputados de Cali que estavam em seu poder desde 2002. Segundo o grupo, os deputados morreram durante tentativa do Governo de resgatá-los por meio de ação militar. Por seu turno, o Governo acusa as FARC de terem executado os prisioneiros. A pedido do Governo colombiano, o Conselho Permanente da OEA se dispôs a criar uma comissão internacional com o intuito de realizar investigação forense para determinar a responsabilidade sobre o episódio.

PROCESSO DE PAZ COM OS PARAMILITARES

No marco do processo de paz com os paramilitares, o Governo deu por concluída, no início de 2006, a desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), anunciando que cerca de 30 mil combatentes tinham deposto as armas. Relatórios recentes da OEA, contudo, sublinham que o programa de reinserção dos desmobilizados está em crise, principalmente devido às escassas possibilidades de emprego para os ex-combatentes, o que poderá levá-los a se engajar em atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas. Suspeita-se, ademais, que narcotraficantes, vislumbrando usufruir das vantagens dadas aos desmobilizados, tenham se apresentado como paramilitares.

No ano passado, o Presidente Uribe anunciou que os paramilitares deviam se submeter à Justiça caso desejassem manter suspensas as autorizações de extradição contra vários deles, solicitadas pelos EUA. O Presidente determinou ainda a captura de todos os chefes paramilitares e, a partir da confissão de alguns deles, confirmou a morte de Carlos Castaño, chefe das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e negociador da organização nos diálogos de paz.

NEGOCIAÇÕES COM O ELN

Em setembro de 2005, o Presidente Uribe acenou com a possibilidade de retomar as negociações com o grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN). O Governo determinou o relaxamento da prisão de “Francisco Galán”, porta-voz do grupo e preso há 12 anos, a fim de que este estabelecesse contato com outros membros do ELN “em local neutro”. Até então, com o término oficial, em abril, do

trabalho de facilitação dos diálogos de paz desempenhado pelo Governo do México, estavam paralisados os entendimentos entre as partes.

Em 1º de dezembro de 2005, os negociadores Luis Carlos Restrepo e “Francisco Galán” submeteram às partes um projeto de “pré-acordo” que estabelecia um encontro entre o Comando Central do grupo guerrilheiro e o Governo colombiano em Cuba. O encontro foi realizado em janeiro seguinte, dando início à chamada “fase exploratória” dos diálogos, ainda sem conseqüências práticas. Recentemente, contudo, anunciou-se que o ELN e o Governo estariam prestes a anunciar um acordo de cessar-fogo temporário.

ECONOMIA

A Colômbia apresenta tradicionalmente situação econômica estável. O país não sofreu a crise da dívida externa que, na década de 1980, afetou grande parte da região. Tampouco testemunhou episódios de hiperinflação e maxi-desvalorização competitiva da moeda. Em tempos recentes, o único período de recessão foi observado no final da década de 1990.

Parte do êxito da condução da política econômica – particularmente da monetária – pode ser atribuída a três fatores: 1) o fluxo de dólares da economia ilegal; 2) os recursos crescentes das remessas de colombianos no exterior (a Colômbia é atualmente o segundo país da região no volume desses recursos, que somam mais do que as exportações de café); e 3) os abundantes recursos naturais, sobretudo ouro, carvão, esmeraldas e petróleo.

Embora alguns indicadores macroeconômicos sinalizem a existência de economia pujante, aproximadamente 60% da população da Colômbia encontra-se abaixo da linha de pobreza. Trata-se de dado polêmico, que gerou discussões metodológicas após sua divulgação pelo Departamento Nacional de Estatística – entidade considerada fiável pelos principais organismos financeiros multilaterais. Da população total, cerca de 25% se encontram em nível considerado como de indigência. O nível de desemprego está tradicionalmente acima dos 10%, atingindo quase 20% no campo. Confrontados com os números macroeconômicos, esses índices apontam para grande concentração de riqueza, particularmente nas áreas rurais.

Historicamente, a Colômbia apresenta tendência ao crescimento. No entanto, a demanda tende a estagnar-se por conta dos altos níveis de pobreza. Para completar, sublinhe-se que os limites da ortodoxia econômica nunca permitiram que o país contasse com política industrial efetiva, com estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. A pauta de exportação colombiana ainda é excessivamente concentrada em produtos com baixo valor agregado. Embora o

primeiro produto exportado seja petróleo, o país importa maciçamente gasolina, por não contar com refinarias com dimensão suficiente. Em seguida, vêm “commodities”, sobretudo café e flores.

Entre os principais objetivos do Governo Uribe no setor econômico em seu segundo mandato estão os de conseguir que entre em vigor o Tratado de Livre Comércio (TLC) assinado com os Estados Unidos; de evitar que o crescimento dos gastos militares – pilar da atuação do Governo – aumente sobremaneira o déficit governamental; e de minimizar os possíveis efeitos negativos sobre o comércio bilateral da entrada da Venezuela no MERCOSUL e da eventual erosão das preferências tarifárias colombianas (note-se que a Venezuela é o segundo parceiro comercial da Colômbia).

No tocante à taxa de câmbio, o peso colombiano valorizou-se em 16% frente ao dólar nos últimos doze meses. O fato tem causado inquietação por parte dos exportadores, que vêm pressionando o Banco Central colombiano a continuar intervindo na economia, a fim de evitar uma valorização ainda maior da moeda local. Devido às intervenções realizadas pelo Banco Central nos primeiros meses de 2007, as reservas internacionais colombianas alcançaram a cifra histórica de 20 bilhões de dólares.

No que se refere ao setor petrolífero, o Governo já anunciou a intenção de vender cerca de 20% da estatal Ecopetrol. Segundo o Ministério de Minas e Energia colombiano, a medida possibilitaria grandes investimentos no setor hidrocarbonetos e na modernização da estrutura petrolífera colombiana. O assunto está em debate no Congresso Nacional.

POLÍTICA EXTERNA

Assim como a política nacional, a política exterior colombiana se define sobretudo em função do conflito interno. O Presidente Uribe tem envidado esforços no sentido de envolver a comunidade internacional no combate aos grupos armados e em eventuais negociações de paz, tendo por premissas o fim do terrorismo e a cessação das hostilidades.

Exemplo dessa política colombiana pôde ser constatado no já mencionado episódio envolvendo a decisão do Governo de libertar 163 guerrilheiros das FARC que se encontravam presos em diferentes partes do país, como forma de pressionar o grupo a entregar 58 reféns em seu poder. Ao anunciar a medida, o Presidente Álvaro Uribe deixou claro que a inclusão de Rodrigo Granda, considerado o “chanceler das FARC”, entre os beneficiados atendia a pedido do Presidente da França, Nicolas Sarkozy. Nos dias que se seguiram ao anúncio, as autoridades colombianas empenharam-se também em obter comunicados de apoio por parte de

diferentes países europeus, da União Européia, da Organização dos Estados Americanos, da ONU e do Brasil.

No plano regional, os principais temas da atual política externa da Colômbia incluem a recuperação das boas relações com a Venezuela e a inserção colombiana na América do Sul frente à aliança estratégica com os EUA.

Em fevereiro passado, Fernando Araújo assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores, em substituição a María Consuelo Araújo, que se afastou depois da prisão de seu irmão, o Senador Álvaro Araújo, acusado de envolvimento com os paramilitares. Cabe observar que o novo Chanceler não tem parentesco algum com sua antecessora.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

A Colômbia pode ser classificada como o principal aliado dos Estados Unidos na América do Sul. Nos últimos anos, o país tem estado cada vez mais alinhado com os objetivos de Washington. A aproximação com os EUA intensificou-se sobretudo a partir da implementação do Plano Colômbia, lançado em 1999. Com os recursos obtidos desde então, o país andino passou a ocupar a terceira posição na lista de países-recipientes de ajuda militar norte-americana, sendo superado apenas por Israel e Egito. Inicialmente concebido como programa de assistência econômica e militar dos Estados Unidos para o combate a cultivos ilícitos e ao narcotráfico, o plano vem servindo também à luta contra grupos guerrilheiros, sobretudo as FARC.

Apesar das boas relações com o Governo Bush, o Presidente Álvaro Uribe vem experimentando, nos últimos meses, dificuldades para obter apoio em assuntos referentes à Colômbia no Congresso norte-americano, de maioria democrata. Entre os tópicos do relacionamento bilateral em discussão pelos congressistas dos Estados Unidos estão a aprovação do Tratado de Livre Comércio assinado pelos mandatários dos dois países em 2006, bem como a continuidade da política de assistência financeira e militar dos EUA ao Governo colombiano.

No plano multilateral, a Colômbia tem demonstrado tendência a se alinhar com os interesses norte-americanos em diferentes foros. Tanto a hesitação do Governo Uribe em integrar o G-20 quanto o apoio isolado da Colômbia, entre os países da região, ao ataque ao Iraque pelas forças lideradas pelos EUA são exemplos dessa tendência. Outro tema relevante do escopo político-diplomático multilateral, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, também ilustra certa afinidade entre as posições norte-americana e colombiana a respeito de questões de especial transcendência para o sistema internacional. A esse respeito, embora oficialmente o Governo Uribe seja favorável a mudanças estruturais naquele órgão da ONU, na prática o Governo colombiano alinha-se com a posição dos EUA.

- **TLC Colômbia-EUA**

A despeito do apoio do Executivo norte-americano, o Governo colombiano vem enfrentando dificuldades para ver aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos o Tratado de Livre Comércio assinado em 2006. A maioria democrata vem defendendo modificações no texto, sobretudo para incluir cláusulas de proteção trabalhista, social e ambiental, visando à manutenção de empregos em certos setores da economia dos EUA que poderiam ser afetados pelo acordo. Nas mais recentes visitas que fez a Washington, o Presidente Uribe procurou, em fins de 2006 e nos primeiros meses de 2007, convencer a bancada democrata a aprovar o TLC e se disse disposto, inclusive, a aceitar modificações no acordo.

O TLC já foi aprovado, na primeira quinzena de junho, pelo Congresso colombiano. Para vencer resistências internas, o Executivo da Colômbia encaminhou ao Legislativo projetos para compensar as prováveis perdas de alguns setores da economia colombiana. Ainda assim, congressistas do Pólo Democrático se retiraram no momento da votação, alegando que o texto examinado não será o mesmo que irá à votação nos EUA, onde deverá sofrer modificações por meio de emendas.

O Governo colombiano vem se empenhando em conseguir que o TLC entre em vigor antes do fim dos benefícios outorgados pela ATPDEA, que concede preferências tarifárias a produtos andinos no mercado norte-americano. A ATPDEA, que já havia sido prorrogada por seis meses no fim do ano passado, foi estendida mais uma vez, até fevereiro de 2008.

RELAÇÕES NO ÂMBITO DA CAN

O anúncio da retirada da Venezuela da Comunidade Andina de Nações (CAN), em 22 abril de 2006, representou um duro golpe nos ideais de integração do bloco. A decisão venezuelana implica um enfraquecimento e esvaziamento do organismo, já que Venezuela e Colômbia constituíam os mais importantes pilares do grupo. Também em termos comerciais, podem ser grandes as perdas, principalmente para a Colômbia.

Por sua vez, as novas condições de acesso a mercado negociadas nos TLCs com os Estados Unidos deverão afetar os benefícios recíprocos dos países-membros da CAN nos mercados do bloco. Essa situação gerará desvio de comércio, no contexto da competição com os produtos norte-americanos, e provavelmente ocasionará novas disputas comerciais em setores que, parcial ou totalmente, perderão mercado para as exportações dos EUA – sobretudo no setor primário.

A Colômbia firmou ainda um TLC com o Chile, em 27 de novembro passado. O acordo deve resultar em novo impulso para o comércio bilateral, que passou de US\$ 430 milhões em 2001 para US\$ 690 em 2005.

RELAÇÕES COM A VENEZUELA

De maneira geral, existe na Colômbia um consenso quanto à importância das relações com a Venezuela. Os laços econômico-comerciais, apesar dos sobressaltos conjunturais, são estreitos e apresentam potencial de crescimento. Não obstante, podem ser grandes as perdas com a saída da Venezuela da CAN, sobretudo para o setor exportador colombiano.

A Venezuela é o segundo parceiro comercial da Colômbia, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2005, o fluxo comercial entre os dois países totalizou cerca de US\$ 3,2 bilhões, com um superávit de US\$ 935 milhões para a Colômbia. Ressalte-se que a Venezuela, ao contrário dos EUA, vem comprando da Colômbia produtos de maior valor agregado, como maquinaria e produtos automotores.

Do ponto de vista jurídico, o desligamento total de um país da CAN levaria cinco anos, período no qual as preferências intra-CAN devem ser mantidas. Desta forma, no curto prazo, as trocas bilaterais não devem ser afetadas de modo significativo. Todavia, a evolução do intercâmbio dependerá da disposição de negociar novo acordo que mantenha, ou se possível melhore, as condições atuais.

Em fevereiro passado, a então Chanceler Maria Consuelo Araújo encontrou-se com o Chanceler venezuelano, Nicolas Maduro. Na ocasião, fixou-se cronograma de trabalho conjunto para os dois países, que inclui um acordo de livre comércio e um acordo para evitar a dupla tributação. Ambos instrumentos permitirão que os fluxos comerciais bilaterais não sejam prejudicados pela saída da Venezuela da CAN. Os entendimentos nesse sentido seguiram adiante no encontro, em junho passado, entre o Chanceler colombiano Fernando Araújo e sua contraparte venezuelana, em Bogotá.

Em fins de novembro de 2005, os Presidentes Uribe e Chávez encontraram-se na cidade de Puntofijo, na Venezuela e deram início a nova etapa no processo de adensamento das relações bilaterais. Durante a reunião, avançou-se nos entendimentos com vistas à construção de dois gasodutos: entre Paraguaná, na Venezuela, e La Guarija, na Colômbia, com 230 km de extensão e ao custo de US\$ 330 milhões; e entre Maracaibo, em território venezuelano, e Ballenas, no lado colombiano, com extensão de 205 km e ao custo aproximado de US\$ 200 milhões.

As obras para a construção do gasoduto Maracaibo-Ballenas, financiadas pela petrolífera venezuelana PDVSA, foram inauguradas no dia 8 de julho de

2006 pelos Presidentes Uribe e Chávez, na cidade de Maracaibo. Espera-se a conclusão do projeto até agosto do ano corrente.

Os projetos energéticos bilaterais também foram tratados na reunião entre os Chanceleres dos dois países, no último dia 06 de junho. Fizeram parte da agenda o problema do contrabando de combustíveis na área de fronteira, o contrato de fornecimento de gás na operação do gasoduto binacional Ballenas-Maracaibo, a cooperação entre ECOPETROL e PDVSA e além da instituição de um grupo de trabalho sobre interconexão elétrica.

RELAÇÕES COM O EQUADOR

As relações com o Equador são caracterizadas pela fricção causada pela ação dos grupos armados ilegais na região limítrofe entre os dois países, considerada a mais permeável das fronteiras colombianas.

Os problemas têm sido agravados pelas divergências dos dois países no que se refere à estratégia de combate às drogas na região de fronteira. Nos últimos meses, a decisão colombiana de retomar as fumigações com glifosato, para combater as plantações de coca naquela área, e a oposição do Equador a essa medida provocaram nova deterioração das relações bilaterais.

Apesar de acordo informal entre os Presidentes Uribe e Rafael Correa, a Colômbia retomou, sem aviso prévio, as aspersões com glifosato na fronteira com o Equador. De todo modo, no dia 9 de fevereiro passado, a Chancelaria colombiana comunicou ao Equador a suspensão das operações e anunciou que a erradicação dos cultivos prosseguiria manualmente.

O Equador alega que o glifosato, empregado nas aspersões, pode representar risco ambiental e de saúde para as populações de ambos os lados da fronteira. Ademais, as fumigações aumentam o fluxo de migrantes colombianos para o território equatoriano.

O tema voltou a fazer parte da pauta de negociações entre os Governos, durante a visita do Chanceler Fernando Araújo a Quito, em maio passado. O Chanceler Araújo informou à Ministra Maria Espinoza que, mesmo o Governo colombiano estando convencido de que as aspersões não prejudicam o Equador, a erradicação do cultivo na área de fronteira entre os dois países voltou a ser realizada manualmente. Acrescentou que, caso seja constatado que as aspersões prejudicaram o país vizinho, o Governo colombiano estaria disposto a pagar as indenizações pertinentes.

COLÔMBIA-ONU

Foi acordada, entre o Presidente Álvaro Uribe e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, no dia 6 de fevereiro passado, a prorrogação do convênio que garante a permanência do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos na Colômbia, chefiado por Juan Pablo Corlallozzi.

Foi estendida, também, por mais dois anos, a administração de recursos aportados pela UNESCO à Comissão Nacional de Cooperação com aquele organismo das Nações Unidas. A Comissão é presidida pela Chancelaria e é integrada pelos Ministérios da Cultura, da Educação, de Comunicações, de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial, pela Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional e pelo Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Em junho de 2006, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ressaltou em seu informe que a Colômbia ocupa, juntamente com o Iraque, a posição de recordista em quantidade de deslocados internos, que somariam, conforme estimativa, de 2 milhões a 2,5 milhões de pessoas.

COLÔMBIA-OEA

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, José Miguel Insulza, apresentou, em fevereiro passado, ao Conselho Permanente da OEA, relatório da Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), que, no segundo semestre de 2006, foi estendida por mais três anos. O relatório registrou progresso nas áreas de pós-desmobilização, atendimento às comunidades e acompanhamento da chamada Lei de Justiça e Paz, mas afirma que ainda são necessários reforços nos programas de reinserção dos desmobilizados, para evitar que estes voltem a se armar, como vem ocorrendo em algumas regiões. O documento, contudo, destaca o esforço do Governo para conter tal fenômeno.

Em fins de 2005 o Secretário-Geral da OEA apresentou, em carta dirigida aos integrantes da Organização, sugestões de aportes para fortalecer a MAPP. O Brasil indicou funcionário diplomático para contribuir com a Missão.

Destaca-se, ainda, a participação da OEA nas ações de desminagem, por meio da Missão de Assistência da Organização dos Estados Americanos ao Plano Nacional de Desminagem. A Colômbia é, atualmente, um dos países que mais sofre com os efeitos nocivos decorrentes do uso indiscriminado de minas antipessoais no mundo.

RELAÇÕES COM O BRASIL

No Governo do Presidente Lula, tem-se verificado considerável estreitamento das relações bilaterais com a Colômbia. Vem-se mantendo um importante diálogo, notadamente nas áreas de defesa, comércio e investimentos. Não obstante, o Governo Uribe demonstra reticência diante de temas de importância para o Brasil no plano multilateral. A Colômbia mostra-se refratária, por exemplo, com relação um dos grandes interesses da política externa brasileira: a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Embora reconheça a histórica aspiração do Brasil a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado, o Presidente Álvaro Uribe não expressou, até o momento, apoio formal à aspiração brasileira nem ao projeto de resolução do G-4.

No que se refere ao conflito na Colômbia, o Brasil já ofereceu território neutro para realização de encontro entre as FARC e o Governo colombiano, com os bons ofícios da ONU. A oferta continua válida, mas até o momento não houve resposta positiva das duas partes.

Os Presidentes Lula e Uribe encontraram-se diversas vezes. O mandatário colombiano visitou o Brasil em 7 de março de 2003, ocasião em que o Presidente Lula reiterou a condenação brasileira aos atos terroristas praticados na Colômbia e sublinhou o empenho do Governo brasileiro em dar cumprimento às resoluções emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, as quais contaram com apoio brasileiro. Em junho do mesmo ano, o Presidente Lula participou em Medellín, como convidado especial, da XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino. O convite colombiano constituiu gesto de especial consideração e amizade para com o Brasil, tendo sido essa a primeira vez em que um Chefe de Estado de país não andino tomou parte naquele foro.

Novo encontro bilateral realizou-se em setembro de 2003, em Cartagena. Durante a Cúpula de Monterrey, em janeiro de 2004, os Presidentes do Brasil e da Colômbia também mantiveram breve encontro. Voltaram a se reunir em 21 e 22 de junho, em São Paulo, por ocasião da Macro-Rodada de Negócios bilateral, que contou com expressivo número de empresários dos dois países. Mais uma vez, realizaram encontro bilateral durante a XVIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em 5 de novembro de 2004. Em janeiro de 2005, o Presidente Lula visitou a cidade fronteiriça de Leticia. Em 29 de março, reuniu-se com os presidentes da Venezuela, da Espanha e da Colômbia, em Ciudad Guayana, Venezuela.

Em julho de 2005, o Ministro Celso Amorim esteve em Bogotá, em visita acertada após o adiamento de uma viagem que o Presidente Lula faria ao país. O

encontro entre os dois mandatários previsto para então acabou ocorrendo em 14 de dezembro de 2005, quando o Presidente Lula visitou Bogotá.

Em 25 de abril de 2006, o Presidente Uribe encontrou-se em Brasília com o Presidente Lula, para tratar do TLC Colômbia-EUA e das perspectivas do relacionamento bilateral Colômbia-Venezuela, bem como da disposição do Governo venezuelano de retirar o país da Comunidade Andina. Em setembro do mesmo ano, a então Chanceler colombiana, María Consuelo Araújo, visitou o Brasil e reuniu-se com o Ministro Celso Amorim. Novo encontro entre os dois ocorreu por ocasião da XXXII Cúpula do Mercosul, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de janeiro passado.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA E SEGURANÇA

Desde 2003, intensificaram-se os diálogos de cooperação entre o Brasil e a Colômbia na área de defesa. O Ministro da Defesa encontrou-se oficialmente com seu homólogo colombiano em três oportunidades: em Bogotá, em junho de 2003, ocasião na qual foi firmado o “Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa”; em Letícia, acompanhado do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em fevereiro de 2004, quando os dois se reuniram com seus equivalentes colombianos e peruanos para assinar o “Memorando de Entendimento Tripartite de Combate às Atividades Ilícitas nos Rios de Fronteira Comuns”; e em Tabatinga, em janeiro de 2005, ocasião em que trataram dos reforços dos mecanismos de cooperação entre as Forças Armadas dos dois países.

Além disso, foi constituído por troca de Notas, em 3 de julho de 2003, o Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo, integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça dos dois países e cuja primeira reunião teve lugar em Bogotá, em 24 de julho de 2003, à margem da visita oficial do Chanceler Celso Amorim. Naquela oportunidade, foi firmada Ata de Compromissos que, a partir de então, reforçou as ações conjuntas no combate à criminalidade e ao terrorismo.

Durante visita do Presidente Lula a Bogotá, em dezembro de 2005, o Ministro da Justiça do Brasil e o Ministro da Defesa Nacional da Colômbia assinaram também um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial, com vistas ao combate à criminalidade transnacional e a modalidades delituosas que incluem desde o narcotráfico e a exploração sexual infantil até o crime cibernético.

• Venda de aviões Supertucano

O Ministério da Defesa da Colômbia firmou contrato com a Embraer, no dia 8 de dezembro de 2005, para a compra de 25 aviões Supertucano, ao custo de

US\$ 234 milhões. Até o fim de 2006, foram entregues cinco aeronaves; até o fim de 2007, mais 10; e as outras 10 restantes, em 2008.

O contrato de venda dos aviões inclui uma cláusula “offset”, que prevê investimentos da Embraer no campo aeronáutico colombiano. Em diversas ocasiões, inclusive durante encontros entre o Ministro Celso Amorim e a ex-Chanceler María Consuelo Araújo, e entre o Vice-Ministro Camilo Reyes e o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Governo colombiano insistiu na necessidade de que a Embraer apresente projeto de investimento antes que se completem dois anos da assinatura do contrato.

CASO “MEDINA”

No início de julho de 2006, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) decidiu em favor da concessão de refúgio a Francisco Antonio Cadena Collazos, conhecido como “Cura Camilo”, “Pacho” ou “Oliverio Medina”, detido em agosto do ano passado, em São Paulo, pela Polícia Federal, em virtude de pedido de extradição do Governo colombiano tramitado através da Interpol.

Residindo há cerca de 10 anos no Brasil, casado com uma brasileira, “Olivério Medina” é citado na imprensa da Colômbia como “embaixador das FARC no Brasil”. É acusado de homicídio com fins políticos. O mandado de prisão preventiva foi expedido em 18 de agosto de 2005 pelo Supremo Tribunal Federal, encarregado de analisar o pedido de extradição apresentado pela Colômbia. Entretanto, a decisão do CONARE, em resposta a solicitação apresentada pelo advogado do acusado, impede a extradição.

O Comitê considerou que o pedido de refúgio de “Olivério Medina” reveste-se de características humanitárias, estando, portanto, de acordo com o objetivo da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, voltada essencialmente ao princípio da proteção à vida. Nesse sentido, levou-se em consideração o fato de que o número de refugiados colombianos no Brasil (cerca de 350), alguns dos quais tiveram o benefício outorgado por solicitação do próprio Governo da Colômbia, justifica a decisão do CONARE.

Cabe destacar que a concessão de refúgio não representa ato inamistoso em relação ao país de origem do refugiado. Ademais, “Olivério Medina” assumiu, formalmente, compromisso de não exercer, em território brasileiro, atividades que criem dificuldades, seja para o Brasil, seja para o Governo da Colômbia.

Segundo a lei, a perda da condição de refugiado só poderia ocorrer: a) se o asilado renunciar ao refúgio; b) caso se prove a falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado ou a existência de fatos que, se

fossem sabidos quando do reconhecimento, teriam ensejado decisão negativa; c) por exercício de atividade contrária à segurança nacional ou à ordem pública; d) devido à saída do território nacional sem prévia autorização do Governo brasileiro.

TEMAS MULTILATERAIS

• Conselho de Segurança das Nações Unidas

No contexto bilateral, a aspiração do Brasil a assento como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU foi tratada no comunicado conjunto emitido por ocasião de encontro entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente Uribe, em 18 de setembro de 2003. No comunicado, “os Presidentes expressaram a necessidade de fortalecer o multilateralismo e reformar as Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais representativo e democrático, com países em desenvolvimento, inclusive da América do Sul. Nesse sentido, os dois Presidentes reconheceram a histórica aspiração do Brasil, ao mesmo tempo em que indicaram a importância de que a Colômbia tenha voz presente no Conselho”. O assunto foi tratado novamente, nos mesmos termos, no comunicado conjunto divulgado por ocasião da visita do Presidente colombiano a São Paulo, em 21 e 22 de junho de 2004.

Por ocasião da visita do Presidente Lula à cidade de Leticia, no dia 19 de janeiro de 2005, os dois mandatários “convieram na importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade urgente de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, com o objetivo precípua de dotá-lo de maior representatividade, legitimidade e eficácia”. Com relação ao Conselho de Segurança, também “sublinharam ser necessária reforma ampla”. Ademais, “reiteraram o reconhecimento da histórica aspiração do Brasil em ocupar assento permanente num Conselho de Segurança reformado, ao mesmo tempo que indicaram a importância de a Colômbia ter voz presente no Conselho, questões que devem ser consideradas de maneira construtiva”.

Associada aos países do grupo “Uniting for Consensus”, a Colômbia copatrocinou projeto de resolução para reforma do Conselho de Segurança que favorece somente a ampliação de assentos não permanentes. Apenas se o projeto do G-4 fosse aprovado, a Colômbia apoiaria o pleito do Brasil.

• União de Nações Sul-americanas

A Colômbia tem demonstrado interesse crescente em envolver-se no processo de integração sul-americano e sediará a Cúpula Sul-americana, que será realizada em Cartagena, em janeiro de 2008. Na ocasião, deverá ser assinado o Acordo Constitutivo da União Sul-americana de Nações (UNASUL).

A Colômbia também foi sede, em 2006, da Reunião de Ministros da Defesa da então Comunidade Sul-americana (CASA), antecessora da UNASUL. Na ocasião, intercambiaram-se experiências na área de defesa, com o objetivo de identificar áreas de cooperação e a possibilidade de se iniciar o desenho de uma identidade em matéria de defesa para a Comunidade, respeitando-se as particularidades de cada país da região.

- **OTCA**

Na VIII Reunião de Chanceleres dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Manaus, em setembro de 2004, os Ministros das Relações Exteriores decidiram convocar cinco reuniões ministeriais setoriais sobre os seguintes temas: Defesa e Segurança Integral da Amazônia; Desenvolvimento Social, Infra-estrutura e Integração Física; Comércio e Integração; Ciência e Tecnologia; e Biodiversidade e Propriedade Intelectual.

Em 2005, dois dos cinco encontros foram realizados: a Reunião de Altas Autoridades de Propriedade Industrial e Intelectual, em 30 de junho e 1º de julho, no Rio de Janeiro, e a Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia, em 26 de agosto, em Lima. Ao fim da IX Reunião de Chanceleres, em Iquitos, no dia 25 de novembro, os Ministros renovaram o mandato da Secretaria Permanente da OTCA para promover os encontros setoriais ainda pendentes.

A reunião sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia, à qual compareceu o Ministro da Defesa, Waldir Pires, foi realizada na Colômbia em julho de 2006 e tratou, entre outros pontos, do tráfico de drogas, armas, munições, explosivos, do controle do espaço aéreo e fluvial amazônico; dos sistemas de vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM); e do tráfico de espécies animais e vegetais.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica concedida pelo Brasil à Colômbia é fundamental para o estreitamento dos laços bilaterais, à semelhança do que ocorre com outros países de níveis similares de desenvolvimento econômico. Ressaltam-se, sobretudo, os programas agrícolas de fixação do homem no campo em atividades da economia lícita.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, assinado em Bogotá, em 13 de dezembro de 1972. No âmbito desse Acordo, foi realizada, também em Bogotá, a V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e Científica, nos dias 3 a 5 de Outubro de 2006. Na ocasião da Reunião do Grupo de Trabalho, foram apresentados e avaliados projetos em cinco setores:

agropecuário, minas e energia, ciência e tecnologia (propriedade intelectual), meio ambiente e saúde. Foram assinados os seguintes projetos:

- “Capacitação Integral de Técnicos Colombianos no Cultivo da Seringueira”, cuja primeira parte já foi executada em novembro de 2006 (a segunda parte do projeto esta sendo negociada).
- “Planos de Energização Rural Vinculados ao Desenvolvimento Local”, cuja primeira fase foi executada em março de 2007 (a segunda parte está prevista para meados do mesmo ano).
- “Cooperação Técnica para a formulação do Programa Distrital de Reciclagem” (como parte do qual uma primeira missão de técnicos colombianos já visitou o Brasil; a continuidade do programa se dará no mês de outubro de 2007).

Em maio passado, foi realizada, também em Bogotá, reunião de avaliação e seguimento ao Programa de Cooperação. O encontro teve por objetivo o monitoramento dos projetos de cooperação técnica em execução e o detalhamento de novas demandas no âmbito do programa bilateral de cooperação. Foram assinados, na ocasião, dois outros projetos:

- “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e da Colômbia”.
- “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos sobre Gestão dos Incêndios Florestais”.

Outros projetos apresentados na V Reunião sobre Cooperação Técnica e Científica foram discutidos e avaliados na reunião de maio de 2007, e se encontram em negociação.

O Brasil expressou sua intenção de dar continuidade ao projeto de “Cooperação Técnica em HIV/AIDS”, já executado. Nesse sentido, foi enviada uma remessa de anti-retrovirais à cidade de Cali. O projeto de “Cooperação Técnica no tema de enfermidades transmitidas por vetores, especialmente a leishmaniose”, apresentado na V Reunião, encontra-se em fase de elaboração.

Cabe ressaltar que os custos da implementação dos novos projetos já minutados pela ABC serão compartilhados pelos dois países, procedimento inédito na cooperação sul-sul até agora prestada pelo Brasil.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL

O Governo brasileiro oferece anualmente a estudantes colombianos, no marco do Acordo de Intercâmbio Cultural, bolsas de graduação e pós-graduação nas universidades conveniadas aos Programas PEC G e PEC PG. Paralelamente,

os estudantes têm conseguido vagas, com ou sem bolsas, em cursos de graduação e pós-graduação, por meio de contatos diretos com universidades no Brasil. Como resultado, anualmente, mais de 200 estudantes universitários partem para o Brasil para realizar seus estudos.

Em março de 2004 foi realizada em Bogotá a III Comissão Mista Educativo-Cultural, que delineou diversos projetos e iniciativas nesses campos, para implementação ao longo de 2004 e 2005.

Uma dessas iniciativas é a promoção do ensino de português e espanhol na região fronteira (Letícia e Tabatinga). Graças à ação simultânea do Instituto de Cultura Brasil-Colômbia, ligado à Embaixada do Brasil em Bogotá, e do Ministério da Educação da Colômbia, firmou-se, durante a visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Bogotá, em 2005, Memorando de Entendimento sobre o assunto. Nos dias 10 e 11 de março passado, ocorreu a III Reunião do Grupo de Trabalho Binacional Colômbia-Brasil previsto no Memorando.

Uma nova frente começou a ser explorada no início de julho, quando a Ministra da Cultura da Colômbia visitou o Brasil e se encontrou com o Vice-Presidente José Alencar e com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e demonstrou interesse na realização de um intercâmbio cultural entre os dois países e em projetos socio-culturais brasileiros realizados nas favelas. Os representantes brasileiros manifestaram interesse nos Programas de Bibliotecas, na Lei de Cinema e no Sistema de Informação Cultural colombianos.

COMISSÃO DE VIZINHANÇA

A IX Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia ocorreu em Bogotá, em outubro de 2006. Na ocasião, discutiram-se assuntos fronteiriços, econômicos e comerciais, e de meio ambiente. Estabeleceram-se compromissos como a realização de reuniões técnicas e medidas para levar adiante a integração comercial das cidades de Tabatinga e Letícia.

A próxima Reunião da Comissão de Vizinhança deverá realizar-se no Rio de Janeiro, em outubro de 2007.

TV DIGITAL

A Embaixada do Brasil em Bogotá está em contato com a Embaixada do Japão, para tratar de uma possível estratégia conjunta de divulgação do sistema nipo-brasileiro de TV digital na Colômbia. No encontro foi mencionada a necessidade de coordenar o apoio da Universidade Mackenzie e das Empresas NEC e Toshiba a fim de levar à Colômbia os equipamentos técnicos apropriados

a demonstrações adequadas. Espera-se, que com a chegada do novo Embaixador japonês na Colômbia, a publicidade do ISDB-T ganhe novo impulso.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

A assinatura, em dezembro de 2003, do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica No. 59 (conhecido como CAN-Mercosul), vem proporcionando aumentos consideráveis no volume do comércio bilateral. Entretanto, as oportunidades criadas foram pouco exploradas até o momento, sobretudo por parte da Colômbia.

A corrente de comércio com o Brasil em 2004 foi 39,4% maior que a de 2003, acima dos 24,2% verificados globalmente mas aquém dos 40,7% observados na região. Em consequência disso, o peso do Brasil como mercado das exportações colombianas passou de 0,7% para 0,8%; como mercado das importações, passou de 5,5% para 5,8%. O peso na corrente de comércio total passou de 3,2% para 3,3%. O déficit comercial com o Brasil foi 22,2% superior ao de 2003. Por sua vez, as exportações brasileiras para a Colômbia alcançaram a marca de US\$ 1,405 bilhão em 2005, com crescimento de 35,4%, enquanto as exportações colombianas para o Brasil ficaram em US\$ 137,7 milhões, o que representa uma queda de 3,8% em relação a 2004.

Em 2006, o intercâmbio comercial total entre Brasil e Colômbia alcançou o equivalente a US\$ 2,3 bilhões, contra US\$ 1,5 bilhão em 2005. As exportações brasileiras corresponderam a US\$ 2,1 bilhões (crescimento de 51,5%, com relação ao ano anterior); e as exportações colombianas, a US\$ 247,9 milhões (crescimento de 80 %). De janeiro a junho de 2007, o intercâmbio total já somou US\$ 1,28 bilhão. As exportações brasileiras corresponderam a US\$ 1,117 bilhão, e as exportações colombianas, a US\$ 164 milhões.

Tendo em vista o grande desequilíbrio comercial, foi bem recebida a iniciativa de, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), realizar, ao longo de 2006, missões de importadores e investidores potenciais brasileiros à Colômbia. O cruzamento da oferta exportadora colombiana e a pauta importadora indica que o setor com maior potencial para aumento das exportações colombianas é o petroquímico. Realizou-se também, em outubro do ano passado, em Bogotá, o Seminário “Como Exportar para o Brasil”.

Os principais produtos exportados pela Colômbia para o Brasil são: combustíveis, óleos e ceras minerais, plásticos e suas obras, e alumínio e suas obras. Do lado brasileiro, os principais produtos exportados são: máquinas, aparelhos e materiais elétricos, ferro fundido, ferro e aço, caldeira, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

INVESTIMENTOS

No campo dos investimentos, destaca-se a presença da Petrobrás na Colômbia desde 1986. A partir de 1998, com a aquisição de uma empresa inglesa de porte médio, seus ativos foram aumentados em razão da boa produção em campos petrolíferos no vale central do Departamento de Tolima, no centro do país. A empresa atualmente extrai 45.000 barris/dia de seus campos e seus investimentos na Colômbia são de US\$ 400 milhões. Em 2005 foi assinado entendimento entre a Petrobrás, a multinacional EXXON e a estatal colombiana Ecopetrol, para a exploração de petróleo e gás em plataformas “offshore” no Caribe colombiano. Trata-se do maior contrato de exploração da história do país.

Desde 2004, a Petrobrás está investindo também no mercado de vendas “downstream”, uma vez que fatores como a redução de impostos, maior estabilidade das regras jurídicas e melhora na situação de segurança interna favorecem a venda de produtos de maior valor agregado no mercado colombiano. Em agosto de 2005, a empresa iniciou campanha publicitária que marcou sua entrada no segmento de distribuição.

Em outubro de 2006, a Petrobras inaugurou suas primeiras estações de serviço na Colômbia. Na ocasião, os Presidentes da Petrobrás e da Ecopetrol assinaram dois memorandos de entendimento, relativos ao desenvolvimento conjunto de negócios nas áreas de biocombustíveis e à distribuição de produtos derivados do petróleo. A empresa brasileira informou que a deverá investir cerca de US\$ 200 milhões na Colômbia ao longo deste ano. No momento a Petrobrás está desenvolvendo estudos para decidir a localização estratégica de sua planta para produção de biodiesel no país.

Também em 2006, o Consórcio Tibú, formado pela Petrobras Colômbia e pela Petrobras Energia Internacional, assinou convênio com a Ecopetrol, para projeto de desenvolvimento adicional do Campo Tibú, localizado no departamento colombiano de Norte Santander. A expectativa é de que a produção possa ser elevada a cerca de 15.000 barris diários. O projeto contempla uma fase inicial de dois anos, nos quais cada parte investirá cerca de 40 milhões de dólares em atividades destinadas a avaliar o real potencial do campo.

Outro investimento brasileiro no setor de petróleo colombiano foi realizado pela “Meta Petroleum”, de propriedade do empresário brasileiro Germán Efromovich (Grupo Sinergy/Marítima Engenharia) em sociedade com o grupo americano “Elliot”. O campo explorado pela empresa, localizado no Departamento de Meta, produz 5.000 barris/dia. Os investimentos, até o momento, foram estimados em US\$ 60 milhões. Há projeto de expansão da produção.

Em outra operação de grande visibilidade, o Grupo Synergy concluiu as negociações, em dezembro de 2004, para a aquisição da empresa colombiana de aviação AVIANCA, uma das mais tradicionais do continente e para a qual tem projeto de aumento da frota.

A compra de 60% da siderúrgica colombiana Diaco pela empresa Gerdau significou um dos maiores investimentos brasileiros na Colômbia, inaugurando a participação num setor de potencial considerável. A transação é estimada em US\$ 220 milhões. Recentemente, a Gerdau comprou também os ativos da Companhia Siderúrgica de La Sabana (CONSISA), em um investimento de cerca de US\$ 55 milhões.

Também na área de siderurgia, destaca-se ainda a aquisição, nos primeiros meses de 2007, da siderúrgica Acerías Paz del Río pelo Grupo Votorantim.

Na área de infra-estrutura, foi realizado, no dia 15 de fevereiro passado, o desvio das águas do Rio Porce para a construção da Hidrelétrica Porce III. O consórcio responsável pelas obras é liderado pela empresa brasileira Camargo Correa. O custo do projeto, que deve ser concluído em 2010, é de US\$ 900 milhões. A nova hidrelétrica será a quarta maior do país em produção de energia.

As demais empresas brasileiras presentes na Colômbia são: Varig; Construtora Norberto Odebrecht; as empresas de carrocerias para ônibus articulado “Marcopolo” e “Busscar”; e os escritórios de importação da Azaléia Calçados, Tramontina Produtos Metalúrgicos e WEG Motores Elétricos.

No que se refere a investimentos colombianos no Brasil, o exemplo mais significativo é o do grupo Carvajal, empresa sediada em Cali, que possui investimentos da ordem de US\$ 300 milhões na sua filial em Curitiba. A empresa pretende realizar novos investimentos no Brasil.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
COLÔMBIA**

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República da Colômbia
Superfície	1.038.700 Km ²
Localização	América do Sul
Capital	Bogotá
Principais cidades	Bogotá, Cali, Medellín, Barranquilla
Idioma oficial	Espanhol
PIB (2006: Estimativa ETU)	US\$ 136 bilhões
PIB "per capita" (2006)	US\$ 2.937
Moeda	Peso Colombiano

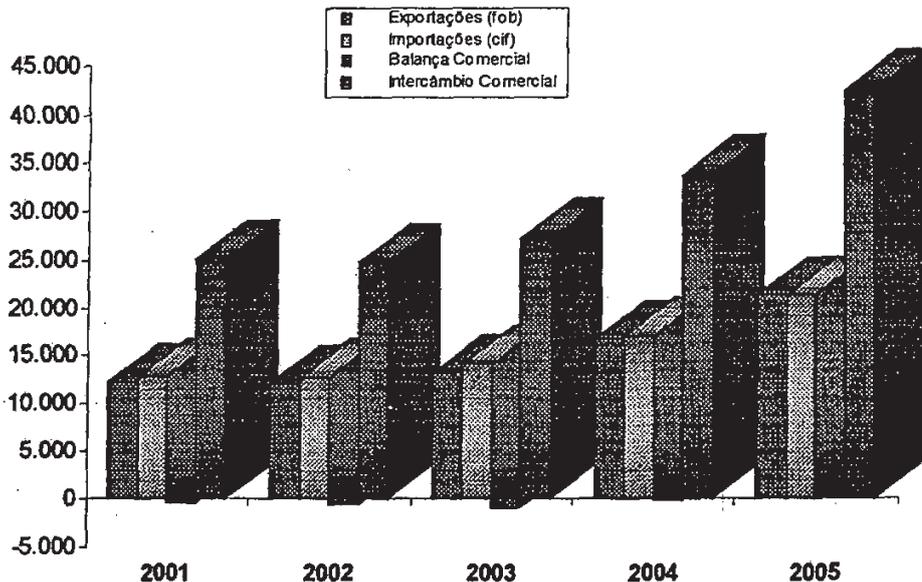
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	43,5	44,2	44,9	45,6	46,3
Densidade demográfica (hab/Km²)	41,9	42,6	43,2	43,9	44,6
PIB Nominal (US\$ bilhões)	81,2	79,4	97,5	122,6	136,0
Crescimento real do PIB (%)	1,9	3,9	4,9	5,2	6,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	6,3	7,1	5,9	5,0	4,3
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ bilhões)	10,7	10,8	13,4	14,8	15,3
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	33,2	37,0	37,7	34,8	38,5
Câmbio (Ps / US\$)	2.504,7	2.877,5	2.628,4	2.321,1	2.358,6

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)			
	2004	2005	2006
A. Balança comercial (líquido - fob)	1.346	1.595	322
Exportações	17.224	21.729	25.181
Importações	15.878	20.134	24.859
B. Serviços (líquido)	-1.679	-2.101	-2.109
Receita	2.255	2.666	3.373
Despesa	3.934	4.767	5.482
C. Renda (líquido)	-4.332	-5.561	-5.858
Receita	671	1.076	1.522
Despesa	5.003	6.637	7.380
D. Transferências unilaterais (líquido)	3.726	4.089	4.736
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-939	-1.978	-2.909
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	3.168	3.382	2.686
Investimentos diretos (líquido)	2.975	5.755	5.197
Portfolio (líquido)	-429	-1.640	-2.430
Outros	622	-733	-80
H. Erros e Omissões	240	321	254
L. Saldo (E+F+G+H)	2.469	1.725	31

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (fob)	12.307	12.099	13.129	16.788	21.190	24.562
Importações (cif)	12.820	12.695	14.155	17.033	21.202	25.713
Balança Comercial	-513	-596	-1.027	-244	-12	-1.151
Intercâmbio Comercial	25.127	24.794	27.284	33.821	42.393	50.275

COMÉRCIO EXTERIOR DA COLÔMBIA 2001-2005



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
		no total		no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	6.143	46,8%	7.056	42,0%	8.852	41,8%	8.933	36,4%
Venezuela	696	5,3%	1.627	9,7%	2.098	9,9%	2.589	10,5%
Equador	780	5,9%	1.015	6,0%	1.324	6,3%	1.554	6,3%
Peru	396	3,0%	548	3,3%	710	3,4%	833	3,4%
México	360	2,7%	526	3,1%	611	2,9%	717	2,9%
Países baixos	302	2,3%	386	2,3%	440	2,1%	690	2,8%
República Dominicana	343	2,6%	437	2,6%	583	2,8%	684	2,8%
Espanha	197	1,5%	214	1,3%	349	1,6%	614	2,5%
Itália	287	2,2%	364	2,2%	439	2,1%	561	2,3%
Bélgica	228	1,7%	290	1,7%	368	1,7%	545	2,2%
Canadá	177	1,3%	156	0,9%	298	1,4%	535	2,2%
Reino Unido	185	1,4%	275	1,6%	320	1,5%	514	2,1%
Israel			104	0,6%	198	0,9%	430	1,8%
Alemanha	265	2,0%	265	1,6%	339	1,6%	428	1,7%
Chile	189	1,4%	255	1,5%	296	1,4%	331	1,3%
<i>Brasil</i>	<i>93</i>	<i>0,7%</i>	<i>141</i>	<i>0,8%</i>	<i>141</i>	<i>0,7%</i>	<i>166</i>	<i>0,7%</i>
SUBTOTAL	10.842	82,6%	13.820	82,3%	17.498	82,6%	9.954	81,9%
DEMAIS PAÍSES	2.287	17,4%	2.969	17,7%	3.692	17,4%	1.978	18,1%
TOTAL GERAL	13.129	100,0%	16.788	100,0%	21.190	100,0%	11.932	100,0%
						%		

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
		no total		no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	4.261	30,1%	5.113	30,0%	6.033	28,5%	7.379	28,3%
México	748	5,3%	1.044	6,1%	1.757	8,3%	2.061	8,0%
China	686	4,8%	1.055	6,2%	1.617	7,6%	1.646	6,4%
Brasil	768	5,4%	973	5,7%	1.383	6,5%	1.623	6,3%
Venezuela	728	5,1%	1.082	6,4%	1.219	5,7%	1.533	6,0%
Japão	645	4,6%	649	3,8%	705	3,3%	1.080	4,2%
Alemanha	624	4,4%	677	4,0%	774	3,6%	1.002	3,9%
República da Coréia	337	2,4%	452	2,7%	594	2,8%	697	2,7%
Equador	410	2,9%	412	2,4%	529	2,5%	621	2,4%
Chile	300	2,1%	359	2,1%	377	1,8%	541	2,1%
França	395	2,8%	306	1,8%	386	1,8%	501	1,9%
Argentina	257	1,8%	322	1,9%	412	1,9%	483	1,9%
Canadá	357	2,5%	386	2,3%	389	1,8%	477	2,0%
Espanha			259	1,5%	0	0,0%	439	1,7%
Itália	293	2,1%	321	1,9%	332	1,6%	196	1,7%
Peru	193	1,4%	261	1,5%	350	1,7%	411	1,6%
Países Baixos			127	0,7%	168	0,8%	362	1,4%
Índia	113	0,8%	180	1,1%	248	1,2%	137	1,1%
Reino Unido			199	1,2%	190	0,9%	271	1,1%
Bolívia	198	1,4%	170	1,0%	192	0,9%	225	0,9%
SUBTOTAL	11.883	84,0%	14.345	84,2%	18.120	85,5%	22.074	85,8%
DEMAIS PAÍSES	2.272	16,0%	2.688	15,8%	3.082	14,5%	3.640	14,2%
TOTAL GERAL	14.155	100,0%	17.033	100,0%	21.202	100%	25.713	100,0%

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	8.316	39,2%
Café, chá, mate e especiarias	1.498	7,1%
Plantas vivas e produtos de floricultura	910	4,3%
Plásticos e suas obras	904	4,3%
Ferro fundido, ferro e aço	888	4,2%
Pérolas, pedras preciosas e moedas	750	3,5%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	675	3,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	572	2,7%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	545	2,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	456	2,2%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	361	1,7%
Vestuário e seus acessórios, de malha	325	1,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	288	1,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	277	1,3%
Produtos farmacêuticos	260	1,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	254	1,2%
Preparações alimentícias diversas	235	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	222	1,0%
Animais vivos	182	0,9%
Subtotal	17.917	84,6%
Demais Produtos	3.273	15,4%
Total Geral	21.190	100,0%

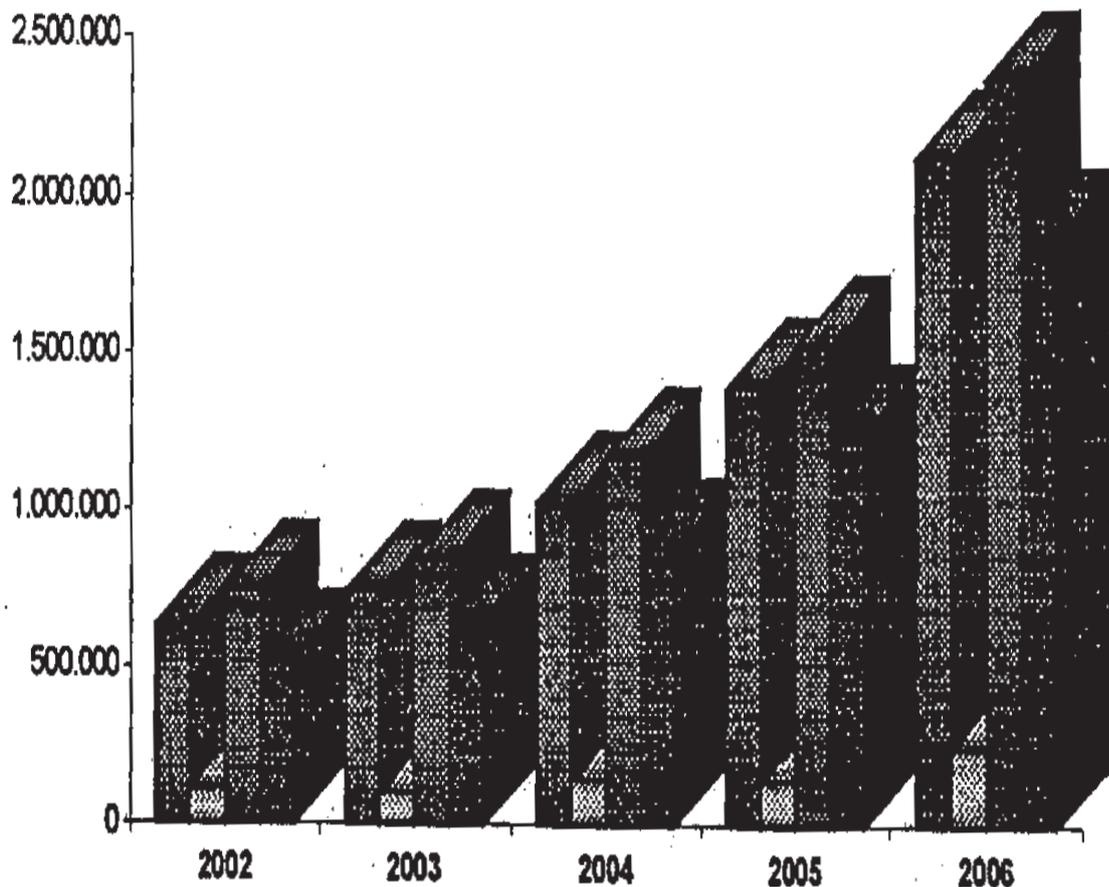
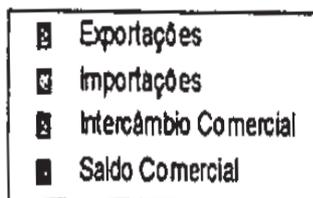
. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005⁽¹⁾	Part % no total
IMPORTAÇÕES (cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.917	13,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.827	13,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.972	9,3%
Produtos químicos orgânicos	1.521	7,2%
Plásticos e suas obras	957	4,5%
Ferro fundido, ferro e aço	933	4,4%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos espaciais	709	3,3%
Cereais	626	3,0%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	572	2,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	551	2,6%
Produtos farmacêuticos	546	2,6%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	442	2,1%
Borracha e suas obras	434	2,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	407	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	355	1,7%
Adubos ou fertilizantes	350	1,7%
Algodão	276	1,3%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	237	1,1%
Produtos químicos inorgânicos	222	1,0%
Alumínio e suas obras	217	1,0%
Óleos essências e resinóides	210	1,0%
Subtotal	17.281	81,5%
Demais Produtos	3.923	18,5%
Total Geral	21.204	100,0%

. INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA⁽¹⁾ (US\$ mil)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	636.617	748.728	1.038.007	1.405.625	2.139.883
Varição em relação ao ano anterior	5,0%	17,6%	38,6%	35,4%	51,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	8,5%	7,4%	6,6%	6,6%	8,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,1%	1,0%	1,1%	1,2%	1,6%
Importações	108.346	98.518	143.260	137.748	247.903
Varição em relação ao ano anterior	-42,6%	-9,1%	45,4%	-3,8%	80,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	1,4%	1,3%	1,5%	1,3%	1,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
Intercâmbio Comercial	744.963	847.246	1.181.267	1.543.373	2.387.786
Varição em relação ao ano anterior	-6,3%	13,7%	39,4%	30,7%	54,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	4,9%	4,8%	4,7%	4,8%	5,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	1,0%
Saldo Comercial	528.271	650.210	894.747	1.267.877	1.891.980

. INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA⁽¹⁾ (US\$ mil)	2006 (jan-jun)	2007 (jan-jun)
Exportações	907.842	1.117.549
Varição em relação ao ano anterior	34,4%	23,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	7,7%	7,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,5%	1,5%
Importações	103.341	164.184
Varição em relação ao ano anterior	44,3%	58,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	1,6%	2,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,3%
Intercâmbio Comercial	1.011.183	1.281.733
Varição em relação ao ano anterior	35,4%	26,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	5,5%	5,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,0%	1,0%
Saldo Comercial	804.501	953.365

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-COLÔMBIA

2002 - 2006



COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 4	% no total	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos e principais produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	44.631	4,3%	217.156	15,4%	361.006	16,9%
Terminais portáteis de telefonia celular	10.778	1,0%	165.997	11,8%	267.698	12,5%
Transformador de dielétrico líquido, (>10000kVA)	221	0,0%	348	0,0%	19.586	0,9%
Fios de cobre p/bobinar, isolados p/uso eletr.	1.436	0,1%	2.130	0,2%	4.807	0,2%
Ferro fundido, ferro e aço	134.356	12,9%	202.712	14,4%	343.278	16,0%
Outros laminados, a quente, l>=6cm e<3mm	49.578	4,8%	74.504	5,3%	69.092	3,2%
Laminados de ferro/aço, a quente, l>=60cm	5.802	0,6%	11.299	0,8%	49.417	2,3%
Laminados de outras ligas de aços, quente	17.036	1,6%	26.324	1,9%	34.608	1,6%
Prod. semimanuf., n/ligados, carbono>=0,25%	35	0,0%	12.922	0,9%	29.469	1,4%
Outs.laminados, l>=6cm, a quente	652	0,1%	6.681	0,5%	21.264	1,0%
Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	135.557	13,0%	204.442	14,5%	249.517	11,7%
Outros motores de explosão, p/ veículos automóveis, sup. a cilindrada 1000cm3	11.988	1,1%	19.356	1,4%	29.630	1,4%
Motocompressor hermético	12.106	1,2%	17.891	1,3%	24.181	1,1%
Unidades de processamento digital para microprocessadores	9.210	0,9%	17.992	1,3%	13.482	0,6%
Máquinas e aparelhos p/fabr.de papel ou cartão	1.620	0,2%	5.912	0,4%	9.391	0,4%
Outs.escavadoras com capacidade carga >=19m3	0	0,0%	10.724	0,8%	8.850	0,4%
Outros niveladores	3.330	0,3%	4.486	0,3%	6.547	0,3%
Veículos, automóveis, tratores, ciclos	183.382	17,6%	195.240	13,8%	218.389	10,2%
Chassis c/ motor p/ veículos p/ pessoas >=10	36.145	3,5%	40.469	2,9%	57.890	2,7%
Automóveis c/motor explosão, 1500cm3	23.474	2,2%	18.217	1,3%	31.697	1,5%
Automóveis c/motor explosão, 1000cm3	28.080	2,7%	37.880	2,7%	21.327	1,0%
Outras partes e acessórios p/ tratores e automóveis	14.190	1,4%	18.007	1,3%	19.519	0,9%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos espaciais	18.041	1,7%	18.088	1,3%	96.910	4,5%
Alumínio e suas obras	22.344	2,1%	24.224	1,7%	80.680	3,8%
Borracha e suas obras	45.673	4,4%	54.447	3,9%	70.076	3,3%
Plásticos e suas obras	23.801	2,3%	36.726	2,6%	69.117	3,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	4.712	0,5%	9.991	0,7%	47.079	2,2%
Produtos farmacêuticos	29.991	2,9%	37.587	2,7%	46.349	2,2%
Preparações alimentícias diversas	38.022	3,6%	39.696	2,8%	45.920	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	19.744	1,9%	34.289	2,4%	43.588	2,0%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	26.986	2,6%	32.462	2,3%	43.352	2,0%
Produtos químicos orgânicos	19.850	1,9%	22.437	1,6%	38.194	1,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	31.734	3,0%	4.080	0,3%	32.118	1,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	22.459	2,2%	19.503	1,4%	27.069	1,3%
Vidro e suas obras	13.375	1,3%	21.875	1,5%	25.769	1,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	14.305	1,4%	19.334	1,4%	20.305	0,9%
Filamentos sintéticos ou artificiais	19.033	1,8%	23.577	1,7%	19.443	0,9%
Algodão	29.908	2,9%	15.960	1,1%	18.579	0,9%
Subtotal	877.904	84,1%	1.233.826	87,4%	1.896.738	88,6%
Demais Produtos	165.631	15,9%	178.368	12,6%	243.145	11,4%
TOTAL GERAL	1.043.535	100,0%	1.412.194	100,0%	2.139.883	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
---	-------------	-----------------------	-------------	-----------------------	-------------	-----------------------

IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	45.943	32,1%	32.655	23,7%	79.539	32,1%
Querosenes de aviação	0	0,0%	0	0,0%	34.582	13,9%
Coques de hulha, de linhita ou de turfa	12.061	8,4%	5.085	3,7%	17.976	7,3%
Hulha betuminosa, não aglomerada	5.338	3,7%	8.380	6,1%	11.672	4,7%
Outras hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	9.104	6,4%	19.155	13,9%	9.994	4,0%
Óleos brutos de petróleo	19.439	13,6%	0	0,0%	5.243	2,1%
Misturas betuminosas à base de asfalto, de betumes, etc.	1	0,0%	35	0,0%	38	0,0%
Breu obtido de alcatrões minerais	0	0,0%	0	0,0%	35	0,0%
Plásticos e suas obras	33.597	23,5%	32.677	23,7%	37.803	15,2%
Copolímeros de propileno, em formas primárias	12.558	8,8%	18.051	13,1%	19.920	8,0%
Polipropileno sem carga, em forma primária	1.587	1,1%	2.627	1,9%	6.073	2,4%
Policloreto de vinila	4.886	3,4%	4.739	3,4%	4.720	1,9%
Alumínio e suas obras	454	0,3%	5.524	4,0%	21.256	8,6%
Desperdícios e resíduos, de alumínio	358	0,2%	5.500	4,0%	19.441	7,8%
Borracha e suas obras	9.954	6,9%	12.819	9,3%	18.656	7,5%
Pneus novos para automóveis de passageiros	5.222	3,6%	7.057	5,1%	12.241	4,9%
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	4.212	2,9%	5.393	3,9%	6.048	2,4%
Produtos químicos orgânicos	8.432	5,9%	11.693	8,5%	14.667	5,9%
6-Hexanolactama (epsilon-caprolactama)	5.881	4,1%	7.608	5,5%	12.282	5,0%
Produtos químicos inorgânicos	8.134	5,7%	8.702	6,3%	13.170	5,3%
Outros negros de carbono	7.757	5,4%	8.330	6,0%	12.286	5,0%
Pastas, ("ouates"), feltros e falsos tecidos	1.042	0,7%	1.812	1,3%	11.758	4,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	2.914	2,0%	3.066	2,2%	6.429	2,6%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	2.434	1,7%	3.720	2,7%	5.621	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	418	0,3%	280	0,2%	4.785	1,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	2.956	2,1%	1.993	1,4%	4.081	1,6%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	4.502	3,1%	206	0,1%	3.726	1,5%
Subtotal	120.780	84,3%	115.147	83,6%	221.491	89,3%
Demais Produtos	22.490	15,7%	22.601	16,4%	26.412	10,7%
TOTAL GERAL	143.270	100,0%	137.748	100,0%	247.903	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

Aviso nº 767 – C. Civil.

Em 3 de agosto de 2007

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 129, DE 2007

(Nº 575/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

Os méritos do Embaixador João de Mendonça Lima Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 207 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 31 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor João de Mendonça Lima Neto que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO

CPF.: 42506557768

RG.: 7486 – MRE

03/10/1952	Filho de Alcides Brandão de Mendonça Lima e Angela de Mendonça Lima, nasce em 03 de outubro em Roma/Itália (Brasileiro nato de acordo com o artigo 129, alínea II, 1a. parte da Constituição de 18 de setembro de 1946)
01/01/1976	Filosofia e Economia pela "Sophia University International College", Tóquio
04/01/1977	Terceiro Secretário em 01 de dezembro
09/01/1977	Divisão da América Meridional-II, assistente
04/01/1980	Embaixada em Paris, Terceiro e Segundo Secretário
05/01/1980	Segundo Secretário, por antigüidade, em 26 de novembro
25/01/1980	Ordem "El Sol de Perú", Cavaleiro
20/01/1983	Embaixada em Assunção, Segundo Secretário
26/01/1984	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
06/01/1987	Primeiro Secretário, merecimento, 30 de junho
11/01/1987	Divisão da América Meridional-I, assistente
12/01/1988	Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, assessor
13/01/1990	Secretaria de Imprensa, assessor
14/01/1991	Divisão de Assuntos Previdenciários e Sociais, assessor
15/01/1991	Centro de Processamento de Dados do Departamento de Comunicação e Documentação, Chefe, substituto
07/01/1993	Conselheiro, por merecimento, em 02 de julho
22/01/1993	Embaixada em Tóquio, Conselheiro
02/01/1997	Curso de Diplomacia Pública
23/01/1998	Embaixada em Londres, Conselheiro
03/01/2000	CAE - IRBr, Promoção do Brasil como Destino Turístico
08/01/2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
17/01/2001	Fórum da Indústria de Turismo, Coordenador Nacional

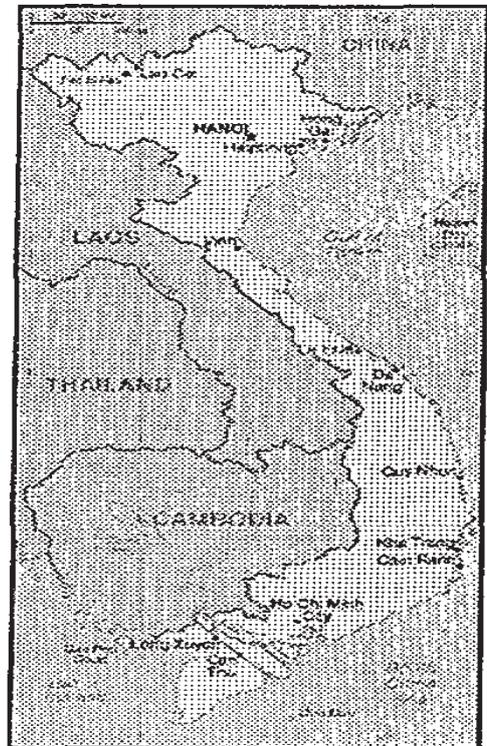
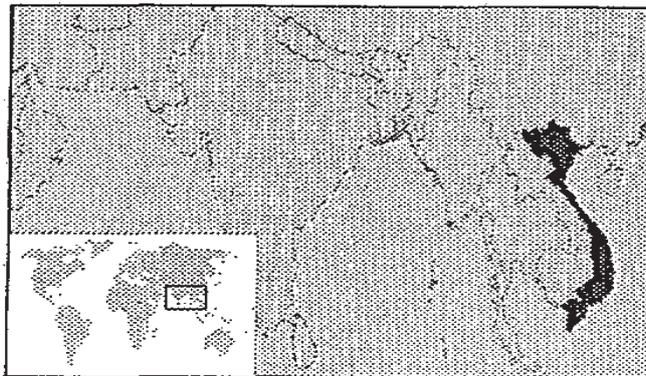
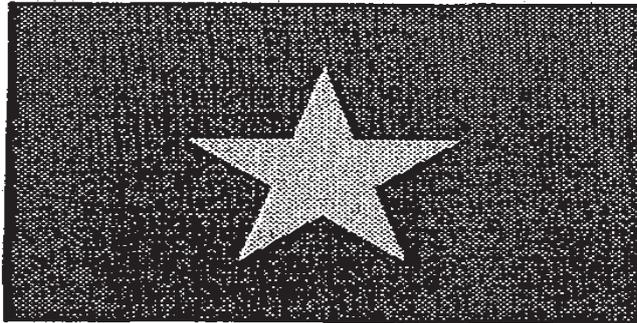
- 03/01/2002 Promoção do Brasil como Destino Turístico, Ed. IRBr, Fundação Alexandre de Gusmão
- 16/01/2003 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessoria Internacional, Chefe
- 24/01/2003 Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral
- 08/08/2004 Programas de Geração de Emprego na China em Mundo Afora - Programas de Geração de Emprego, Publicação da Coordenação de Divulgação (DC) do MRE, Ideal Gráfica e Editora
- 10/01/2005 Programa de Combate à Violência Urbana em Mundo Afora - Programas de Combate à Violência Urbana, Publicação da Coordenação de Divulgação (DC) do MRE, Gráfica Vera Cruz Ltda.



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

VIETNÃ



Ministério das Relações Exteriores
Departamento da Ásia e Oceania
Divisão da Ásia e Oceania II

Brasília, Julho de 2007

DADOS BASICOS*– República Socialista do Vietnã

CAPITAL:	Hanói
ÁREA:	331,6 mil km ² (pouco menor que o estado do Maranhão)
POPULAÇÃO (2006):	84,9 milhões
PRINCIPAIS IDIOMAS:	Vietnamita (oficial), inglês, francês, chinês, khmer
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cerca de 80% da população não têm religião; Budismo, Catolicismo, Hoa Hao, Cao Dai
SISTEMA POLÍTICO:	República Socialista Parlamentarista, com partido único
SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO	Nong Duc Mahn
PRÉSIDENTE DA REPÚBLICA:	Nguyen Minh Triet
PRIMEIRO-MINISTRO:	Nguyen Tan Dung
CHANCELER:	Pham Gia Khiem
PIB (2006):	US\$ 61,5 bilhões (nominal)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 720 (nominal); US\$ 3.100 (PPP)
EXPORTAÇÕES (2006):	US\$ 39,9 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO:	Petróleo cru, têxteis, calçados, produtos de pesca
PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES:	EUA, Japão, China, Austrália, Cingapura, Alemanha, Reino Unido
IMPORTAÇÕES (2006):	US\$ 40,5 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO:	Maquinário, partes e equipamentos, petróleo refinado, material para a indústria têxtil, aço
PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES:	China, Cingapura, Coreia do Sul, Japão, Tailândia, Malásia, Hong Kong
UNIDADE MONETÁRIA:	Dongue
EMBAIXADOR DO VIETNÃ NO BRASIL:	Nguyen Thac Dinh

* Fonte: Current Report, The Economist Intelligence Unit, July 2007

SUMÁRIO EXECUTIVO

A história milenar do Vietnã é marcada por lutas constantes para afirmar a identidade nacional e a autonomia, sobretudo em face da China. De 179 AC a 938 DC, o país esteve sob dominação chinesa e, de 1858 a 1954, todo o território atual esteve primeiro sob assédio e depois sob domínio francês.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses ocuparam o Vietnã. Em 2 de setembro de 1945, o líder da resistência contra a ocupação nipônica, Ho Chi Minh, proclamou a independência do país em Hanói. Em dezembro de 1946, no entanto, acirrou-se o conflito armado com os colonizadores franceses, que só se concluiria em 1954, com a derrota total da França na Batalha de Dien Bien Phu.

A guerra contra os norte-americanos, iniciada nos anos sessenta, terminou em 1975, com a tomada de Saigon pelo Norte comunista e a unificação do país, que, no ano seguinte, passou a chamar-se República Socialista do Vietnã (até o fim da guerra, o nome oficial do Vietnã do Norte era República Democrática do Vietnã e o Vietnã do Sul denominava-se República do Vietnã).

Desde 1975, o Vietnã busca consolidar um Estado socialista sob o controle de um partido único, o Partido Comunista do Vietnã. A invasão do Camboja por forças vietnamitas, no final de 1978, e novos conflitos com a China, na fronteira Norte, contribuíram para agravar a situação sócio-econômica do país e isolá-lo ainda mais no cenário internacional.

Em 1986, as conclusões do Sexto Congresso do Partido Comunista deram início, no entanto, a um processo de renovação ("*Doi Moi*"), com vistas à adoção de uma economia de mercado. O processo de abertura econômica foi marcado pela promulgação de uma nova Constituição, em 1992, cujo texto prevê garantias à iniciativa privada e aos investimentos externos, sem, no entanto, deixar de mencionar a orientação socialista do Estado vietnamita. Essa política de abertura foi reforçada a partir do colapso da antiga União Soviética.

Desde a definição da nova orientação, o Vietnã tem surpreendido pela velocidade e pelo alcance das mudanças, que já provocaram sensíveis alterações no cotidiano de sua população, reflexo do crescimento econômico elevado: média de aproximadamente 8% na década de 90; 6% em 2000; 6,8% em 2001; 7% em 2002; 7,3% em 2003; 7,7% em 2004; 8,4% em 2005; e 8,2% em 2006.

Nos últimos anos, o Vietnã adotou várias iniciativas diplomáticas, com vistas a reforçar sua inserção internacional. Dentre elas, ressaltam a entrada na Associação das

Nações do Sudeste Asiático (“Association of Southeast Asian Nations” – ASEAN) e a normalização das relações diplomáticas com os Estados Unidos, eventos ocorridos em 1995, bem como a adesão à Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (“Asia-Pacific Economic Cooperation” – APEC), em 1998, que marcaram o fim do isolamento internacional do Vietnã e o início de uma nova era na sua história.

Em razão do processo de abertura econômica iniciado em 1986, o Vietnã apresenta um dos maiores índices de crescimento econômico na Ásia (8,4% em 2005; 8,2% em 2006; 7,9% em 2007 e previsão de 7,8% em 2008) e recebe expressivos fluxos de investimentos estrangeiros. Prevê-se que a adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC), concluída em 2007, fortaleça os fundamentos de sua economia.

O Vietnã tem-se também mostrado exitoso na aplicação de políticas de inclusão social e manifestou apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil, por sua vez, comprometeu-se a apoiar a candidatura vietnamita a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio 2008-2009.

O comércio bilateral em 2006 foi de US\$ 204 milhões (exportações brasileiras de US\$ 128,9 milhões e importações de US\$ 75,5 milhões). Apesar do aumento significativo em relação a 2005 (87%), trata-se ainda de volume de comércio bilateral muito aquém de seu potencial.

O Vietnã tem também demonstrado interesse em estreitar a cooperação bilateral nas áreas de etanol; ciência e tecnologia; e esportes (há instrumentos bilaterais em diferentes estágios de negociação nesses três campos).

Em maio de 2007, o Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, a mais alta autoridade do sistema político vietnamita, visitou o Brasil, como parte de périplo pela América Latina, acompanhado de vasta delegação ministerial, tendo-se encontrado com o Presidente Lula. Durante a visita do Secretário-Geral do Partido Comunista, foi firmado Memorando na área de Saúde e Ciências Biomédicas.

POLÍTICA INTERNA

A organização do Estado vietnamita está definida na Constituição de 1992 e suas Emendas. São elementos principais o Partido Comunista; o Poder Executivo; a Assembléia Nacional (unicameral); o Judiciário; e as administrações locais e provinciais.

O Art. 4 da Constituição afirma que o Partido “é a vanguarda da classe trabalhadora, o fiel representante dos direitos e interesses da classe trabalhadora, do povo que labuta, e de toda a nação, agindo sob a doutrina marxista-leninista e o Pensamento de Ho Chi Minh”. É “a força que lidera o Estado e a sociedade”.

O Vietnã tem regime de partido único.

O dirigente mais influente do Partido Comunista é o Secretário-Geral. Dele partem as recomendações para as indicações do Presidente da República e do Primeiro-Ministro.

O atual Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, foi escolhido pelo IX Congresso (era antes Presidente da Assembléia Nacional) e confirmado pelo X Congresso, em 2006.

O Partido, com cerca de 3,1 milhões de membros à época do X Congresso, é liderado por um Comitê Central de 160 membros e mais 21 alternos. O Comitê Central é, por sua vez, liderado por um Bureau Político, atualmente de 14 membros. Conta também com uma Secretaria de 8 membros e uma Comissão de Controle de 14 membros.

O Congresso Nacional do Partido reúne-se a cada cinco anos. O X Congresso realizou-se de 18 a 25 de abril de 2006 com a participação de 1.176 delegados, ocasião em que houve extensa renovação na cúpula do Estado e do próprio Partido, mais ampla do que a ocorrida no Congresso anterior.

Ademais do Secretário-Geral do Partido, as principais autoridades do país são o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Presidente da Assembléia Nacional, todos membros do Bureau Político do Partido.

O Presidente da República comanda as Forças Armadas e tem a prerrogativa de propor à Assembléia Nacional a eleição ou destituição do Primeiro-Ministro e do Presidente da Suprema Corte.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Vietnã tem como uma de suas prioridades a inserção do país no Sudeste asiático. Além da China, Japão, as duas Coreias e os países da ASEAN, têm particular importância as relações com o Laos e o Camboja, países limítrofes. No plano extra-regional, ressaltam as relações com os EUA e a União Européia.

O processo de abertura para a economia de mercado, “*Doi Moi*” (“Renovação”), iniciado em 1986, ampliou as possibilidades da projeção internacional vietnamita. Desde o começo da década de 90, o Vietnã evoluiu de uma posição de isolamento internacional – resultante da atitude negativa dos EUA após a guerra e da crise com a China devido à invasão do Camboja em 1978 – para uma de abertura de frentes de cooperação. Em 1991, o VII Congresso do Partido Comunista adotou expressamente uma política externa de “portas abertas”. A partir de então, o Vietnã iniciou ofensiva diplomática que conduziu à normalização das relações com seus vizinhos (com a China em 1991 e com a França em 1993). O país aderiu ao FMI em 1993. Em 1995, ingressou na ASEAN; estabeleceu relações diplomáticas com os EUA; e formalizou pedido de acesso à OMC, ademais de firmar acordo-quadro com a UE. Após a visita do Presidente dos EUA Bill Clinton (2000), o Vietnã firmou com os EUA um Acordo Comercial (2001).

Em 2004, realizou-se em Hanói a V Cúpula da ASEM, seguida da cúpula da APEC (2006). Em janeiro de 2007, foi formalizada a acesso do Vietnã à OMC.

Em junho de 2007, o Presidente Nguyen Mihn Triet tornou-se o primeiro Chefe de Estado vietnamita a visitar os EUA, desde o fim da Guerra do Vietnã.

No início de 2007, o Vietnã mantinha relações diplomáticas formais com 171 países, dos quais 63 com Embaixadas residentes em Hanói e 58 não-residentes, num total de 121), além de Delegação junto à União Européia e de 16 Escritórios de organizações intergovernamentais.

ECONOMIA

O VI Congresso do Partido Comunista, em 1986, formalizou a adoção da política de amplas reformas, "*Doi Moi*" ("Renovação"), voltada para a transição de uma economia estritamente planejada para a economia de mercado, com "orientação socialista".

As reformas incluíram a reformulação do sistema agrícola, a liberalização dos preços, o corte de subsídios estatais, a promoção do setor privado, a abertura comercial e a abertura aos investimentos externos. Essa política recebeu amplo apoio internacional e tem mostrado resultados muito positivos. Historicamente ameaçado pela fome, o país tornou-se, por exemplo, um dos maiores exportadores mundiais de arroz. A inflação foi dramaticamente reduzida. A economia vietnamita passou a apresentar altos índices de crescimento.

O ingresso na ASEAN e o estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA, ambos em 1995, marcaram de modo claro uma nova fase na história econômica do país.

Entre as principais características atuais da economia vietnamita figuram: a existência de aproximadamente 250 mil empresas registradas, das quais, mais de 90% são pequenas e médias e cerca de 2 mil de capital 100% estatal; a participação das exportações em 60% do PIB; e taxa de investimento da ordem de 39% em relação ao PIB.

A economia do Vietnã manteve, em 2006, o ciclo de crescimento acelerado. O PIB cresceu 8,2 %, totalizando cerca de US\$ 60 bilhões, e a renda per capita atingiu o valor de aproximadamente US\$ 720 (valores nominais). Pelo critério de "Purchasing Power Parity" ou "PPP", o PIB poderia ser estimado em US\$ 258,6 bilhões e o PIB per capita em US\$ 3.100 em 2006. As exportações somaram US\$ 39,6 bilhões, com crescimento de 22,2% em relação ao ano anterior. O intercâmbio comercial atingiu seu mais alto patamar, com US\$ 84 bilhões. A inflação, que era preocupante um ano antes, voltou a patamares aceitáveis, 6,6%, abaixo do índice de crescimento do PIB. A população na faixa de pobreza foi reduzida em 3%.

São citados como principais fatos de 2006, na esfera econômica, a aprovação do plano quinquenal para 2006-2010; a acessão à OMC, concluída em 2007; a manutenção do forte processo de atração de investimentos; a solidez da expansão das exportações; o notável avanço nas operações das duas bolsas de valores existentes no país; a entrada em vigor das novas leis sobre investimentos e funcionamento das empresas estrangeiras;

o combate a casos notórios de corrupção; as altas perdas decorrentes de desastres naturais como tufões, epidemias e pragas agrícolas; e greves por melhores salários e condições de trabalho em empresas de capital estrangeiro, que movimentaram mais de 150 mil grevistas.

O Vietnã goza, atualmente, da reputação de ser um dos países mais estáveis e seguros na região Ásia-Pacífico. O Governo vietnamita tem consciência da importância dessa percepção e procura contribuir para uma melhor divulgação dessa imagem no plano externo.

Parte das dificuldades de adaptação à economia internacional deriva das contradições entre uma economia que quer pautar-se pelas regras do mercado e um sistema político centralizador. Nisso, o Vietnã parece buscar encontrar soluções no modelo chinês.

RELAÇÕES BRASIL-VIETNÃ

Brasil e Vietnã estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada do Brasil em Hanói foi aberta em 1994, e a do Vietnã em Brasília em 2000.

As relações políticas bilaterais são cordiais, sem contenciosos, mas ainda aquém do seu potencial. O Vietnã manifestou apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Brasil apoiará a candidatura vietnamita a um assento não-permanente, no biênio 2008-2009. Houve até o momento três reuniões do Mecanismo de Consulta Política, criado em 1995 (1998, 2003 e 2004).

O Brasil tem elevado déficit de visitas de alto nível com o Vietnã. Já visitaram o Brasil o Secretário-Geral do Partido Comunista, Nong Duc Mahn (2007); o ex-Presidente da Assembléia Nacional, Nguyen Van An (2006); os ex-Presidentes Tran Duc Luong (2004) e Le Duc Anh (1995); os então Ministros da Cultura e Informação (2000) e da Defesa Nacional (2003); e o Vice-Premier, depois Primeiro-Ministro, Phan Van Khai (1998).

A visita mais significativa pelo lado brasileiro foi a do Deputado Federal Aldo Rebelo, então líder do Governo na Câmara (2003), na condição de Presidente do Grupo Parlamentar.

São os seguintes os instrumentos bilaterais atualmente em negociação entre o Brasil e o Vietnã:

INSTRUMENTOS BILATERAIS EM NEGOCIAÇÃO

Instrumento	Status atual	“Follow-up”
Protocolo sobre Cooperação Técnica para a Produção de Etanol	O lado brasileiro apresentou proposta de texto em 2005. A Parte vietnamita entrou em contato direto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para obter maiores informações sobre o texto.	Aguarda-se reação do lado vietnamita.
Acordo-Quadro em Cooperação Técnica	O lado brasileiro apresentou proposta de texto em 2005.	Aguarda-se reação do lado vietnamita
Acordo de Cooperação Esportiva	O lado brasileiro apresentou proposta de texto em 2005.	Aguarda-se reação do lado vietnamita

Brasil e Vietnã já firmaram os seguintes instrumentos: Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (1995); Acordo de Cooperação Cultural (2003); Acordo Relativo ao Tratamento Recíproco de Nação Mais favorecida (2004); Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos (2004); e Memorando de Entendimento em Saúde e Ciências Biomédicas (2007). Este último, celebrado por ocasião da visita do Secretário-Geral do Partido Comunista ao País, contempla, dentre outros pontos, a cooperação na área de HIV/AIDS.

A visita do Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã ao Brasil, em maio de 2007, ofereceu a oportunidade para reafirmar-se a importância que os dois Governos atribuem ao aprimoramento de suas relações bilaterais.

O Vietnã compartilha com o Brasil a importância atribuída a políticas que buscam, por um lado, conciliar a ampliação e aprimoramento de sua inserção no sistema internacional, e, por outro, promover a melhoria das condições de inclusão social de suas populações.

No plano político, o Vietnã manifestou apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU, enquanto o Brasil anunciou apoio à candidatura vietnamita a um assento não-permanente do CSNU, no biênio 2008-2009. Existem condições muito favoráveis para o estreitamento dos contatos e consultas em organismos internacionais.

O Brasil prestou firme apoio ao processo de acesso do Vietnã à OMC, concluído em fins de 2006, e avalia positivamente os esforços envidados pelo país na transição para uma economia de mercado

Em abril de 1998, foi criado, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Vietnã. A IX Legislatura da Assembléia Nacional do Vietnã, iniciada em 2002, estabeleceu a seção vietnamita do Grupo.

Os dois países mostram afinidade e votam, em geral, de forma coincidente em organismos multilaterais, com apoio recíproco em votações para cargos. A Chancelaria vietnamita aprecia o que considera atitude equilibrada do Brasil no tema dos direitos humanos. O Brasil recebeu o apoio vietnamita à sua eleição ao ECOSOC, em 2004.

O Brasil esteve entre os primeiros países a concluir (novembro de 2004) as negociações bilaterais relativas ao processo de acesso do Vietnã à OMC.

A intensificação do relacionamento com o Vietnã pode também ser vista como parte do Diálogo Sul-Sul e do processo de aproximação entre o Brasil e os países do Sudeste Asiático e da ASEAN, nossa última fronteira de projeção diplomática.

COMÉRCIO BILATERAL

As exportações do Brasil para o Vietnã passaram de US\$ 61,6 milhões em 2005 para US\$ 128,9 milhões em 2006 (um aumento de 109,3%). As importações pelo Brasil de produtos vietnamitas também aumentaram, de US\$ 47,7 milhões em 2005 para US\$ 75,5 milhões (aumento de 58,2%). O aumento do intercâmbio foi de 87%, passando de US\$ 109,35 milhões em 2005 para US\$ 204,51 milhões em 2006.

Foi a seguinte a evolução do intercâmbio bilateral desde 1990 (US\$ FOB):

ANO	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
1990	2.981.013	0	2.981.013	2.981.013
1991	2.337.050	48.154.076	-45.817.026	50.491.126
1992	2.082.655	10.914.697	-8.832.042	12.997.352
1993	4.264.422	17.264.831	-13.000.409	21.529.253
1994	1.826.615	51.978.116	-50.151.501	53.804.731
1995	7.571.521	20.740.202	-13.168.681	28.311.723
1996	10.502.813	36.484.037	-25.981.224	46.986.850
1997	14.271.621	29.572.796	-15.301.175	43.844.417
1998	20.031.726	24.716.387	-4.684.661	44.748.113
1999	13.122.134	24.233.110	-11.110.976	37.355.244
2000	7.052.912	19.197.500	-12.144.588	26.250.412
2001	11.459.213	17.757.432	-6.298.219	29.216.645
2002	27.616.796	15.291.647	12.325.149	42.908.443
2003	25.013.947	22.103.573	2.910.374	47.117.520
2004	37.952.549	31.906.986	6.045.563	69.859.535
2005	61.608.392	47.751.521	13.856.871	109.359.913
2006	128.959.850	75.552.524	53.407.326	204.512.374
2006*	50.187.612	33.016.302	17.172.310	83.303.914
2007*	81.105.915	43.416.153	37.689.762	124.522.068

* Dados referentes ao período janeiro-junho.

As principais exportações brasileiras são madeira e couros, a que, a partir de 2003, agregaram-se veículos para transporte de 10 ou mais pessoas (ônibus). Outros itens de expressão são: algodão, máquinas e aparelhos mecânicos, fumo, aço, sucos, alimentos e produtos químicos. O Brasil importa do Vietnã arroz, motores, calçados, borracha, pneus de bicicleta, carvão, bolsas de couro e roupas, entre outros.

No início de 2006 foi aberto escritório comercial do Vietnã em São Paulo.

CRONOLOGIA – PRINCIPAIS FATOS

- 179 a. C. a 938 d. C – Domínio chinês sobre a maior parte do atual Vietnã.
- 1858 – Início da dominação colonial francesa sobre a Indochina.
- 1930 – Fundação do Partido Comunista da Indochina (PCI)
- 1941 – Invasão japonesa.
- 1945 – Proclamação da Independência da República Democrática do Vietnã (2/09).
- 1946 – Início da guerra de independência contra os franceses.
- 1954 – Batalha de Dien Bien Phu. Derrota francesa.
 - Acordos de Genebra; divisão do Vietnã em Norte e Sul.
- 1963 – Guerrilhas comunistas no Sul derrotam unidades do Exército sul-vietnamita.
 - Queda e assassinato do Presidente sul-vietnamita, Ngo Dinh Diem. (1º/11).
- 1964 – Incidente de Tonquim. Bombardeios dos EUA no Vietnã do Norte.
- 1965 – 200.000 soldados dos EUA chegam ao Vietnã do Sul.
- 1968 – Ofensiva militar comunista no Sul (Ofensiva do Tet) (janeiro-fevereiro).
- 1969 – Morte de Ho Chi Minh.
 - Início da redução de tropas norte-americanas no Vietnã (“vietnamização”).
- 1970 – Início das conversações de paz entre EUA e Vietnã do Norte, em Paris.
- 1973 – Acordo de cessar-fogo em Paris. Retirada das tropas dos EUA (janeiro).
- 1975 – Queda de Saigon. Tropas norte-vietnamitas ocupam o Sul (abril).
- 1976 – Proclamação da República Socialista do Vietnã.
- 1979 – Tropas do Vietnã invadem o Camboja e derrubam o regime do Khmer Vermelho.
 - Conflito na fronteira entre China e Vietnã.
- 1986 – Início da política de abertura econômica, conhecida como “doi moi” (renovação).
- 1992 – Nova Constituição permite algumas liberdades econômicas.
- 1994 – Fim do embargo econômico de 30 anos dos EUA ao Vietnã.
- 1995 – Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os EUA.
 - Ingresso do Vietnã na ASEAN.
- 2000 – Visita do ex-Presidente dos EUA Bill Clinton ao Vietnã.
- 2005 – Visita do ex-Primeiro-Ministro Phan Van Khai aos EUA (junho).
- 2006 – X Congresso do Partido Comunista do Vietnã. Novos Presidente e Primeiro-Ministro.
- 2007 – Entrada do Vietnã na OMC (janeiro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1989 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã (8/05).
- 1993 – Visita ao Brasil do ex-Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai (out.).
- 1994 – Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã (abril).
- Visita do então Vice-Premier Phan Van Khai ao Brasil (junho).
 - Instalação da Embaixada do Brasil em Hanói (setembro).
- 1995 – Assunção do primeiro Embaixador do Brasil em Hanói, Ítalo Zappa (janeiro).
- Apresentação de credenciais do Embaixador Ítalo Zappa (fevereiro).
 - Visita ao Brasil do ex-Presidente do Vietnã, Le Duc Anh (9 a 12/10).
 - Memorando de Entendimento relativo a Consultas bilaterais (out.).
- 1997 – O 2º Embaixador do Brasil, Christiano Whitaker, apresenta credenciais (30/01).
- Abertura do Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo.
- 1998 – Primeira Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (26/05).
- 2000 – Abertura da Embaixada residente do Vietnã em Brasília (1º/10).
- 2002 – Atual Embaixador do Brasil apresenta credenciais (21/05).
- “Agrément” ao 1º Embaixador do Vietnã residente em Brasília (24/06).
 - O Embaixador Nguyen Van Huynh apresenta credenciais (setembro).
- 2003 – Visita de missão político-empresarial brasileira ao Vietnã (20 a 24/10).
- Segunda Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (24/10).
 - Assinatura de Acordo de Cooperação Cultural Brasil-Vietnã (24/10).
 - Visita do Ministro da Defesa do Vietnã, Pham Van Tra, ao Brasil (13-15/11).
- 2004 – Visita do Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Rel. Ext. do Vietnã ao Brasil (jan.).
- Visita ao Brasil do então Presidente do Vietnã, Tran Duc Luong (15 a 18/11).
 - Realização em São Paulo do 1º “Fórum Empresarial Brasil-Vietnã” (16/11).
- 2005 – Delegação do Vietnã no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (jan.).
- Visita ao Brasil de delegação parlamentar do Vietnã (março).
 - Visita de delegação do Partido Comunista do Vietnã ao Brasil (15 a 20/04).
 - Visita de delegação do Ministério das Finanças do Vietnã ao Brasil (abril).
 - Visita de delegação da Assembléia Nacional do Vietnã ao Brasil (dezembro).
- 2006 – Visita ao Brasil do ex-Presidente da Assembléia Nacional do Vietnã (março).
- 2007 – Visita ao Brasil do Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista, Nong Duc Manh (27 a 30/5); assinatura de Memorando de Entendimento na área de Saúde e Ciências Médicas.

Aviso nº 768 – C. Civil.

Em 3 de agosto de 2007

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sexta-feira, 10 de agosto de 2007, 9h5min. Há oradores inscritos.

Convoco para usar da tribuna o Senador do PMDB do Estado do Amapá, Dr. Gilvam Borges.

V. Ex^a, regimentalmente, não sendo uma sessão deliberativa, poderá usar da tribuna por até vinte minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a em respeito ao Amapá e à democracia.

Apenas peço permissão para relembrar, Professor Cristovam Buarque, que este é um dos melhores Senados em 183 anos da nossa República, tanto é que no passado não havia reunião às sextas-feiras. Estamos aqui para debater os principais problemas desta Nação, os reclamamos do povo brasileiro.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saias rodadas invadiram o palco do Teatro das Bacabeiras, em Macapá. O batuque do marabaixo, maior tradição folclórica local, foi o ritmo que anunciou a chegada do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ao Amapá, segundo estado da Região Norte a receber a visita da Caravana da Educação.

Aliás, da Bahia, em 9 de maio, até o Amapá, no dia 7 de agosto, a Caravana da Educação do Presidente Lula passou por dez estados.

Macapá recebeu o ministro da Educação, Fernando Haddad, que lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) na última terça-feira, 7 de agosto.

Com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 3,1 (abaixo da média nacional, que é de

3,8), o Amapá é uma das prioridades do PDE. Mesmo com taxa de analfabetismo de 12,10%, menor que a taxa nacional (13,63%), a alfabetização de jovens com mais de 15 anos e adultos é prioridade do Estado.

Desde 1970, o Amapá não recebia a visita de um Ministro da Educação. Para nós, foi um dia de festa. O Ministério da Educação está estabelecendo uma relação direta com os Municípios; por isso esse pacto trará grandes avanços.

O Amapá foi o décimo Estado a aderir ao Plano de Metas “Todos pela Educação”. O lançamento do PDE, no Estado, foi para o Ministro o começo de um trabalho. “Eu não vim aqui lançar um plano e, sim, começar uma parceria para garantir educação de qualidade às crianças do Amapá”, disse o Ministro Fernando Haddad

No lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no Amapá, o Ministro da Educação foi enfático ao afirmar que o PDE é um pacto entre os entes federados, não entre governos.

Entendo, conforme advogou o Ministro, que é fundamental a colaboração entre União, Estados e Municípios para que as ações previstas no PDE se concretizem. E, assim como ele, eu também defendo a importância da continuidade das ações. Não podemos ter as iniciativas suspensas a cada dois ou quatro anos com a troca no Ministério ou nas secretarias estaduais e municipais. Daí a importância dos planos municipais e estaduais de educação.

O PDE marca uma mudança, Sr. Presidente, na postura do Ministério da Educação, que passa a ir aos Municípios, especialmente àqueles que mais necessitam de auxílio técnico e financeiro, em vez de ficar esperando em Brasília pelos dirigentes municipais. E é verdade. Muitos prefeitos de pequenos Municípios, por falta de condições para elaboração de projetos, deixam de receber recursos.

Entre as medidas do PDE, Haddad salientou a criação do piso nacional para o magistério, projeto que tramita na Câmara dos Deputados, e a importância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que será responsável pela formação e atualização dos profissionais da Educação.

No caso específico do Amapá, duas iniciativas importantes estão em andamento: a criação de duas unidades de escolas técnicas – uma em Macapá e outra em Laranjal do Jarí – e a criação do curso de Medicina na Universidade Federal do Amapá. A primeira medida aguarda a votação do projeto de lei em tramitação nesta Casa. Quanto à criação da faculdade de Medicina, o MEC aguarda a manifestação do Conselho Nacional de Saúde. E o Ministro reiterou que a posição do Ministério é totalmente favorável à criação do primeiro curso de Medicina do Estado. Ali-

ás, o Amapá é o único Estado da Federação que não possui curso de Medicina.

Na visita do Ministro da Educação ao meu Estado, fiz uma exposição de motivos e solicitei – por ter sido solicitado também pelo Magnífico Reitor da nossa Universidade Federal do Amapá, José Carlos Tavares Carvalho, que, quero salientar, vem realizando um belo e probo trabalho em prol daquela Universidade – a liberação de R\$2 milhões para garantir o pagamento com gastos previstos no Plano Anual de Trabalho da Universidade Federal do Amapá (Unifap). É que esses recursos, que fazem parte do programa “Amazônia Legal”, no qual se inclui a Universidade Federal do Amapá, deveriam ter sido liberados ainda no primeiro trimestre deste ano. Além disso, pedi ao Ministro Fernando Haddad especial carinho na liberação dos recursos orçamentários das emendas parlamentares individuais e de bancada do Estado, referentes aos exercícios de 2006 e 2007. São mais de R\$9 milhões que a Unifap e outras instituições de ensino do Estado têm a receber do Ministério da Educação.

Para minha tranquilidade, o Ministro me garantiu que o Amapá vai ser prioridade do MEC até o final do Governo Lula. E com relação à Unifap, todos os esforços serão concentrados para que as emendas individuais e de bancada tenham os recursos liberados.

As emendas parlamentares individuais e da bancada federal estão assim destinadas: apoio a entidades de ensino superior não-federais (R\$150 mil); modernização e recuperação da infra-estrutura física da Unifap (R\$374,553 mil, sendo que desse valor já foram liberados R\$144,398 mil); funcionamento de cursos de pós-graduação da Unifap (R\$64,656 mil, sendo que desse total já foram liberados R\$28,019 mil); e modernização e recuperação da infra-estrutura física da Unifap e de hospitais de ensino superior no Amapá (R\$8,9 milhões, sendo que desse valor foram liberados somente R\$9,092 mil, devendo ser liberada até o final do mandato do Presidente Lula a quantia de R\$8,892.008 milhões).

O Ministro viu a realidade do Estado, conheceu a Universidade Federal do Amapá e ficou muito sensibilizado com o diagnóstico apresentado pelo Reitor da Unifap, José Carlos. Nós, parlamentares, inclusive eu, que sou o coordenador da bancada federal junto à Comissão de Orçamento, sabemos que esse dinheiro não pode ser liberado todo de uma vez, mas temos a garantia alvissareira de que até o final do mandato do Presidente Lula, a Unifap vai receber esse dinheiro e poderá se nivelar, em termos de infra-estrutura e de corpo docente, às demais universidades federais do País.

Ontem, quinta-feira, para reforçar o pleito e fechar o trabalho de articulação, fui recebido em audiência

pela Secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação, Dr^a Iguatemy Maria Lucena Martins, que me disse que a determinação do Ministro é de liberar o que já está garantido no programa e que não pode haver atraso na liberação dos R\$2 milhões. Assim, com certeza, ainda este mês poderemos ter essa notícia importante, pois os pagamentos se referem aos gastos previstos no Plano Anual de Trabalho.

Então, respiro aliviado e, da tribuna desta Casa, agradeço ao Ministro Fernando Haddad, porque juntos estivemos no Amapá e lá tivemos a oportunidade de, juntamente com o Governador Waldez Góes, o Presidente da Assembléia Legislativa, Jorge Amanajás, com a presença da Bancada Federal, Deputados Estaduais, autoridades do Estado, recepcionar o Ministro, para receber o anúncio oficial do PDE.

Portanto, Sr. Ministro Haddad, não poderia deixar de vir a esta tribuna para agradecer a V. Ex^a, que pôde verificar, *in loco*, nossas necessidades. Assim, em Brasília, já estamos agindo, no sentido de confirmar os acertos e os entendimentos políticos na liberação de recursos e as providências tomadas nos lançamentos dos programas na área de educação.

Não tenho medo de dizer que Fernando Haddad, sem dúvida, é um expoente, é uma estrela que se destaca nos Ministérios da Esplanada, em Brasília. Tem sido muito eficiente, atuante, mobilizador, sensível, conciliando a política com a técnica. Com os dois caminhando juntos, sem sombra de dúvida, o progresso chegará.

Sr. Presidente, anunciaremos agora recursos nas contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Temos uma equipe que acompanha todos os projetos, juntamente com a representação do Governo do Estado, para que os recursos federais cheguem ao Amapá.

Atenção, Prefeitura do Município de Porto Grande: Ordem Bancária nº 2007OB923025; conta nº 100668; agência nº 3990; valor liberado: R\$291.500,00. Objeto: aquisição de equipamentos e material permanente.

Prefeitura Municipal de Santana: Ordem Bancária nº 2007OB908352; Banco do Brasil, agência nº 3346; conta nº 219479; valor liberado: R\$79.055,00. Objeto: coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos.

Prefeitura Municipal de Santana: Ordem Bancária nº 2007OB202539; Caixa Econômica Federal; agência nº 0658; conta nº 66470693; dinheiro na conta: R\$39.000,00. Objeto: implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana.

Prefeitura Municipal de Macapá: Ordem Bancária nº 2007OB908632; Banco do Brasil; agência nº 261; conta nº 696110; valor liberado: R\$371.750,03. Objeto: sistema de abastecimento de água.

Sr. Presidente, meus nobres colegas, é com alegria que o Amapá trabalha para que esses recursos possam chegar aos Municípios do Estado.

Prefeitura Municipal de Macapá: Ordem Bancária nº 2007OB908161; Banco do Brasil; agência nº 0261; conta nº 607029; valor: R\$141.877,96. Dinheiro já na conta. Objeto: sistema de abastecimento de água.

Governo do Estado do Amapá: Ordem Bancária nº 2007OB900778; Banco do Brasil; agência nº 3575; conta nº 58289; valor liberado: R\$350.964,00. Objeto: valor destinado à orientação profissional, habilitação e qualificação dos trabalhadores.

Já estamos para concluir, Sr. Presidente.

Governo do Estado do Amapá: Ordem Bancária nº 2007OB852044; Banco do Brasil; Agência nº 3575; Conta nº 273880; valor liberado: R\$1.197.274,70. Objeto: referente ao Programa de Reforma da Educação Profissional. Dinheiro na conta.

Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí: Ordem Bancária nº 2007OB902391; emitente: Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal; agência nº 0658; conta nº 60000830; valor liberado: R\$2 milhões. Objeto: adequação de vias na área do rio Jarí.

Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí, novamente: Ordem Bancária nº 2007OB902704; Caixa Econômica Federal; Agência nº 0658; Conta nº 66470871; valor liberado: R\$27.690,00 – é pouco, mas tudo ajuda. Objeto: apoio à implantação dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades e a elaboração de planos diretores.

Prefeitura Municipal de Cutias: Ordem Bancária nº 2007OB923175; Banco do Brasil; Agência nº 3575; Conta nº 54151; valor liberado: R\$112 mil. Objeto: pagamento convênio nº 4005/2004 – apoio à manutenção de unidade de saúde.

Prefeitura Municipal de Porto Grande: Ordem Bancária nº 2007OB904277; Banco do Brasil; agência nº 3990; conta nº 106534; valor liberado: R\$192.060,00. Objeto: pagamento convênio CV 143/2006, referente à aquisição de uma caçamba toco basculante. Dinheiro na conta.

Sr. Presidente, nobres colegas, nem só de discurso vive o Parlamentar. Pela atribuição que tenho, de alocar recursos no Orçamento da União, há uma obrigação de disposição, de acompanhamento, liberação e audiências junto aos Ministros para que esse recurso possa chegar ao Amapá.

Sr. Presidente, embora meu tempo esteja encerrando, concedo um aparte ao eminente Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabei de prorrogar o tempo de V. Ex^a por cinco minutos provisoriamente. É como a CPMF, posso prorrogar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Gilvam Borges, quero fazer alguns elogios e uma proposta. Em primeiro lugar, elogio V. Ex^a não só por vir falar do assunto educação, por fazer um elogio merecido ao Ministro da Educação, mas também por seu gesto de se preocupar em falar ao povo do Amapá o número da conta e o valor enviado ao Estado. Felicito-o por isso. Em segundo lugar, elogio o Ministro, porque realmente essa idéia da caravana da educação é algo muito positivo. Fico satisfeito com que V. Ex^a tenha trazido isso aqui, com referências positivas a respeito disso. Em terceiro lugar, vamos fazer uma reflexão entre nós. Lembro-me de que V. Ex^a citou agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Podemos ficar certos de que essas agências, não importa em que Estado ou cidade estejam, contam com pessoal preparado, bem remunerado e, ao mesmo tempo, eficiente. Lamentavelmente, as escolas não são tão iguais no Brasil inteiro. Senador Mão Santa, agência do Banco do Brasil é igual em qualquer lugar do País. Às agências da Caixa Econômica, pode-se ir, e o dinheiro vai ser pago direitinho, vai chegar na hora, porque elas são iguais em todo o lugar do Brasil. As escolas não o são. O que é que a gente precisa fazer para, de fato, no Brasil, a escola ser boa em qualquer lugar? A criança não é culpada pela cidade onde nasce nem pelo pai e mãe que tem. A criança nasce sem escolher a renda dos pais, sem escolher a cidade onde nasce. Por que ela é punida se os pais não têm dinheiro ou se as cidades são pobres e pequenas? A criança que nascer no Brasil tem de ter a mesma chance, não importa se nasceu no Amapá ou no Rio Grande do Sul, não importa se o pai é um homem rico ou um homem pobre. Todas têm de ter a mesma chance. Elas não serão iguais no futuro. Essas crianças não serão iguais, pois umas têm mais talento; outras, menos; umas têm mais persistência; outras, menos, mas o direito à mesma chance tem de ser igual. E só há uma maneira de fazer isso: federalizar a educação pública no Brasil. Enquanto a educação de base for municipal, toda ela nos ombros do pobre do Prefeito, ela não vai melhorar. Aqui mesmo, V. Ex^a está mostrando: essas escolas vão melhorar, porque o Governo Federal está levando algum dinheiro para lá. Mas o Governo Federal ainda não paga o salário do professor. Então, não será possível a nenhum Prefeito do Amapá pagar um bom salário ao professor. Não vou discutir se poderia pagar mais do que paga hoje. Não estou aqui dizendo que os professores que fazem greve estão errados, mas nunca o salário será suficientemente bom enquanto o pobre do Prefeito tiver de pagá-lo. Quando falo em federalizar, Presidente Mão Santa e Senador Gilvam, a quem agradeço o aparte, não estou dizendo que se deve centralizar a

gerência, não! A gerência tem de continuar com os Prefeitos. Vou até mais longe, radicalizo: uma escola que pertence aos pais e aos mestres pode ser considerada pública se tiver o mesmo padrão nacional, se receber recursos federais do Governo. Parabeno o Ministro por dar ao Amapá tais recursos, mas são conta-gotas, são gotinhas, não fazem a revolução. Precisamos fazer a federalização da qualidade e da responsabilidade. Por exemplo, professor tem de passar num concurso federal e de ter um salário federal, como os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, por onde vai chegar esse dinheiro. Temos de fazer com que o dinheiro seja federal e com que a qualidade seja federal. A responsabilidade gerencial continua sendo do Prefeito, sem dúvida alguma. Vou até mais longe. Considero que, hoje, podemos chamar menos de 100 escolas de federais no Brasil, e quatorze delas pertencem ao Ministério da Educação, porque são as escolas experimentais das universidades. E, onde existe esse tipo de escola, ela é muito boa. Outra escola é o Colégio Pedro II, e, tirando as escolas técnicas, são cerca de 54 escolas, Senador Mão Santa, que considero federais, que são as da Fundação Bradesco. São escolas privadas, mas o aluno estuda gratuitamente, dispõe de todo o horário preciso para estudar, dispõe de todos os equipamentos. Nessas escolas, os professores são motivados, ganham salários bons. Ou seja, essas escolas são gerenciadas de maneira privada pela Fundação Bradesco, mas acho que são federais. São cerca de 54 escolas – existiam nesse número, mas, hoje, deve haver mais – de Norte ao Sul. Mas, onde se for, neste Brasil, uma escola do Bradesco tem a mesma qualidade. É federal e, portanto, é pública, porque é gratuita. Se é gratuita, é pública. E os alunos são escolhidos não por serem amigos do dono ou do diretor. É pública, sim! Então, gostaria de parabenizá-lo pelo discurso, de parabenizar o Ministro pelo que está fazendo, de parabenizar o Estado do Amapá, de parabenizar V. Ex^a pela maneira como está prestando seu serviço, porque esse também é serviço de Senador. Portanto, parabenizo-o! Costumo dizer que eu, sobretudo, porque sou Senador do Distrito Federal, sou meio Senador e meio Vereador, pois tenho de cuidar das coisas do Distrito Federal, de tentar ajudar a comunidade a chegar ao Governo do Governador José Roberto Arruda. Então, V. Ex^a está sendo, como eu também gosto de ser, Senador e Vereador. O Vereador foi bom, mas, como Senador, vamos lutar pela federalização da Educação, para que, daqui para frente, em alguns anos – não será de repente, não será o Ministro Fernando Haddad que vai conseguir fazer isso sozinho, pois este é um longo processo –, a escola seja igual para o rico e para o pobre, seja no Amapá, seja

no Rio Grande do Sul. Parabéns! E vamos lutar para mudar a educação de todos neste País!

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concederei um aparte a V. Ex^a e, em seguida, ao Senador José Nery.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Gilvam Borges, nessa mesma linha exposta pelo Senador Cristovam Buarque, que citou as escolas da Fundação Bradesco, queria acrescentar que há uma instituição que possui algumas escolas, várias escolas no País, que seguem essa mesma direção, têm uma contextualização nacional. São escolas que obedecem a uma sistemática traçada nacionalmente, cujos professores também têm o mesmo treinamento, a mesma remuneração. E quase sempre os equipamentos físicos também seguem na mesma linha, na mesma direção, com a mesma qualidade. Refiro-me às escolas do Sesc, que também oferecem a alfabetização de jovens e de adultos, a pré-escola e as primeiras séries do curso inicial. O Sesc mantém escolas em todo o País, em mais de dois mil Municípios brasileiros, seguindo exatamente essa mesma idéia apresentada pelo Senador Cristovam com relação à Fundação Bradesco. Naturalmente, não é totalmente gratuito, há a cobrança de taxas, mas também há a gratuidade integral por meio de bolsas. Essas instituições têm mais de 60 anos no País, e, para a manutenção dos equipamentos e da qualidade do ensino, cobra-se uma taxa simbólica, até para valorizar o processo de educação e a família. Aqui, em Brasília – somos o Presidente do Sesc local –, há uma escola em Taguatinga que hoje é uma escola-modelo, com mais de dois mil alunos, com laboratórios de última geração. Quando chega o período de matrícula, é uma verdadeira guerra, porque o número de vagas existentes não é suficiente para atender à demanda, o que demonstra o apreço que temos pelos alunos, a qualidade do ensino dedicado a eles e a procura, como eu disse, muito maior que a oferta. Essa é uma demonstração inequívoca de que a escola é de boa qualidade e de que a população deseja, naturalmente, colocar seus filhos naquela escola. Infelizmente, nossa capacidade nessa escola a que faço referência é da ordem de 2,2 mil alunos. A escola está totalmente lotada, pois não há deserção, ninguém dela sai. Quer dizer, não há como se colocar um aluno, por exemplo, na série subsequente, porque é uma escadinha, eles vêm subindo desde a pré-escola até a 8^a série e, depois, até o curso de 2^o grau. Quero parabenizar V. Ex^a e seguir nessa linha do Senador Cristovam. A escola, tal qual as instituições financeiras, como foi dito aqui, Banco do Brasil, Caixa Econômica, deveria ter real-

mente o mesmo padrão, tanto físico, como de salários e de conteúdo programático.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e concedo o aparte ao Senador Nery. Em seguida, concederei um aparte ao Senador Wellington Salgado.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Gilvam, primeiramente, quero destacar, no seu pronunciamento, essa informação importante para os Municípios amapaenses e para todas as comunidades do Amapá. V. Ex^a detalhou essa informação sobre o repasse de recursos federais, na área de educação e em outras áreas, para cada Município e para cada comunidade do seu Estado, o Amapá, vizinho do meu Estado do Pará. É importante, cada vez mais, tornar públicas essas informações referentes a repasse de recursos, porque isso ajuda, fundamentalmente, que as comunidades, os Municípios, os conselhos municipais, especialmente na área da educação, os conselhos do Fundeb, que são compostos pelos governos...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Prometo ser rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Além do tempo regimental, Senador Gilvam Borges, V. Ex^a vai ganhar mais 15 minutos, em homenagem ao nosso Partido – 15 é o número do PMDB.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, mas já encerrarei, depois de ouvir o aparte.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Gilvam Borges, como eu estava dizendo, é fundamental o processo de reestruturação dos conselhos municipais do Fundeb, que têm papel fundamental no controle social sobre a aplicação dos recursos públicos. Os conselhos são constituídos pela representação dos governos locais, das prefeituras e das suas secretarias e pelo representante das entidades populares, comunitárias, associativas presentes nos Municípios. A informação que V. Ex^a ajuda a divulgar, por meio de um pronunciamento como esse, serve para que cada comunidade saiba dos recursos que são colocados à disposição de obras e de serviços na área de educação, na área de infra-estrutura, na área de urbanismo. Isso ajuda a que cada comunidade, por meio dos Conselhos de cada área, de posse dessas informações – muitas vezes, as pessoas não acessam os órgãos do Governo, que disponibilizam também essas informações pela Internet, pela comunicação própria de cada Ministério, de cada órgão público –, especialmente na área da educação, exerça mais facilmente a fiscalização, o acompanhamento e a boa aplicação dos recursos. Portanto, se queremos, cada vez mais, a democratização

na aplicação dos recursos, o zelo pela boa aplicação dos recursos, é preciso tornar pública a informação, por exemplo, sobre construção ou reforma de determinada escola em determinado Município. É fundamental esse conhecimento por parte da comunidade, porque, assim, a comunidade vai exercer o controle social por meio dos conselhos, o que vai possibilitar o acompanhamento e a boa aplicação dos recursos. Quero parabenizar V. Ex^a por esse esforço e pelo interesse de divulgar os repasses dos recursos federais, para que as prefeituras, os conselhos e as comunidades beneficiadas por esses recursos possam, efetivamente, exercer o controle social e, assim, garantir a boa aplicação dos recursos. Parabéns V. Ex^a e espero que todas as comunidades beneficiadas por esses recursos no seu Estado, no querido Estado do Amapá, façam esse controle para boa aplicação dos recursos públicos. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Eu é que lhe agradeço o aparte.

Ouçó o aparte do Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Gilvam Borges, vim cedo hoje para o plenário escutar V. Ex^a falar, porque, sempre que V. Ex^a fala, trata-se de algo importante relacionado ao seu Estado. V. Ex^a está sempre brigando pelo seu Estado. O que vejo no Governo é que estamos num momento maravilhoso, num momento em que o Ministro pode tomar decisões fortes. Por que digo isso? É um Ministro jovem, um Ministro que está com prestígio, um Ministro que tem viajado o País, tem corrido todo o País, tem procurado *in loco* ver a situação de cada região. No entanto, o Ministério e o Governo precisam tomar a atitude de investir na educação básica. Ninguém constrói casa fazendo primeiro a laje, Senador. Primeiro, faz-se a fundação, os pilares e as vigas, e, posteriormente, a laje. O problema é que, historicamente, o Brasil só vem investindo no ensino superior, vem sempre fazendo primeiro a laje. Então, o que acontece? O Brasil não consegue subsidiar toda essa estrutura e acaba sucateando-a, porque o difícil não é montar uma instituição universitária, mas, sim, mantê-la, manter os equipamentos, a estrutura física da universidade. Isso é muito caro. Então, o que faz o Governo? Instala o equipamento. Contudo, não há manutenção. Na verdade, o investimento é menor do que a depreciação. Assim, vai corroendo, vai sumindo. Espero que, nos três anos e meio que restam ao Governo Lula, o Ministro Fernando Haddad, que – tenho certeza – vai ficar até o final, tome uma decisão forte e invista no ensino básico, porque, como bem disse o Senador Cristovam Buarque, mediante um ensino de qualidade em qualquer região do País, a fundação será

forte, e aí a laje será colocada com maior tranquilidade, pois não vai ceder, não vai rachar, não vai apresentar problema algum. Então, espero, Senador Gilvam, que esse Governo faça...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, por conceder-me um tempo a mais. Espero que o Governo tome essa atitude. É muito oportuno o discurso de V. Ex^a hoje, demonstrando que está acompanhando tudo no seu Estado e que está presente, procurando ver e questionar as atitudes do Governo. Parabéns pelo tema que aborda em seu discurso!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permita-me mais um rápido aparte, Senador?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pois não.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quero apenas lembrar que, para a parcela rica deste País, a educação já é federal hoje no Brasil. Quando observamos os colégios das redes particulares, como o Objetivo, o Pitágoras, o COC, vemos que são colégios iguais, não importa aonde formos, da mesma maneira que o McDonald's é igual em qualquer lugar a que formos. Não defendo essa padronização única, igualitária; defendo a padronização da qualidade, mas com liberdade pedagógica. Hoje, as redes de colégios para os ricos são federais, mas pagas. Temos de fazer com que as escolas sejam federais na qualidade e gratuitas. É isso que é possível. Mas isso não é novo, não! Há muitos anos, havia a rede – ainda existe – dos Colégios Marista, uma rede com a mesma qualidade, não importava a cidade; não importa até hoje, porque ela ainda existe. Existia a rede dos Colégios Nóbrega, e era a mesma qualidade. Por que conseguimos federalizar tudo aquilo que é de interesse da minoria privilegiada e discordamos, julgamos impossível, centralizador, quando se fala em federalizar a qualidade da escola da população pobre? Esse era o gancho que eu queria para complementar o que eu já havia dito, aproveitando seu discurso, que volto a parabenizar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a S. Ex^a o aparte e incorporá-lo ao meu pronunciamento, porque só o substanciam e o fortalecem as considerações do Senador Cristovam Buarque, um grande mestre, um homem comprometido com a educação. O mesmo faço em relação aos apartes do Senador Adelmir Santana, do Senador Wellington Salgado e do nosso querido Senador Nery. Agradeço-lhes os apartes.

Realmente, esse é um tema apaixonante. Com a educação fortalecida, este País tomará uma nova face e fará uma grande frente de desenvolvimento. Acredito nessa revolução pela educação.

Agradeço-lhe, querido Presidente, Senador Mão Santa, a paciência e digo a todo o Brasil que o Amapá se sentiu muito honrado e muito animado com a presença do Ministro Fernando Haddad nessa última terça-feira no Estado do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a, o seu pronunciamento... Por isso é que surgiram estas reuniões. Este Senado, Senador João Durval, é um dos melhores da história, desses 183 anos. Nunca dantes, sexta-feira esta Casa abria. Isso surgiu da idéia de um grupo minoritário, do Líder Efraim Moraes. Para iniciar a reunião, estavam sempre Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio e Mão Santa. Regimentalmente, Senador Cristovam Buarque, preside o que tem maior idade. Eu, como tenho alguns meses acima deles, então presidia.

Mas eu quero dizer da importância desse debate, Senador Gilvam, que V. Ex^a e o Senador Cristovam trouxeram, sobre a educação. Presenciei um debate que V. Ex^a promoveu ontem, professor Cristovam Buarque, na Comissão de Educação, e trouxe um prefetinho. Qual era a cidade?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O prefeito de Calmon, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O prefeito de Calmon, Santa Catarina, como um dos exemplos de educadores. Mas quero dizer a V. Ex^a que V. Ex^a está totalmente certo. Quero dizer-lhe que também fui prefetinho, após o nascer da nova Constituição, que foi outorgada em 5 de outubro de 1988. Assumi em 1989 e paguei os professores com o que o Governo Federal mandava. Então, essa idéia de V. Ex^a já existiu. É bom V. Ex^a rever a Constituição anterior e as ações do Ministério da Educação anteriores à atual Constituição, pois era federalizado. Os professores municipais recebiam. Recebi um bolão, lembro-me, sendo prefetinho de Parnaíba, e repassei-o aos professores. Eles tinham uma dotação. Essa idéia de V. Ex^a já houve, daí o fato elementar de que, em certos casos, pioramos.

Estamos aqui porque foi fácil ser Prefeito naquela época, João Durval. V. Ex^a enriquece este Senado, pois foi Prefeito de Feira de Santana e Governador. Naquela época, obedecia-se à Constituição.

Então, no Orçamento, Adelmir Santana, V. Ex^a que entende de dinheiro – entende e tem –, o bolo dos impostos era dividido, de acordo com a Constitui-

ção, em 52% para o Governo Federal – seriam para o Luiz Inácio, hoje –, 22,5% para os Governadores dos Estados, 21,5% para os Prefeitos, e 2% para os Fundos Constitucionais. Hoje, o Governo Federal garfou: Governadores e Prefeitos recebem 60%.

Então, Senador Cristovam Buarque, que revive Darcy Ribeiro, João Calmon e Pedro Calmon nesta cidade, busque os dados para voltarmos àquelas obrigações. O Governo Federal repassava os recursos. Então, era federalizado. E eu quero dizer que pioraram.

Quando havia meninos na rua, a Adalgisa fazia creche. Era fácil, pois existia a LBA. Não havia meninos nas ruas, porque fazíamos creches facilmente.

Esses debates são necessários, e que V. Ex^a busque o exemplo que estou citando.

O próximo Senador inscrito seria o professor Cristovam Buarque, mas S. Ex^a, gentilmente, cedeu a palavra ao Líder do PSOL, Senador José Nery.

Quero dizer que esta Casa, Senador João Durval, nunca funcionou como agora. Nós somos o melhor Senado da história da República. Estamos aqui.

Zezinho, que ali está – olhai aquela figura, a pureza do povo do Brasil –, durante a sessão que houve aqui, recentemente, com sete horas de duração, em homenagem ao companheiro Antonio Carlos Magalhães, fui um dos últimos oradores a falar, quando já haviam dito tudo. Aí, virei-me e perguntei: “Zezinho, o que vou dizer?”. O Zezinho parou e falou: “Diga que ele era um guerreiro”. E eu fiz o discurso orientado por ele. Mas o Zezinho foi além e disse: “Estou aqui há 20 anos e nunca vi uma sessão como esta”. E me falou mais: “Eu gostava dele”.

Foram sete horas. Isso, para o povo brasileiro, significou uma homenagem a um companheiro que lutou. Sete horas correspondem à duração de quase cinco jogos de futebol ou de basquete, Senador Wellington Salgado.

Então, esta Casa está como hoje.

Concedo a palavra a este extraordinário Líder que substitui, não sei como, uma das mulheres mais valorosas deste País: Heloísa Helena. No início, ela era do PT. Essas sessões foram criadas pelo Líder da Minoria, Senador Efraim Morais, e eu, rebelde, vamos dizer, do PMDB autêntico, estava aqui. Mas Heloísa Helena passou, depois, a integrá-las e a engrandecê-las e, hoje, é essa figura representativa. Sem dúvida nenhuma, a mulher de maior liderança neste País. É difícil substituir Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, agradeço as referências elogiosas que o Senador Mão Santa faz à Presidente nacional do PSOL, a ex-Senadora He-

loísa Helena, que, com muita honradez, durante oito anos, representou o Estado de Alagoas e os mais legítimos interesses do povo brasileiro no Senado Federal. Hoje, ela lidera a organização, pelo País afora, de um instrumento político fundamental neste momento da história brasileira, com seu esforço deliberado e permanente para construir o Partido Socialismo e Liberdade. Ela, hoje, além de lecionar na Universidade Federal de Alagoas, percorre o País construindo e levando a mensagem do PSOL aos trabalhadores, aos excluídos e a todo o povo brasileiro que quer construir novos instrumentos para alimentar a luta política por transformação no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero homenagear, no dia de hoje, os 30 anos de criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

Fundada no dia 8 de agosto de 1977, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos é uma das mais antigas e atuantes associações civis na luta pela dignidade da condição humana e pela prevalência da justiça social no Brasil. Surgiu por iniciativa de abnegados lutadores e democratas, numa época tormentosa para os movimentos sociais e a cidadania, de castração dos direitos civis e políticos, de violação institucionalizada do direito à liberdade e à vida; uma época na qual eram alvos necessários da repressão militar todos os que ousassem contestar os pilares do regime vigente. O próprio ditador de plantão à época, General Ernesto Geisel, confessara, prestes a se tornar Presidente da República: “Esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser”. No Pará, sob as bênçãos da ditadura e com apoio material das polícias civil e militar, o latifúndio promovia a violência e o assassinato de um número crescente de trabalhadores que lutavam pela terra. Eram tempos tormentosos aqueles, mas a SDDH surgiu exatamente porque foi concebida como instrumento efetivo da luta contra a violação dos direitos humanos, que incluía, necessariamente, lutar pela superação do regime político que a adotava como fundamento.

Imbuída dessa missão, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos jamais se furtou de denunciar os casos exemplares de violência e a impunidade no Pará, quaisquer que fossem os executores e mandantes, ignorando os riscos à integridade e à vida a que se expunham os seus próprios membros. Não por acaso, Sr. Presidente, dois de seus ex-presidentes foram barbaramente assassinados: Paulo Fontelles e Jaime Teixeira. Ainda em seus primórdios, publicou o jornal alternativo *Resistência – resistir é o primeiro passo*, alvo de censura e repressão policial sistemáticas. A despeito de ter merecido o prêmio Esso, seus editores foram presos, sua gráfica incendiada e as bancas

que vendiam o jornal sofreram atentados terroristas. Mesmo privada de seu mais emblemático órgão de comunicação, continuou a denunciar e a exigir que fossem apurados e punidos os casos de violência policial praticados durante a última década da ditadura, ajudando a desmistificar a suposta invencibilidade do regime e de seus prepostos e beneficiários. A coragem, os riscos que aceitaram correr e o sacrifício de seus fundadores e primeiros militantes valeram a pena – a SDDH completa 30 anos de existência podendo se orgulhar de sua contribuição à luta que culminou com o advento do Estado de Direito hoje vigente no Brasil e os conseqüentes avanços no campo da defesa e promoção dos direitos humanos no Pará; sem dúvida, uma contribuição de valor inestimável.

No Pará, a situação é sempre muito grave, especialmente hoje, pelas conseqüências do desmando, do desastre da violação dos direitos ligados à questão sócio-ambiental, de um modelo de desenvolvimento regional imposto de fora, eminentemente predatório e contrário às reais vocações econômicas de sua população tradicional. A expansão desenfreada da fronteira econômica deixa um rastro de violência incomparável nos limites territoriais brasileiros. O Estado é campeão em conflitos agrários, assassinatos no campo e trabalho escravo; campeão em impunidade que favorece mandantes e executores de tantas violações, inclusive do direito à vida; foi palco do tristemente célebre massacre de Eldorado dos Carajás e, mais recentemente, do covarde assassinato da saudosa irmã Dorothy Stang, entre milhares de ocorrências criminosas de igual natureza nas últimas décadas.

No meio urbano, que não pára de expandir-se, as condições de acesso aos direitos humanos e à cidadania também não são pacíficas. A violência urbana atinge, de forma especialmente drástica, os jovens pobres, situados na faixa de 15 a 19 anos, violência que, como no campo, ocorre muitas vezes por ação ou cumplicidade dos agentes públicos, da Polícia e da Justiça. A mais completa ausência do Estado em numerosas localidades paraenses, onde prevalece a vontade unilateral de velhas e novas oligarquias ou de seus agentes locais, é a prova cabal de que postulados e disposições constitucionais são ainda um projeto de futuro.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, homenageio todos aqueles que coordenaram, presidiram e comandaram a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, homenageio todos os seus membros, lutadores e construtores do sonho de um Brasil mais justo. Mas, além da lembrança, gostaria de homenagear a memória do ex-Deputado Paulo Fontelles e do educador popular Jaime Teixeira. E faço uma referência es-

pecial à professora Iza Cunha, falecida em 2002, que foi Presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e, sem dúvida, uma das mais destacadas lideranças na luta pela redemocratização do País, pelo fim da ditadura militar e pelo fortalecimento dos movimentos sociais na cidade e no campo.

Lembrando de Iza Cunha, de Jaime Teixeira e do ex-Deputado Paulo Fontelles, homenageio e louvo a ação e o trabalho de todos aqueles e aquelas que, durante o período da mais longa ditadura militar vivenciada neste País, foram capazes de ousar, de desafiar o poder naquele período e ajudar a construir o sonho, fortalecendo os movimentos sociais e suas bandeiras de luta.

Dessa forma, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, hoje presidida pelo advogado Marco Apolo Leão, faz jus aos nossos mais calorosos aplausos no momento em que comemora seu 30º aniversário e ao reconhecimento desta Casa pela sua trajetória inatacável na defesa intransigente e incondicional da justiça social e dos direitos humanos.

Assim sendo, encaminho à Mesa uma proposição no sentido de que esta Casa se congratule pelo 30º aniversário da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, igualmente preocupado com a luta pelos direitos humanos, que continua tão atual como sempre foi, dou conhecimento ao Plenário da importante audiência pública realizada ontem, no âmbito da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos do Senado, quando tivemos a oportunidade de receber a visita e contar com a participação do Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi; da Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo, da Organização Internacional do Trabalho, Sr^a Patrícia Audi; do representante da Subprocuradoria-Geral do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Dr. Luis Antônio Camargo de Melo; do Juiz do Trabalho Dr. Cláudio José Montesso; do Sr. Leonardo Sakamoto, repórter e coordenador da ONG Repórter Brasil; do Frei Xavier Plassat, membro da Comissão Pastoral da Terra; e da Dr^a Rosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Essa audiência pública ensejou a discussão e a avaliação do cumprimento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo pelas autoridades federais responsáveis, com a participação dos Estados e, especialmente, das entidades da sociedade civil.

Ao final, definimos como fundamental para a continuidade dessa luta em favor da erradicação do trabalho escravo a mobilização nacional pela aprova-

ção do Projeto de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, a chamada PEC da expropriação, a PEC contra o trabalho escravo, já aprovada em dois turnos no Senado Federal e, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, e que, infelizmente, aguarda, desde 2004, a votação em segundo turno. Motivo pelo qual faço um apelo especial à Câmara dos Deputados no sentido de oferecer ao País uma importante contribuição com a aprovação dessa PEC.

V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, e os Senadores João Durval, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Serys Slhessarenko e Geraldo Mesquita Júnior, que participaram, ontem, da audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, todos nós temos consciência da importância dessa mobilização para o Brasil, para seus filhos, que há 120 anos viram declarado o fim formal da escravidão, mas hoje têm de conviver, de acordo com os casos estimados pelo Ministério do Trabalho, com entre 25 mil a 40 mil brasileiros que anualmente são levados à condição análoga à de escravo, além daqueles, que são milhares, que sobrevivem em condições de trabalho absolutamente degradantes. Ontem, definimos a necessidade de uma mobilização nacional pela aprovação da PEC nº 438 na Câmara dos Deputados.

Também tratamos, Sr. Presidente, da necessidade de fortalecimento de um pacto federativo para o combate ao trabalho escravo, que inclui Estados, Municípios e entidades da sociedade civil, e a luta por mais recursos orçamentários a fim de fortalecer as ações de fiscalização por meio do Ministério do Trabalho, especialmente do grupo móvel de fiscalização do Ministério, como forma fundamental de garantir que esse exemplar grupo possa continuar exercendo suas tarefas, sua missão nos mais variados recantos do País, atendendo a todas as denúncias sobre trabalho escravo, fiscalizando e combatendo-o. Portanto, lutar por recursos no Orçamento da União para fortalecer ações de combate ao trabalho escravo se impõe como uma tarefa do Congresso Nacional quando da votação do Orçamento de 2008.

Também, Sr. Presidente, a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo fará visita a vários Estados brasileiros, dentro dessa tarefa de fortalecer as ações por um pacto federativo que inclua a participação de Estados e Municípios.

Para encerrar, queria associar-me a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que, desde ontem, nesta tribuna, manifestaram-se para assinalar o Dia do Advogado e o Dia do Estudante, que ocorrem amanhã, dia 11 de agosto. Mas, especialmente, desejo associar-me às homenagens pela implantação, há 180 anos, dos cursos jurídicos no Brasil; e, nesse sentido, homena-

gear a todos os advogados e advogadas brasileiros e brasileiras que têm sido exemplo de combate pela democracia, pela liberdade, pelos direitos humanos em nosso País. A melhor homenagem que podemos prestar é reconhecer o trabalho que realizam nos mais diversos recantos deste País, especialmente nas localidades mais distantes, nos Municípios mais isolados, onde é necessária, por exemplo, a garantia da Justiça às comunidades mais pobres, com a implantação e a ampliação dos serviços jurídicos prestados pelas Defensorias Públicas. São advogados do povo pagos pelo Estado para atender os mais pobres.

Homenageio a Ordem dos Advogados do Brasil pelo exemplo de luta em favor do Estado Democrático de Direito, da democracia. Homenageio, especialmente no meu Estado do Pará, a Defensoria Pública, que recentemente empossou 100 novos Defensores Públicos para atenderem as comunidades mais pobres do nosso Estado.

Em nome desses que trabalham diretamente com os mais necessitados, com os mais excluídos, faço minha homenagem aos advogados, aos estudantes de Direito e ao povo brasileiro, que efetivamente luta por justiça, combate o trabalho escravo, quer que os direitos humanos sejam respeitados e também se associa, Sr. Presidente, na luta contra a corrupção em nosso País, essa chaga, esse câncer, que infelizmente faz com que a milhares e milhares de brasileiros sejam negadas as políticas públicas essenciais que efetivamente promovam o desenvolvimento social e humanitário.

Ontem, V. Ex^a, e há pouco também, mencionava a existência no Brasil – hoje, principalmente – da corrupção, dos desvios e mau uso do dinheiro público. V. Ex^a disse – e com certeza concordamos com isto – que esse câncer precisa ser extirpado da vida nacional, com um maior controle da sociedade. Ao serem perguntados, num *site* muito respeitado, do jornalista Ricardo Noblat, sobre se a corrupção continuava grave no Brasil, se o desvio de recursos públicos infelizmente era uma marca nacional indesejável, muitos disseram que sim. E V. Ex^a, Senador Mão Santa, tão bravamente tem dito aqui que denunciar a corrupção é preciso e que devemos transformar nossas intenções, nossas falas num combate muito mais acelerado e decidido em prol da justiça social, na qual o combate à corrupção se inscreve como uma tarefa fundamental.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos o exato cumprimento do tempo – aliás, ainda faltam dois minutos. Então, aproveito para cumprimentá-lo e para esclarecer que se trata do *site* de Noblat, jornalista muito acreditado. Talvez seu *site*

seja um dos mais acreditados no País. Em um dos meus pronunciamentos, disse que nunca a corrupção, na história do Brasil, fora tão intensa. Ele pegou essa frase e fez uma enquete, para saber se ela era verdadeira. Mais de 80% dos brasileiros, depois de 10 dias, aprovaram a frase.

A homenagem, a justiça que V. Ex^a faz agora este Senado faz a cada dia, a cada instante, pois colocou como patrono da Casa o baiano Rui Barbosa, que deixou dito que só há um caminho para a salvação: a lei e a justiça.

Mas o Piauí não podia estar atrás. Só um jurista se igualou a Rui Barbosa: Evandro Lins e Silva. Felizes dos advogados do Brasil, que não precisam buscar exemplos em outros países, em outra história. Aqui, Rui Barbosa e Evandro Lins e Silva. Ministro algumas vezes, chegou a Presidente do Supremo Tribunal Federal; no regime ditatorial, foi Evandro Lins e Silva que libertou todos os presos políticos, fazendo com que a coroa da justiça, como Aristóteles disse, estivesse acima da coroa dos santos e brilhasse mais do que o rei.

Eu vi – dou o testemunho – Miguel Arraes desencantado, quando disse que, preso, traduzira o livro *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*, de autoria de Serge Tchakhotine, escrito em francês, e que não tinha mais ilusões de como viver. Preso no Corpo de Bombeiros, humilhado e transportado para a ilha de Fernando de Noronha, quando recebeu o *habeas corpus* da coragem e bravura do jurista piauiense, único que se iguala a Rui Barbosa. São duas medalhas de ouro da Justiça deste País: Rui Barbosa e Evandro Lins e Silva. Então, a nossa homenagem. A cada instante, fazemos das suas palavras as nossas, em homenagem à Justiça.

Quis Deus, neste instante em que estou na Presidência desta Casa, que adentrasse um dos homens mais importantes do País, o Senador piauiense João Lobo. Quem foi rei não deixa de ser majestade. Digo que João Lobo é tão importante, que usei sua inteligência para trabalhar no meu Governo. Ele foi Presidente da companhia energética, do departamento de trânsito e líder, sendo um dos homens que fez Alberto Silva ser grandioso. É tão forte, que também foi aproveitado pelo ex-Senador e Governador Hugo Napoleão, para governar o Estado do Piauí. Ele consegue, pela inteligência, ser unanimidade. Ele, que adentra o plenário, é testemunha: nunca vira esta Casa aberta às sextas-feiras. Então, esta é uma das melhores composições do Senado da história da República.

João Lobo, aqui estou cumprindo o meu dever. Aprendi com V. Ex^a, pois Deus me deu o privilégio de sermos juntos Deputados Estaduais. Era um governo revolucionário, éramos 24. Está na minha mente: não

sei quem era o pior, mas o melhor todos nós, vinte e quatro Deputados, sabemos que era V. Ex^a.

Quero dizer e ensinar por intermédio de João Lobo por que estamos aqui de vigília, às sextas-feiras. Sexta-feira! Por quê? Porque vi João Lobo. Wellington Salgado, atentai bem, aprendi com ele, quando Deputado Estadual. Ele discursava em 1980. É iluminado, mas não se lembra; fomos Deputados Estaduais em 1979, 1980, 1981 e 1982. Cristovam Buarque, professor, aprenda, como aprendi com João Lobo! Ele dizia, lá na nossa Assembléia velha, que há dois Brasis, o do Sul e o do Norte, e que, dentro do Nordeste, há dois Nordestes. Quanto à diferença entre o maior e o menor salário, no Sul, em relação ao Norte e ao Nordeste, o salário é duas vezes maior. O Nordeste forte, naquela época, era a Bahia e Pernambuco; o resto, pobre, ganhava a metade.

Então, uma desgraça esta diferença de riqueza: quatro vezes maior. Atentai bem, Cristovam! Ó Luiz Inácio, aprenda, aprenda: estamos aqui para sermos os pais da Pátria, temos a ensinar. No dia em que vir que não terei essa condição, desistirei: apareçam os outros. Foi assim que Moisés, para não fugir da luta, ouviu a voz de Deus: “Busque os mais velhos e os mais sábios; eles o ajudarão a carregar o fardo do povo. Aí nasceu a idéia do Senado.

Mas João Lobo dizia que a diferença era de quatro vezes. Que lástima Luiz Inácio, o IBGE, que é do Governo diz hoje não é quatro vezes não. O maior salário é o dessa ilha da ilusão, da ilha da fantasia, capital da corrupção do Brasil. E o menor é o Maranhão, Presidente Sarney. No Maranhão, prezado Senador João Lobo, V. Ex^a sabe qual a diferença? Oito vírgula seis é a diferença entre a renda *per capita* de Brasília e a do Maranhão. Graças a Deus, o Piauí não está na lanterna porque nós tiramos, trabalhando. Mas é 8,6, João Durval, o Nordeste. Aumentou, Luiz Inácio. Luiz Inácio, Vossa Excelência estudou no Senai, era uma boa escola. Tinha a aritmética do Trajano, quando João Lobo advertia sobre a gravidade.

A maior obra de Antonio Carlos Magalhães foi a lei de combate à pobreza – sejamos justos. E João Lobo, já em 1979, 1980, advertia. João Lobo, não escutaram o seu brado. Hoje é 8,6!

Presidente Sarney, como apoiar este Governo?

Brasília é a maior renda *per capita*. As cidades do Maranhão são mais pobres. Oito vírgula seis, portanto, aumentou, João Lobo. V. Ex^a bradou, como São João, em deserto, mas estamos aqui continuando pelo seu brado.

E a mais vergonhosa: por que este Senado está nessa situação? José Nery, aprenda, estamos aqui nos por quês. Este Senado é muito melhor.

Em Roma, Calígula, Wellington Salgado, botou um cavalo para ser Senador. Cristovam, como era o nome do cavalo do Calígula, aquele que ele botou para ser Senador? Incitatus, para ser contra. Aqui não tem. Tem dificuldades? Tem. Cristo, que só tinha doze apóstolos, teve dificuldades para dirigir a sua bancada. Rolou dinheiro, rolou traição, rolou enforcamento. Nós temos dificuldades, mas nós sairemos delas.

Mas a maior, Senador João Lobo, é a Sudene, onde estivemos juntos, buscando a eletrificação do Piauí. V. Ex^a me ensinava e dizia: “você tem que ser ousado, cada vez mais.” E nós conseguimos, vamos dizer, você sendo meu técnico, que o cerrado do Piauí fosse eletrificado.

Ó José Nery, sabe qual que a maior vergonha desta Casa?

Senador João Lobo, que vergonha! É o Luiz Inácio. Miterrand, ao morrer, escreveu em seu último livro, Cristovam Buarque: “a mensagem que eu deixo é fortalecer os contrapoderes.”

Cristovam Buarque, tem muito a ver com V. Ex^a a Sudene. Eu ouvi João Lobo dizer e dissertar: Juscelino fez o tripé – a indústria no Sul, Brasília, e a Sudene no Nordeste. Eu sou aprendiz de João Lobo. Nós nos debruçamos sobre a Sudene.

Antonio Carlos Magalhães morreu lutando; Tasso Jereissati, todos nós. Aí ele vetou o oxigênio da Sudene. Vetou o oxigênio, e esta Casa não derruba o veto.

Luiz Inácio, isso faz parte do jogo político. Fui Prefeitinho, João Lobo, e os Vereadores derrubaram meu veto. Fui Governador do Estado. com seu apoio, e os Deputados derrubaram meu veto. Não me senti diminuído, não. Pelo contrário, engrandeci-me, curvando-me ao regime democrático, ao jogo democrático. Esta Casa não tem coragem de fazê-lo.

Renan, seja firme! O País quer sua firmeza, V. Ex^a trazendo na terça-feira o veto da Sudene para nós, João Durval, nós que somos do Nordeste, V. Ex^a, Cristovam Buarque, que é lá da sede de Recife, discutirmos o veto da Presidência.

Senador João Lobo, é uma vergonha! Há mais de 500 vetos que não vêm a esta Casa para serem discutidos. É isto que queremos do Presidente, Wellington Salgado, essa firmeza; que ele possa morrer como Napoleão Bonaparte, o qual, nos seus últimos dias, preso à reflexão, dizia: “Eu não fui bom. Eu não fui mal. Eu não fui tirano. Eu fui firme”. E essa é a firmeza que esta Casa...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Presidente, peço um aparte ao Senador José Nery, porque sei que S. Ex^a tem que tomar um avião, tanto que cedi a ele o meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Nery já terminou. Vou chamar V. Ex^a para a oratória.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, solicito dois minutos para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora é a vez de o Senador Cristovam Buarque se pronunciar.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Certo, mas o Senador me cedeu todo o tempo; tenho certeza de que não se oporá.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria os aplausos para o Senador João Lobo, que enriquece esta Casa com sua presença.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero dizer que não estou com pressa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é o próximo orador inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva, porque só agora pude me inscrever no livro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem prioridade, V. Ex^a nasceu no Piauí.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Piauí é um Estado que tem cinco oradores, V. Ex^a é o quarto, e o Senador Adelmir Santana é agora cidadão piauiense por lei municipal e estadual. Então, V. Ex^a tem essa prioridade. O Piauí sempre estará em primeiro lugar.

Com a palavra o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, mesmo tendo há pouco encerrado o meu pronunciamento, eu queria, na verdade, registrar um momento de luta dos trabalhadores da construção civil no Estado do Pará, que realizam uma campanha salarial unificada, reunindo todos os sindicatos da categoria nos diversos municípios e regiões do Estado do Pará, uma campanha unificada pela melhoria das condições de trabalho e por melhoria salarial, Senador Cristovam.

Neste momento, os trabalhadores do complexo Albrás/Alunorte, no Município de Barcarena, um complexo de empresas pertencentes à Companhia Vale do Rio Doce, realizam uma grande manifestação nas ruas de Vila dos Cabanas e do complexo industrial de Barcarena. Dentro do seu processo de mobilização, decretaram a paralisação dos trabalhos, para terem condições de negociar um acordo coletivo de traba-

lho que seja mais adequado aos seus direitos, à sua sobrevivência e à sua dignidade.

Portanto, no momento em que os trabalhadores da construção civil de Barcarena, que têm um dos sindicatos mais combativos da história do sindicalismo operário no Estado do Pará nas últimas décadas, Senador Sibá, o movimento sindical que ajudamos a fortalecer, na qualidade de educador popular, de fortalecimento daquela organização, desde o início da construção daquele complexo industrial na década de 80, e que ano após ano desenvolve as suas ações procurando organizar a categoria, garantir conquistas, tanto é que aqueles sindicatos e aqueles trabalhadores têm o maior salário do Estado do Pará por conta justamente das reivindicações que têm feito.

Ao fazer o registro da paralisação, da manifestação dos trabalhadores da construção civil, em mais de 7 mil trabalhadores que estão em mobilização neste momento, para garantir a celebração de um acordo coletivo de trabalho melhor e adequado às condições salariais e às condições de trabalho, apelo ao dirigente do sindicato patronal pela garantia e manutenção das negociações para que, em curto espaço de tempo, possamos ter solucionada esta lide trabalhista.

Portanto, ao me solidarizar com a paralisação, com as manifestações e a com mobilização dos trabalhadores da construção civil no Pará, que realizam pela primeira vez uma campanha salarial unificada, ao mesmo tempo em que manifestamos a nossa solidariedade aos trabalhadores em luta, torcemos para que as negociações cheguem a bom termo, e os dois lados, especialmente os trabalhadores que têm salários achatados e muitas vezes condições de trabalhos inadequados, consigam, com isso, um bom acordo e que, ao final das contas, sejam garantidas condições mínimas de dignidade aos trabalhadores da construção civil no Estado do Pará.

Se o Presidente me permitir, quero conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque, que me cedeu o tempo, porque sei que será, de fato, um aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Nery, primeiro, quero manifestar todo meu apoio à sua luta e, segundo, cumprimentá-lo pela abertura de seu discurso, graças até a uma provocação do Mão Santa, por sua referência à ex-Senadora Heloísa Helena. Durante toda a solenidade que tivemos aqui quarta-feira, relembro o Senador Antonio Carlos Magalhães, lembrei-me dela. Antonio Carlos, por mais que tenha discordado dele, sobretudo na minha juventude, tinha uma marca, e ele vai fazer falta aqui sim, vamos sentir sua ausência. Heloísa Helena também deixou esse vazio. Existem dois tipos de Senadores entre nós: a maioria de nós, os mortais, os comuns, são os

políticos, mas há alguns que são os líderes. O ACM foi um líder, e a ex-Senadora Heloísa é uma líder e faz falta aqui, sentimos a ausência dela neste momento – basta fecharmos os olhos e pensar como seria o debate nessas últimas semanas aqui. O PSOL está bem representado por V. Ex^a, mas como seria se ela estivesse aqui? Fico feliz que V. Ex^a tenha lembrado a nossa querida ex-Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Fizemos aqui uma saudação à Senadora Heloísa Helena – lembrada pelo Presidente – justamente porque reconhecemos a liderança importante de Heloísa neste momento em que o País precisa firmar novas alternativas e, principalmente, construir alternativas políticas sob o ponto de vista partidário.

O PSOL se inscreve como uma das perspectivas da luta pelo socialismo no Brasil sem querer sozinho ser dono ou proprietário do compromisso de construir a alternativa que realmente ajude o nosso povo vencer as desigualdades e as injustiças. Neste momento a nossa líder maior, Senadora Heloísa Helena, percorre o País levando a mensagem do PSOL, levando a mensagem de defesa dos direitos dos excluídos e tentando construir, com o povo brasileiro, uma perspectiva socialista e democrática para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador-Professor Cristovam Buarque.

V. Ex^a é professor, e professor é mais do que Senador: é a única categoria que se chama mestre, igual a Cristo. Não se chama o Luiz Inácio de mestre, não se chamam os banqueiros nem os fazendeiros de mestre.

Professor, mestre Cristovam Buarque, V. Ex^a regimentalmente teria 20 minutos, mas jamais ousaria cortar a palavra do saber. Sócrates disse que só há um grande bem no mundo, João Durval, o saber, e que só há um grande mal, a ignorância, e eu digo: a ignorância audaciosa.

O Senado é representado pelo saber na voz de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, mas tem uma coisa maior, tem uma categoria superior à de professor: é a categoria de amigo, e V. Ex^a fica suspeito pelo que está dizendo a meu respeito por causa da amizade que construímos aqui. Muito obrigado.

Sr. Presidente Mão Santa, Senador Sibá, Senador Wellington, Senadores, eu hoje vou quebrar o Regimento porque na sexta-feira acho que se pode

fazer isso. Talvez nem se trate de quebrar o Regimento, mas vou inovar: não vou falar para as Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar para o povo brasileiro, vou falar para quem está lá fora, eu vou falar para aqueles que, lá fora, estão nos assistindo pela televisão e pela rádio. Eu vou falar para esses dois Brasis que, hoje, estão fazendo política neste País: um Brasil cansado e um Brasil acomodado.

Surgiu, Senador Durval, finalmente, um movimento dos que se dizem cansados, aos quais eu dou os parabéns, porque basta da paralisia política em que vivemos hoje neste País e das conturbações que não são políticas, são conturbações de críticas e autocríticas, de denúncias e defesas – isso não é política –, nas quais o assunto central é a corrupção. Às vezes eu me pergunto se isto aqui é o Senado ou uma casa de fofocas – fofocas até com coisas concretas, verdadeiras, que devem ser tratadas e punidas, mas que não podem ser o centro da nossa discussão.

Lá fora nós vemos que um grupo de pessoas saiu às ruas e está saindo também da paralisia e da letargia, quer sair do silêncio que os intelectuais brasileiros optaram por fazer. Intelectual silencioso é intelectual morto, não tem como você ser silencioso e ser intelectual. Você pode ser mudo, mas escrever e, então, não está em silêncio; o silêncio não combina com o intelectual. No Brasil, os intelectuais parecem ter optado, alguns, pela perplexidade – então não são intelectuais, porque não encontram rumo, não pensam, não entendem as coisas – e, outros, pelo silêncio, pelo acomodamento.

Vocês – falo aqui para o Brasil que está se manifestando liderado pela OAB – estão protestando e, com isso, estão trazendo uma nova situação para a política brasileira. Diz o manifesto da OAB:

Cansei de gente que só quer levar vantagem, do governo paralelo dos traficantes, de pagar tantos impostos para nada, de tanta impunidade, de tanta burocracia, do caos aéreo, de CPIs que não dão em nada, de ver crianças nas ruas e não nas escolas, de presidiários falando ao celular, de empresários corruptores, de ter medo de parar no sinal, de bala perdida, de tanta corrupção, de achar tudo isso normal, de não fazer nada.

Eu falo para esses, mas eu quero falar também para aqueles que estão acomodados. Quero lembrar que esses cansaços aqui, Senador João Durval, são cansaços da parcela rica da população, não é o cansaço do povo lá embaixo. Diante do único item referente ao povo, “cansei de ver crianças nas ruas e não nas escolas”, sinto-me no direito de perguntar se esse

cansaço é o da solidariedade ou o do medo, se é solidariedade com as crianças na rua ou se é o incômodo das crianças nos sinais de trânsito.

Será que é um cansaço pelo fato de, no Brasil, a gente ter ainda 1,5 milhão fora da escola e, dos quarenta milhões de hoje, saber que apenas dez milhões vão terminar o Segundo Grau e que, desses dez milhões, não mais de cinco milhões farão um Segundo Grau de competência? Eu tenho direito à dúvida e o povo brasileiro tem direito à dúvida. Será que o cansaço não é, sobretudo, do caos aéreo, dos impostos elevados, dos traficantes soltos? Tudo isso é um cansaço correto, mas um cansaço insuficiente, um cansaço que nada muda na história do Brasil, embora mude na política de hoje. Por isso, comecei parabenizando.

Mudar a política não basta se não mudarmos a história, se não mudarmos e construirmos um novo futuro. Por isso, ao mesmo tempo em que parabenizo vocês que cansaram, esse lado do Brasil cansado, quero dizer de minha preocupação, porque vocês protestam basicamente por aquilo que diz respeito aos interesses de vocês. É como se fosse uma manifestação sindical dos usuários do aeroporto, é como se fosse uma manifestação de indignação diante da corrupção na política, mas nenhuma indignação com as prioridades da política. É indignação porque alguns roubam o dinheiro que iria para obra pública, mas não vejo indignação com a obra pública que não serve aos interesses, às necessidades do povo brasileiro. É um cansaço pequeno, Senador João Durval!

Desculpem dizer isso. Eu os parabenizo, porque prefiro esse cansaço da indignação que vai para a rua do que o acomodamento do qual vou falar, mas não basta esse cansaço parcial, sindical, da parcela que tem direito a privilégios.

Eu não vi aqui, por exemplo, ao lado do cansaço com o caos aéreo, o cansaço com o caos do transporte público brasileiro, Senador Sibá. Não vi ninguém protestando pelo fato de que milhões ficam parados numa parada de ônibus, sem saber a hora em que o ônibus virá. Eu vi o protesto correto, justo, felizmente chegando agora, do cansaço dos que esperam nas boas poltronas dos aeroportos – e sei como é ruim esperar quando se tem uma missão a cumprir, quando se tem que chegar a um compromisso e o avião não sai na hora. Mas quem fica na parada de ônibus, em pé, também tem compromisso, também tem que chegar na hora ao trabalho, também tem que ir à escola, também tem que visitar doentes nos hospitais; não apenas os que vão de avião é que visitarão os parentes nos hospitais, mas os que estão na parada de ônibus também.

Sei que há pessoas que perdem a homenagem final pela morte de um parente porque o avião não saiu no dia, na hora, mas há pessoas que perdem também a oportunidade de prestar a homenagem no cemitério, porque o ônibus em que ele ia da sua casa para o cemitério não passou.

Quero, portanto, dizer que certamente vocês são contra o descaso com o qual têm sido tratados os aeroportos, mas não se mostram cansados com a maneira como são tratadas as escolas, que são os aeroportos do futuro. O Brasil pode até sobreviver com aeroporto que não funciona, mas não sobrevive, não voa se não tivermos escolas boas, gratuitas e de qualidade para todas as crianças brasileiras.

Não vejo no cansaço que uma parte da população brasileira, hoje, demonstra esta preocupação: o cansaço com a deseducação.

Não vejo cansaço com a concentração de renda, com o baixo salário dos professores da rede pública, nem com as intermináveis greves que eles fazem. Não vejo cansaço com as filas nos hospitais públicos. Aqui não está esse cansaço e, se aqui estivesse, não vejo nas manifestações essa preocupação.

Eu cansei também da vergonha da corrupção de que este documento fala, mas me cansei ainda mais da corrupção nas prioridades e ainda mais dos que hoje estão cansados dos políticos corruptos nos quais votaram, mas que, na próxima eleição, vão votar outra vez nos mesmos corruptos, Senador Sibá. Porque as pessoas que hoje dizem que se cansaram de corruptos na política, se olharmos bem, na história política desses eleitores está o voto nos corruptos. E eu tenho o direito de sentir-me cansado de achar que, na próxima eleição, eles vão votar nos mesmos corruptos, porque eles preferem um corrupto amigo do que uma pessoa honesta que eles não conhecem. Isso nos cansa também, da mesma maneira que cansam os aeroportos parados e o caos aéreo.

Eu também – e todos sabemos – protesto contra os corruptos, mas cansei de ver os cansados que não se cansam de seus privilégios. Há um cansaço, neste documento, contra a alta carga de impostos; e está corretíssimo esse cansaço, pois nenhum país sobrevive com 40% da renda nacional indo para os cofres públicos. Mas cansei ainda mais de saber que esses 40% não estão servindo inteiramente à população brasileira para mudar a educação, o transporte urbano, melhorar a água e esgoto, os hospitais. Se formos olhar, esses 40% estão indo mais para aqueles que estão cansados do que para aqueles que estão acomodados.

Cansei de ver os cansados que não se cansam dos seus privilégios e que estão dispostos a pagar aos corruptos para que roubem desde que defendam

os seus privilégios, porque hoje, ao invés de votar no político honesto que ameaça privilégios, essa minoria cansada prefere votar no corrupto que garante os privilégios. É muito triste dizer isso, mas é a realidade da minha fala – lá para fora; não aqui para dentro.

O Brasil, finalmente, levantou a bandeira do cansado, mas ela ainda é insuficiente, e insuficiente como foi a bandeira da Independência da República, da abolição dos escravos. Foi a elite que trouxe a independência, mas para beneficiar ela própria. Foi a elite que fez a República, mas para beneficiar ela própria. Foram as pessoas que defendiam a República, Senador João Durval, que escreveram na bandeira um lema sabendo que 65% da população era analfabeta na época. Veja que desprezo dos cansados com o Império. Cansaram-se do Império, gritaram “Viva a República” e fizeram a bandeira cujo lema escrito apenas 35% eram capazes de ler. Ou seja, que cansados são esses? Cansados porque não tinham acesso ao Império, não tinham acesso à Corte. Eles queriam apenas entrar na Corte, não queriam libertar o povo.

Esse cansaço parcial é a continuação dos cansaços parciais de antes, dos cansados que fizeram a independência sem olhar para o povo, dos cansados que aboliram a escravidão, mas não deram escola aos filhos dos escravos, não deram casas no lugar da senzala, não deram emprego no lugar do trabalho condenado a que estavam sujeitos os escravos, não deram salário no lugar da comida que os escravos recebiam sem salário.

Esse cansaço é insuficiente!

Devo dizer, com toda franqueza, que cansei também de publicitários que agora organizam as campanhas dos cansados, mas já devem estar fechando contratos com corruptos que serão candidatos na próxima eleição. Eu queria ver as empresas publicitárias envolvidas na campanha do cansaço assinarem um documento em que se comprometem a não fazer campanha para nenhum candidato sobre o qual pesem suspeitas de corrupção. Quero vê-los assinarem esse documento. Mas eles vão dizer: “Temos de sobreviver”. É isso o que dizem os corruptos também. Os corruptos não votam pelo prazer de ter dinheiro no bolso. Eles votam porque precisam sobreviver com muito dinheiro, roubando. Quem cansou de político corrupto, mas vai fazer publicidade para candidato corrupto, está enganando o povo, como enganamos, algumas vezes, prometendo ao povo e não cumprindo.

De qualquer maneira, mesmo assim, mesmo com o meu cansaço com os cansados, fico contente que eles estejam lutando porque seus interesses foram feridos: interesses de passageiros de avião, de contribuintes obrigados a pagar tão altos impostos – contribuintes

com direito de ir e vir –, cidadãos incomodados com o trânsito atrapalhado, com as crianças que pedem esmolas nas ruas. Eles têm direito de protestar contra tudo isso. Eu os parabeno, mas não posso deixar de dizer que eles estão sendo pouco patriotas. Eles estão defendendo seus interesses, agindo como sindicalistas, que têm de defender a categoria, e não pensando na Nação inteira.

Mesmo assim, parabeno-os por irem às ruas fazer um minuto de silêncio no dia 14 de agosto. Também vou guardar o silêncio. Não sou contra a manifestação deles. Mas peço que, por favor – falo para eles e não para o Senado –, lembrem-se do resto. Que sintam o cansaço não apenas das horas de espera no aeroporto, mas também de 500 anos de uma história maldita de abandono do povo, que também espera nas filas de hospitais, que espera nas filas de emprego, que espera fora da escola, que espera na parada de ônibus, que espera por todas as partes um futuro que não têm.

Não é só avião que está atrasando no Brasil, mas o futuro. Ainda se sabe a hora em que o avião vai passar, mas o futuro não nos diz quando chegará. Volto a comparar: não é só em aeroporto que esperamos, mas também em paradas de ônibus, sem poltrona, sem cobertura, debaixo de água da chuva, do sol do verão. Não há assalto dentro dos aeroportos, mas há assaltos nas paradas de ônibus, onde não há anúncio luminoso dizendo do atraso ou da hora em que o transporte vai sair. Precisamos cansar mais do que o Movimento Cansei.

Não me cansei somente dos que cansaram e nada querem mudar. Cansei-me também dos que deveriam ter se cansado, mas continuam aceitando o Brasil como ele é.

Agora quero falar para os outros, não para aquela parcela cansada que se mobiliza e finalmente traz uma dimensão nova para a política brasileira indo às ruas e fazendo silêncio no dia 14 de agosto. Quero falar àqueles que estão acomodados.

Quero falar, Sr. Presidente, para aqueles que estão cansados na rua e não só nos aeroportos.

Quero falar para essa parcela que parece não se cansar de viver sem saber ler, por exemplo. Dezesesseis milhões de brasileiros adultos não sabem ler e não parecem cansados com isso. Quero falar para você que está assistindo à minha fala e não é capaz de ler o que certamente está escrito embaixo da tela da televisão, porque, enquanto falo, aparece meu nome, o endereço eletrônico e, às vezes, outras notícias. Há dezesseis milhões de brasileiros adultos que, se estiverem me assistindo, vão ouvir e não vão ler o que está embaixo da tela.

E vocês não se cansam disso? Os que estão esperando avião cansaram-se, nas poltronas, nos restaurantes, às vezes com contas pagas, Senador Wellington, pela própria companhia aérea. E estou radicalmente contra esse caos aéreo. Sou vítima dele. No entanto, sou vítima também do caos que não falamos e que não aparece.

Eu quero falar para vocês que...

O Sr. Sibá Machado(Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Em um minutinho, Senador Sibá.

Quero falar para você que, por ser analfabeto, não saber ler, toma um remédio acreditando que é uma aspirina, porque alguém disse, mas você não sabe se é uma aspirina ou se é um veneno. Você que toma um ônibus, confiando em alguém que leu a placa do destino, sem saber se está correto. Você que fica perdido, quando não encontra alguém por perto para ler o nome da rua. E o nome da rua está ali escrito, e você não consegue ler. E você não se cansa disso?

Quero falar para você que não se cansou ainda de não ser capaz de ler o nome do seu filho, de escrever o nome do seu irmão. Digo isso lembrando de uma mulher, em Belo Horizonte, que, quando aprendeu a ler, perguntei-lhe qual foi o seu maior prazer e ela disse-me: “Foi escrever o nome do meu neto”. Você não se cansou ainda de não ser capaz de ler o nome do seu filho e de escrever o nome de seu neto?

Quero que você se canse e exija, que você faça o que os que estão com o avião atrasado estão fazendo. Quero que você vá à Prefeitura. Vá lá! Fale com seu pastor, com o padre, com seu patrão, grite, dizendo que você quer aprender a ler, e exija um curso. Não espere que o curso venha. Brigue, vá para a rua, junte-se a outros como você, não vá sozinho. Diga que quer o curso e que quer ganhar um salário para aprender a ler, porque no Brasil quem terminou a universidade, como eu, ganha uma bolsa para continuar estudando, fazer um doutorado, mas quem nunca entrou na escola não tem um real de ajuda para aprender a ler.

E falo com a autoridade de quem foi Governador e teve um programa que pagava aos analfabetos para que aprendessem a ler, como pagamos bolsa para fazer doutorado nos Estados Unidos e na Europa. Aqui, quando fui Governador, pagávamos R\$100,00 – naquela época eram US\$100 – no dia em que a pessoa fosse capaz de escrever sua carta, ou seja, comprávamos sua primeira carta. E tenho comigo muitas delas, guardadas, Senador Adelmir. V. Ex^a se lembra disso.

Quero que vocês se cansem também. Quero que vocês se cansem de não saber ler e lutem para aprender, para com isso ter um salário melhor depois. Mas

não só os que não sabem ler. Quero falar para outros que deveriam estar cansados.

Gostaria de falar para as mães que fazem parte do Bolsa-Escola. Claro que elas têm de agradecer por receber esse dinheiro, mas que não se satisfaçam com isso, por favor. É muito pouco! Vejam que os outros que estão ganhando muito, muito, cansaram-se e vão fazer um minuto de silêncio, vão fazer passeatas. Vocês, mães que ganham o Bolsa-Família, estão acomodadas. Não fiquem acomodadas! Fiquem cansadas, mas cansadas no sentido da propaganda dos que estão cansados do caos aéreo, o cansaço da revolta, o cansaço da mobilização.

Quero que vocês despertem para exigir aquilo que têm direito. Vocês não estão cansadas de ver seus filhos sem escola, enquanto os filhos dos ricos, daqueles que estão cansados e protestam, têm boas escolas? Vocês não estão cansadas de saber que os filhos dos ricos terão futuro e que os filhos de vocês não terão futuro, por causa da escola? Vocês não cansaram de achar que é um direito dos ricos terem boa escola e a condenação dos pobres terem escola ruim? Será que isso não cansa vocês?

Não estou falando aqui para os Senadores, porque todos temos boas escolas. Estou falando para você que não se cansa de ser abandonada.

Quero falar para vocês que assistem ao meu discurso calados, em vez de cansados, às mães e aos pais que aceitam a escola como ela é. Vocês estão sendo enganados! Vocês não comprariam uma televisão numa loja que se parecesse com uma escola, mas deixam os filhos de vocês lá. Vocês não comprariam comida numa venda, num armazém, num supermercado que se parecesse com a escola onde deixam seus filhos.

E vocês não se indignam, não vão para a frente da prefeitura, não cercam o carro do prefeito? E, quando os professores faltam, vocês não reclamam? E quando o salário do professor é baixo, vocês não vão para as ruas junto com os professores pedir dinheiro para os professores, desde que não parem de dar aula aos filhos de vocês? Vocês tinham de ter duas indignações, dois cansaços: com o Governo que não paga o salário e com o professor que não dá aula.

E, com isso, estão condenando os filhos de vocês.

Os outros cansaram. Estão brigando para que os filhos deles não fiquem nos aeroportos esperando por avião atrasado. E sabem o que eles já conseguiram? Um novo aeroporto em São Paulo. E vão conseguir um trenzinho para levá-los da cidade até o aeroporto, que eu vou usar. E vocês não se cansam de ver seus filhos indo a pé para a escola.

Cansem, por favor! Cansem, mas reclamem. Vocês têm direito! Como eu disse que os analfabetos deveriam ir para a prefeitura exigir curso e um salário para aprender a ler, vocês têm o direito de ir para a prefeitura e reclamar que as escolas não estão funcionando. E se o prefeito disser que não tem dinheiro, ajude-o a pedir dinheiro ao governador. E se o governador não tiver dinheiro, ajude-o a pedir dinheiro ao Governo Federal. E se o Governo Federal disser que não tem dinheiro, pergunte o que estão fazendo com os R\$60 bilhões do superávit. Pergunte por que nós, Senadores, tivemos aumento, e falta dinheiro para pagar melhores salários aos professores. Por favor, está na hora de que todo mundo se canse, não só aqueles que estão sentados nas poltronas dos aeroportos!

Estou cansado da falta de cansaço de uma parte da população brasileira, até porque não é aqui dentro que vamos conseguir melhorar as coisas. Ou o povo cansa, vai para rua, reclama e briga, ou não pensem que daqui, sozinhos, vamos conseguir mudar as coisas.

Mas, até para descansar desse cansaço, passo a palavra a dois Senadores que pediram um aparte, embora tenha dito que não iria falar para S. Ex^{as}. Mas os apartes de S. Ex^{as} são bem recebidos. Gostaria que V. Ex^{as} falassem não só para mim, nem para os outros Senadores. Falem pensando naqueles que estão nos assistindo, os cansados nas poltronas dos aeroportos e os acomodados em pé nas paradas de ônibus, os acomodados em pé nas filas procurando emprego, os acomodados com as escolas ruins dos seus filhos, os acomodados com as filas dos hospitais, os acomodados sem ter dinheiro para comprar o remédio. É pensando neles que passo a palavra ao Senador Sibá e depois ao Senador Adelmir.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, pedi o aparte porque, em primeiro lugar, pretendia abordar esse tema da educação, por conta da matéria publicada no *Jornal do Senado*, que diz que V. Ex^a teria feito uma abordagem, numa audiência da Comissão de Educação, se não me engano, sobre esse tema. Como a essência do pronunciamento de V. Ex^a já havia me chamado à atenção, aproveito para fazer as duas coisas neste aparte e não mais no meu pronunciamento. Sobre a educação em si, nos últimos quatro anos da minha vida, desde que cheguei ao Senado, tenho me dedicado ao máximo a acompanhar o debate sobre as universidades e a ajudar, como posso, a universidade pública do meu Estado. Ouvi, nos debates da reforma das universidades – não sei se a proposta é atribuída a V. Ex^a, desculpe-me a ignorância –, que o Ministério da Educação, juntamente com os Estados e os Municípios, deveria cuidar exclusivamente dos ensinos infantil, fundamental e médio, ga-

rantindo que todas as crianças e os jovens do Brasil concluíssem o ensino médio, e que toda a gama do ensino superior fosse transportada, ou para um ministério exclusivo, ou para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Confesso que no primeiro momento ouvi e não sei se entendi direito, mas, hoje, começo a me deixar, digamos assim, ganhar pela idéia. Tenho andado bastante pelo Brasil, na ânsia de dar uma contribuição significativa à nossa universidade pública, e acabei de me convencer de que não adianta ter uma excelente universidade se tivermos um público que sai do ensino médio sem condições de poder fazer um excelente curso superior e ter uma boa carreira científica *a posteriori*. Portanto, nesse ponto, faço uma pergunta a V. Ex^a, se estou entendendo corretamente e se essa frase é atribuída a V. Ex^a. Quanto à questão da crítica – não sei se podemos chamar assim –, vi o documento parece que assinado até mesmo pela OAB, do Movimento Cansei. Digo a V. Ex^a que fui um ativista de movimentos populares e um cuidado meio que empírico que tive, não tinha nenhuma consciência muito científica, mas era muito da minha natureza, é que temos de ter um objetivo mais claro para fazer as coisas. Se eu não tiver um objetivo mais claro, posso até ter organizado um excelente movimento popular por um período e depois ele morrer de inanição, sem ter um resultado mais prático, mais entendido pelo público que dele participa. Portanto, digo a V. Ex^a que acho que, na abordagem geral, está corretíssimo, porque podemos deixar de elencar as prioridades dos investimentos – os investimentos de cada prefeitura, os investimentos de cada Estado e os investimentos da esfera nacional, e como isso chega na ponta final e com a qualidade que deve chegar. Portanto, valeu muito a pena ter escutado no dia de hoje essas preocupações de V. Ex^a. Penso que o Movimento Cansei tem o direito cívico de fazê-lo, mas acredito que realmente está pecando pela forma como está fazendo. Por exemplo, não tem rosto, não tem endereço. Fica tão impessoal que as pessoas podem perguntar: “Vamos sair de casa para fazer o quê? O que nós vamos fazer?” Vou encerrar o aparte a V. Ex^a referindo-me ao direito ao ócio e o direito ao trabalho. Os dois têm de ter regras. O direito ao ócio seria, no meu entendimento, o descompromisso com os prazos. É quando a pessoa não precisa estar amarrada ao despertador para acordar de manhã cedo. Não precisa estar amarrada ao tempo de voltar à cama para dormir. Ou seja, quando a pessoa tem certo descompromisso com os prazos. O direito ao trabalho seria o oposto: a pessoa tem de ter o compromisso com o relógio, com os prazos, com o tempo. Porém, tanto um quanto outro, se forem obrigatórios, estão errados. Imagine uma pessoa desem-

pregada. Ela está, digamos assim, numa situação de ócio, obrigada. Portanto, isso está errado, como estão errados também aqueles que fazem do trabalho uma escravidão e não têm mais tempo para as outras coisas. Com relação a esses dois cenários, faço aqui a reflexão de que isso não pode acontecer. Portanto, o direito, no meu entendimento, da pessoa está brilhantemente listado neste pronunciamento de V. Ex^a. Só me resta parabenizá-lo, pois acho que V. Ex^a acertou no ponto no entendimento. V. Ex^a chama a todos, não apenas ao público a que se referiu no início do discurso, mas a todos nós que estamos aqui neste momento e também o povo ouvindo-o atentamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Sibá Machado, o aparte e confirmo que essa é uma posição muito antiga minha, que não é uma criação minha. Na maior parte dos países onde deu certo a educação, havia um Ministério da Educação de Base e um Ministério do Ensino Superior. Mas, como aqui já há muitos Ministérios, melhor juntar Ensino Superior e Ciência e Tecnologia, ou fechamos três, cinco ou dez Ministérios e criamos um Ministério só para o ensino superior. Sabe por quê? Tem a ver com este discurso. É que os universitários cansam e vão para as ruas, brigam e levam tudo. As crianças e seus pais pobres não vão para as ruas e não conseguem nada. O pobre do Prefeito não tem como promover uma boa educação no Brasil. Por isso, tem de haver pelo menos um Ministro que cuide deles, que tente federalizar a educação de base. Enquanto não fizermos isso, não vai haver dinheiro federal para analfabetos, porque os universitários lutam por dinheiro para a universidade e ganham.

Informo ao senhor que essa idéia eu levei ao Presidente Lula em dezembro de 2002, antes de Sua Excelência assumir. Quando o Presidente me convidou para ser Ministro da Educação, eu disse que queria mesmo era ser Ministro da Educação de Base e poder fazer a revolução de que este Brasil precisa. Veja uma coisa importante: a universidade precisa melhorar, mas a educação de base precisa de uma revolução. É diferente. A diferença das nossas universidades para as dos países ricos é essa, mas a diferença da nossa educação de base para a dos países desenvolvidos é essa. Nisso se consiste a revolução.

Além disso, como o senhor mesmo disse, não tem como haver uma boa universidade em um país que joga fora 82% dos seus cérebros, porque não terminaram o ensino médio com qualidade. E nós não vamos querer que ingresse na universidade quem não concluiu o ensino médio. Estamos jogando fora cérebros. É como se estivéssemos fechando, tapando 82% dos poços de petróleo que encontrássemos, porque não

há energia mais forte do que a energia intelectual, até porque o petróleo vai acabar, vai precisar da energia intelectual para inventar um substitutivo do petróleo. Para tirar combustível de pedra vai precisar de muita ciência. Não estamos fazendo isso.

Imaginem se, no futebol, só deixássemos 18% jogarem bola no Brasil?! É o que fazemos com a Ciência e a Tecnologia, não deixamos 100% jogarem.

Então, por isso, tem de haver um Ministério da Educação de Base, para trazer o problema da educação de base para o centro das decisões nacionais e não só ficar na periferia dos limites dos recursos municipais. Por isso, defendo, sim, esse Ministério da Educação de Base como instrumento da emancipação do povo brasileiro por meio da educação de base com a influência e com a decisão do Governo Federal.

Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Cristovam, pedi esse aparte a V. Ex^a para dizer que, em dado momento do seu pronunciamento, cheguei a me emocionar, com o seu grito no sentido da mobilização para que as pessoas mais simples comecem a reclamar e a dizer que estão cansadas com a falta de oportunidades. Na verdade, o País tem uma dívida social imensa na área da educação, dívida social que se estende a outros setores. Não é possível que tenhamos essas deficiências que V. Ex^a enumerou, de pessoas que não capazes sequer de ler uma legenda, dissecar uma notícia, entender uma notícia veiculada pela televisão, de não compreender as coisas mais simples, como um endereço, um local a que se dirige.

Então é uma dívida que todos nós temos que ter a compreensão de que é imensa e que temos de nos associar a este cansaço a que V. Ex^a se refere aqui. O senhor estendeu este cansaço a outros setores da administração pública. Eu dizia, na semana passada, que temos aí um preceito constitucional no que diz respeito à saúde, direito de todos, dever do Estado. No entanto, o senhor fez referência aos planos de saúde, àqueles que podem e que têm planos de saúde, outros que ficam na fila às vezes por sessenta dias para uma consulta, como se a doença esperasse. E quando da consulta, Sr. Senador, muitas vezes não se faz este atendimento integral, porque são prescritos às vezes alguns produtos que ele não tem como adquirir. É preciso que se repense isso, com poucos recursos a dar o atendimento inicial a esta população. Eu dizia, na semana passada, que talvez com R\$1,9 bilhão ou R\$ 2 bilhões dos vários recursos que estão destinados à saúde poderia ser feito um atendimento integral do primeiro momento. Para isso é preciso que os pequenos Municípios sejam dotados de equipamentos

essenciais e que não haja essa migração constante de pessoas procurando os grandes centros pelo atendimento médico e, muitas vezes, voltando novamente à fila da consulta, porque não teve esse atendimento integral, pois não recebeu os produtos que foram prescritos pelo médico. É importante, portanto, que este grito se estenda a todas as ações que o Estado tenha obrigação de fazer com essa população. Associe-me a V. Ex^a nesse grito, com entusiasmo, com emoção. Há poucos dias, estive no interior do Estado do Piauí e verifiquei o quanto essa população é sofrida, o quanto essa população não tem consciência dos seus direitos que são constitucionais e que, muitas vezes, são relegados por falta de alguém que faça o grito, como o que V. Ex^a desperta, neste instante, em todos nós. Quero, portanto, associar-me ao discurso de V. Ex^a, não apenas na área da educação, mas também na área da saúde, dos transportes, que são obrigações do Estado brasileiro, que tem uma carga tributária extremamente excessiva daqueles que são formalizados para bancar esses serviços. Portanto, Sr. Senador, todos nós temos de estar irmanados nesses princípios de lutar por essa população que não tem, como os outros, a consciência de que gritando, dizendo que cansou, tem a oportunidade de ser atendido pelo Estado brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Adelmir. Fico feliz de ter tocado no seu coração, mesmo querendo falar para o povo lá fora, não apenas aqui para dentro.

De fato, não é só educação, mas nada virá se o povo não se manifestar. Voltando ao que o Senador Sibá falou, para mostrar como é importante essa mobilização, a idéia do ProUni nasceu em 2003, com o nome de Programa de Apoio ao Estudante. O projeto de lei foi entregue na Casa Civil. Sabem por que não saiu daquela maneira? Porque lá estava escrito que o aluno que recebesse dinheiro do ProUni teria que, durante um semestre de sua carreira, ser alfabetizador de adultos. Mas os analfabetos não se mobilizaram. Claro, nem sabiam! A UNE se mobilizou, os universitários se mobilizaram e, junto ao Governo Federal, conseguiram tirar esse compromisso da alfabetização daqueles que recebem dinheiro para estudar na universidade. E ficaram só com os recursos. Além disso, a proposta era pagar e não fazer todo esse jogo com dinheiro que seria de impostos. Isso ocorreu porque os analfabetos não se cansaram ainda do analfabetismo e os universitários cansaram de serem chamados para serem alfabetizadores. Cansaram, foram para a rua – não a rua, fisicamente, mas a rua do ponto de vista dos corredores do Planalto, dos corredores do Ministério da Educação – e transformaram um projeto que vinculava a universidade à alfabetização em um

projeto só para os universitários, porque o Ministério é um só e ficou do lado dos que se mobilizam, não do lado dos outros. Se tivéssemos dois ministérios, eles teriam brigado, e o projeto teria saído como deveria.

Senhoras e senhores, lá de fora, que estão me ouvindo, retomo o meu discurso, do ponto em que parei – e não vou demorar muito, Senador Mão Santa.

Eu falava – e vi que o Senador Wellington até balançou a cabeça quando eu disse isso – que o povo brasileiro não compraria uma televisão em uma loja que se parecesse com a escola, mas deixa suas crianças lá. E o pior, Senador Mão Santa, é que as deixam lá – refiro-me a você, ouvinte, telespectador – satisfeitos com essa escola, porque vocês não tiveram nenhuma, aí, acham que ela está boa.

Em pesquisa feita com os pais de alunos da escola pública, os pais deram nota média oito! Nem as escolas dos ricos merecem nota oito no Brasil, porque lá não se estudam os clássicos, lá não se aprende a ler como se deveria, e os pobres deram nota oito.

Ontem, aqui na Comissão de Educação, o Dr. Jorge Werthein, que foi da Unesco, disse que havia falado, há pouco, com uma senhora pobre, uma trabalhadora doméstica – que talvez esteja me ouvindo –, e ela disse que a escola do filho dela é ótima, só que os professores não estavam indo dar aula há uma semana. Como é que uma escola é boa sem professor, povo que está me ouvindo?

Cansem dessa idéia que o Brasil rico vendeu para vocês de que escola é restaurante mirim! Cansem dessa idéia de que menino vai para a escola apenas para comer. Cansem, por favor! Porque, comendo, eles ficam vivos, mas só comendo eles não têm futuro. O futuro vem da comida do espírito. Para ir para o céu, é a comida que vem do pastor, do padre, do rabino, mas, para ter futuro nesta terra, é a comida que vem para a cabeça, para o cérebro, para a inteligência. Cansem de ver seus filhos sem hospital, de ver seus filhos sem remédio, de ver seus pais morrendo num corredor de hospital. Cansem, por favor, disso! Não deixem que, no Brasil, cansem apenas os que estão como eu, sentados nas confortáveis poltronas dos aeroportos. Cansem também. Isso não é só para o futuro dos seus filhos, é para o futuro do Brasil também, porque, se as crianças deste País não tiverem futuro, não haverá futuro para o Brasil. E, se só as crianças dos ricos tiverem futuro, o Brasil não vai ter futuro, porque o Brasil é feito de muito mais gente do que os filhos dos ricos.

Peço que, por favor, vocês também vão às ruas. Não deixem só os outros irem às ruas. Exijam para os seus filhos uma escola tão boa quanto às dos ricos. Vocês têm direito a isso. Vá ao Prefeito, ao Presidente, ao Governador, porque eles têm a obrigação de dar

isso à população. E, se eles não derem – vou dizer aqui, Senador Wellington, algo muito radical –, se o Prefeito não der, se o Governador não der, pegue seu filho e o leve para uma escola de rico paga, e diga que quer deixar o seu filho lá. E vamos ver o que vai acontecer. Exija. Por que há escola para rico e escola para pobre?

Um país pode sobreviver com roupa de rico e roupa de pobre; restaurante de rico e restaurante de pobre; um país pode sobreviver com aeroporto e parada de ônibus; mas um país não pode sobreviver com escola de rico e escola de pobre. Não é um país; é um território onde mora uma porção de gente dividindo. Então briguem, manifestem-se, conversem com seus amigos, parentes, conhecidos, colegas! Não deixem de falar nas necessidades de vocês. Não vou dizer que parem de tomar sua cervejinha, mas não fiquem só nisso para apagar o cansaço, porque este País está virando, nos finais de semana, um país de alcoolismo, Senador! E não é porque as pessoas querem beber, mas porque as pessoas querem esquecer o cansaço e continuar acomodadas. Os ricos, que tomam uísque, estão indo à rua brigar por aeroportos bons, por uma redução da carga fiscal, por uma eficiência maior desse Governo, e os outros estão bebendo sua cerveja, sua cachaça, suas bebidas todas, divertindo-se até, e não se mobilizando. Não estou dizendo que parem de fazer essas coisas que gostam, mas que não façam só isso.

Espero que vocês aprendam a cobrar como os ricos cansados estão aprendendo. Eles, já na primeira passeata, estão conseguindo aeroporto e trem para transportá-los. Falo com vocês que me estão ouvindo aí, sem conseguir ler o que está escrito embaixo – porque, como falei, 16 milhões não lêem o que está escrito embaixo, e, se estiver passando naquela velocidade que passa no cinema, que passa na televisão, até quem aprendeu a ler não consegue, porque quem não lê muito lê devagar.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que também estou cansado. Mas estou cansado, sobretudo, desse desencontro entre um Brasil cansado que se mobiliza e um Brasil acomodado, paralisado. E a minha mensagem final é para tentar casar esses dois Brasis. Não vim aqui fazer luta de classes entre os cansados ricos e os acomodados pobres. Vim pedir que eles se juntem. Juntem-se naquilo que salvaria os dois, o Brasil rico e o Brasil pobre, e construiria um único Brasil: uma escola igual para todos.

Vim aqui pedir para que os que cansaram e que estão se mobilizando pela OAB lutem para que a escola do pobre seja igual à escola do rico, e que essa luta, ao trazer vantagem não só para os ricos, ao trazer vantagem também para os pobres, que essa luta ajude

a tirar do cansaço um país inteiro que se acostumou a dizer e a se orgulhar de dizer que dorme em berço esplêndido. Por melhor que seja o berço, não vale a pena ficar morto nele. Por melhor que seja o berço e a cama, só vale a pena na hora em que a gente precise recuperar as forças para sair à luta e manifestar-se, lutando para mudar o Brasil. E o caminho da mudança é a escola do rico igual à do pobre.

Aqui fica o meu desafio para superar esse meu cansaço e fazer com que o meu cansaço seja a minha manifestação. Vou, no dia 14, fazer um minuto de silêncio. Sei que é o cansaço da parcela rica, mas vou fazer o meu minuto de silêncio no dia 14 de agosto, conforme essa mobilização. E vou fazê-lo pensando mesmo mais nas paradas de ônibus, que não tenho usado, do que nos aeroportos, onde tenho sofrido. Vou fazê-lo pensando mais em como o dinheiro é mal aplicado neste País do que no tamanho da carga fiscal, que é alta. Vou fazer o meu minuto de silêncio pensando mais na corrupção das prioridades para onde vai o dinheiro do que mesmo na corrupção dos políticos que põem dinheiro no seu bolso. E vou fazer o meu silêncio como fazemos pelos mortos, pensando em um País que dorme em berço esplêndido, que não morreu ainda, mas que, adormecido, não vai chegar no futuro. Vou fazer um minuto de silêncio pensando na possibilidade de unir os dois “Brasis” nas escolas, que são as encruzilhadas das classes quando a escola é igual para todos e é, ao mesmo tempo, o aeroporto do futuro para o Brasil.

Era isso o que eu tinha a dizer, Senador Mão Santa, agradecendo a sua paciência e a dos que me fizeram apartes e me ouviram, mesmo sabendo que o que estou falando, hoje, não é para aqui dentro, é lá para fora, querendo despertar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a foi saudado como mestre e gastou 45 minutos. Pedagógica, didática e universalmente, esse é o tempo de uma aula. Então, quero dizer – e falo pela Pátria – que não me cansei de ouvi-lo. O Brasil não se cansou; o Brasil aprendeu. No Brasil, nasceu, hoje, essa esperança de se educar e de prosperar.

Concedo a palavra ao Senador João Durval, da Bahia, do PDT de Leonel Brizola. João Durval traz a experiência de extraordinário profissional da saúde, de extraordinário Prefeito da sua cidade natal, de extraordinário Governador de Estado e, em pouco tempo, de extraordinário Senador da República, enriquecendo esta Casa tanto quanto os baianos que por aqui passaram, cuja grandeza é simbolizada por Rui Barbosa.

V. Ex^a terá o tempo que considerar conveniente, em respeito a V. Ex^a, a Rui Barbosa e à Bahia.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em belo artigo publicado recentemente no *Jornal do Brasil*, Mauro Santayana, sem favor algum uma das mais lúcidas, cultas e inteligentes figuras do jornalismo brasileiro, chamou a atenção de seus leitores para a grave crise de valores que assola o mundo contemporâneo. Essa crise, por sua amplitude e verticalidade, atinge em cheio as instituições políticas. É impossível não concordar com o grande articulista, sobretudo quando nosso País atravessa, como bem o sabemos, momentos difíceis.

Em verdade, as transformações operadas na sociedade contemporânea não apenas são demasiado profundas. O que mais assusta nelas é a celeridade com que ocorrem. A rapidez é tamanha, que, ante a impossibilidade de imediata substituição dos antigos parâmetros por outros que pudessem refletir as novas circunstâncias que passaram a nortear a vida social, estabelece-se o pior dos mundos, qual seja o do vazio em termos de princípios éticos e morais.

A relativização de tudo, acompanhada de atroz individualismo, talvez seja a face mais perversa e perigosa da sociedade atual. A perda de antigas e tradicionais referências, sem a correspondente substituição por novos paradigmas, leva ao impasse em que hoje vivemos. Verdades destruídas e valores soterrados pela avalanche de inovações promovem o vácuo, dificultam ou até mesmo impedem o estabelecimento de direções a serem seguidas e retiram dos seres humanos a própria dimensão de sua historicidade.

Na política, que é a área em que atuamos diretamente, na qual nos envolvemos cotidianamente, os efeitos dessa crise generalizada são percebidos de forma imediata. Esse fenômeno, aliás, é universal e, em certa medida, nivela países pobres e ricos, sociedades institucionalmente mais ou menos avançadas. Em outras palavras, a crise política também se globalizou, acompanhando o processo de mundialização da economia.

O caso do Brasil, Sr. Presidente, interessa-nos mais de perto. Além da razão óbvia de sermos brasileiros e de atuarmos politicamente no País, há outro aspecto que evidencia uma extraordinária singularidade. É provável que não haja outro exemplo mais marcante, no mundo contemporâneo, de uma nação que, como o Brasil, tenha-se transformado tão rápida e vigorosamente em apenas seis ou sete décadas. Aquele Brasil arcaico e rural, que existiu ao longo dos três séculos de colonização e que pouco se alterou depois da Independência, há muito, deixou de existir. A partir da Revolução de 1930 e, muito especialmente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, que coincidiu

com a derrocada do Estado Novo de Vargas, nosso País conheceu acentuado processo de modernização econômica, na esteira do qual emergiu uma sociedade majoritariamente urbana.

Para que se tenha idéia da magnitude dessa experiência de urbanização da sociedade brasileira, lembremo-nos de dois fatos interligados: se, em 1950, o censo do IBGE assinalava a existência de cerca de 70% da população vivendo nas zonas rurais, em 2000, o quadro mais que se inverteu, com o espantoso índice de 82% de população urbana. Essa fantástica mudança fisionômica da sociedade brasileira fez-se acompanhar, como seria inevitável, por sensíveis alterações nas instituições e, sobretudo, na maneira pela qual se faz política. São milhões e milhões de brasileiros que ganham visibilidade. São milhões e milhões de brasileiros que passam a apresentar suas demandas em termos de emprego, de moradia, de educação, de saúde, de lazer, de transporte, enfim, de acesso a tudo aquilo que, de alguma forma, corresponde ao que denominamos de cidadania.

Penso residir nesse ponto o nó górdio da questão, a verdadeira matriz nuclear de nossos atuais problemas. Avançamos, sim, em vários aspectos, mas o fizemos em ritmo inferior ao necessário. Colecionamos conquistas, sim, mas de forma morosa, nem sempre no compasso das exigências sociais. Reconheço que vencer mazelas estruturais que nos acompanham há séculos é tarefa dura, difícil e complexa. Todavia, nada justifica que, em pleno século XXI, ainda haja déficits tão acentuados, particularmente em termos sociais.

Como bem lembrou Santayana, hoje, nossa democracia é melhor e mais abrangente do que a do passado. Vencemos a barreira da “falsa legitimidade” dos representantes eleitos pelos currais eleitorais, por voto de cabresto e por decisão monocrática das elites locais, regionais e nacionais. No entanto, acompanhando a tendência que se verifica pelo mundo afora, ainda não fomos capazes de colocar nossas instituições plenamente a serviço da coletividade, de fazer da representação política o instrumento efetivo da presença popular – não apenas de segmentos organizados da sociedade – na condução do Estado.

Justamente por isso, correto está Mauro Santayana, quando afirma, em relação ao Brasil, que, em especial devido ao regime militar, “o eleitor não é representado no Parlamento, mas nele estão presentes os delegados de imensos interesses corporativos”. O raciocínio pode e deve ser estendido aos demais Poderes do Estado. Eis a razão pela qual devemos abraçar a grandiosa causa verdadeiramente ética que se coloca diante de todos nós: transformar a política em sua essência, incluindo métodos e procedimentos.

E é neste sentido, Sr. Presidente, de dar efetividade e praticidade aos valores teóricos dispostos neste pronunciamento, que apresentei o Projeto de Resolução nº 40, de 2007, com a finalidade de estabelecer critérios meritórios para a ocupação de vagas de titularidade ou de suplência no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa e de, principalmente, transferir para o Plenário do Senado decisões relevantes que dizem respeito ao afastamento de Senadores integrantes da Mesa Diretora dos cargos que ocupam, o que proporcionará a retomada por parte desta Casa Legislativa de conceitos primordiais para seu bom funcionamento, os quais têm sido duramente atingidos nos últimos tempos.

O discurso fácil sobre ética na política, muito mais propício a atender interesses inconfessados e necessidades imediatas de palanques eleitorais, está longe de suprir nossas carências e, não raro, produz equívocos monumentais. O que a Nação espera de nós, ainda que silenciosamente, é a vigorosa ação no sentido de impedir que o conceito de ética seja banalizado. A ética política de que precisamos é o caminho que nos conduz à reorganização do Estado, orientando-o para servir ao conjunto da sociedade, para a defesa dos mais legítimos interesses nacionais e para o fortalecimento integral e pleno da autêntica cidadania. Ao fazê-lo, estaremos cumprindo o mandamento filosófico que nos ensinou a grande pensadora Hannah Arendt, segundo o qual a política só se justifica quando se traduz em ato de amor à humanidade. Esse é meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Durval, apenas quero adverti-lo de que o Senador Cristovam Buarque gostaria de participar. V. Ex^a está muito concentrado.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Peço-lhe só um minutinho.

Esse é o ideal que conduz minha ação de homem público.

Muito obrigado.

Tem o aparte o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador João Durval, que é meu correligionário no PDT, fez questão de pedir a palavra no final, até para não atrapalhar toda a lógica de seu discurso, extremamente oportuno. A preocupação de V. Ex^a é absolutamente correta: não podemos julgar ética de maneira política e, às vezes, corremos esse risco, dependendo de como seja organizado o Conselho de Ética. Alguns até começam a dizer que o Conselho de Ética deveria ser realizado fora do próprio Senado, não por nós, Senadores. Aproveito também, Sr. Presidente, para dizer que, em meu discurso, informei que o minuto de silêncio daquela

campanha seria no dia 14. Na verdade, a campanha nacional é realizada no dia 17. Eu é que vou propor que nós, do Senado, façamos um minuto de silêncio, não só por aquelas causas, mas também pelas outras, no dia 14, que é uma terça-feira, já que o dia 17 será uma sexta-feira, e ficaria difícil fazer um minuto de silêncio às 13 horas, junto com o resto do povo brasileiro. Talvez, durante o discurso, eu não tenha explicado isso bem, mas o problema não foi apenas o erro na escolha da data, foi um erro na apresentação. No dia 17, vou fazer um minuto de silêncio com todo mundo, mas, no dia 14, vou fazer minuto de silêncio aqui, mas por um cansaço muito maior, muito mais amplo.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Agradeço-lhe o aparte e incorporo suas palavras ao meu discurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimos o Senador João Durval, que termina dizendo que a ética é muito discutida, muito estudada. Max Weber diz que há duas éticas: a ética velha e a ética de resultados. Mas V. Ex^a supera Max Weber quando diz que tem a ver com amor, amor que é Deus, amor que é verdade. E este Senado é grandioso. Se tivéssemos participado dos Jogos Pan-Americanos do amor, V. Ex^a e sua encantadora esposa leda ganhariam a medalha de ouro, simbolizando o amor que constrói a família brasileira.

Convidamos para usar da palavra o Senador Adelmir Santana, líder empresarial que representa o Distrito Federal e é também um dos Senadores do Piauí. Recentemente, recebeu o título de cidadão de Uruçuí, empreendedora cidade do Piauí.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para, mais uma vez, me reportar à sessão gloriosa da última terça-feira, quando aqui tivemos a oportunidade, por unanimidade, de votar o Projeto de Lei nº 43, que faz algumas alterações na lei geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei nº 123.

E faço isso, Sr. Presidente, porque, ao ler os jornais, percebe-se que algumas críticas ainda são feitas ao Supersimples, críticas que são procedentes, mas que, naturalmente, podem e devem ser corrigidos os pontos ali apontados.

É sabido que o Supersimples modifica sobremaneira o que existia no passado. Existia o Simples Federal, a que alguns Estados brasileiros aderiram, criando o Simples Estadual, com variados posicionamentos. Mas, agora, com a aprovação da lei geral, na verdade, dispensa-se a adesão, porque nela estão incluídos oito tributos, dos quais apenas seis pertencem à União, pois há um tributo estadual e um tributo

municipal. E, diria eu, tributos da maior importância: o mais significativo no caso dos Estados, o ICMS; e dos Municípios, o ISS.

Entretanto, todos nós sabemos que o ICMS é um imposto de crédito e débito, é um imposto que cria a verdadeira guerra fiscal entre os Estados brasileiros. Uma das críticas ao Supersimples é que, com relação ao ICMS, ao invés de facilitar a vida das pequenas empresas, cria dificuldades a essas, e elas se referem exatamente quando essas micro e pequenas empresas fazem seus faturamentos para as empresas atacadistas, para as grandes empresas varejistas e para as empresas industriais. Por que isso? Exatamente porque elas não podem conceder, ou porque estão isentas ou porque pagam uma taxa extremamente baixa, uma alíquota extremamente pequena. Está embutido o ICMS nessa contribuição de oito tributos em um único imposto.

Ora, Sr. Presidente, se de fato queremos fazer valer o princípio constitucional de defesa da micro e pequena empresa, é importante que cada Estado brasileiro, que tem seus regimes especiais e a capacidade de legislar sobre o ICMS, crie mecanismos para que as pequenas e microempresas não sejam prejudicadas no processo de faturamento para a indústria, para grandes atacadistas ou para grandes empresas varejistas.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, de ontem, ainda dizia que agora começam as pressões dos grandes atacadistas, das grandes indústrias e dos grandes empresários do comércio em relação às pequenas empresas, no sentido de que essas lhes concedam descontos equivalentes ao que seria o crédito de ICMS, que não poderão creditar a si mesmas.

Faço um apelo aos Governos estaduais e ao Confaz para que busquem uma solução, que é simples. É uma solução que pode ser buscada com decretos estaduais ou com um entendimento entre os Secretários de Fazenda dos diversos Estados, objetivando encontrar uma fórmula que não dê prejuízo aos que adquirem das micro e pequenas empresas. Mas que não forcem essas pequenas e microempresas a concederem um desconto nos preços das suas mercadorias; que se encontre um formato, por meio de um imposto presumido, para que, quando um grande atacadista, uma grande indústria ou um grande comércio varejista adquira dessas pequenas empresas, tenha o crédito do ICMS, para fazer exatamente essa equidade, como se tivesse adquirido de empresas que assim o concedem.

É importante que se busquem essas soluções, porque, do contrário, toda essa luta poderá ser perdida. Ela não pode significar prejuízos para as micro e pequenas empresas. Os Estados têm de buscar a adequação

do ICMS; têm de buscar uma legislação própria, que faça com que as micro e pequenas empresas sejam fornecedoras das indústrias e dos atacadistas locais e dos grandes varejistas locais e interestaduais.

Todos nós sabemos que cada Estado tem uma legislação própria do ICMS. A lei geral cria um mecanismo de simplificação. É impossível o emaranhado de legislação, a burocracia do Estado brasileiro. É impossível estar atento a todos esses regimes de recolhimento do ICMS. São vinte e sete legislações diferentes, são vinte e sete ou mais alíquotas diferentes, que variam de produto para produto. A lei geral diminui sensivelmente essa burocracia quando cria, num único mecanismo, o recolhimento de seis tributos federais, o ICMS e o ISS.

Não vamos criar complicações, quando, na verdade, o que se busca nesta Casa, o que se buscou com a lei geral e com o Projeto de Lei Complementar nº 43 é simplificar a vida dos pequenos e microempresários.

Tenho afirmado que, se o motivo de alguns empreendedores ficarem na informalidade era exatamente a questão burocrática ou a forte carga tributária incidente, daqui para frente, isso não se justifica mais. Daqui para frente, em vez de haver empresários na informalidade, passarão a existir, efetivamente, empresários na ilegalidade.

Quanto à reforma tributária, que se discute há mais de dez anos no Congresso e que não havia sido feita, com a lei geral, efetivamente a fizemos, porque ela atende a mais de 96% das empresas brasileiras.

É importante que não desperdicemos essa oportunidade. É importante que os Estados busquem regimes especiais para contemplar, para favorecer as aquisições das grandes indústrias, dos grandes atacadistas e dos grandes varejistas junto às pequenas e microempresas.

A lei, inclusive, cria mecanismos de facilitação e de privilégios para que os poderes constituídos, para que o Poder Executivo Municipal, os Municípios, os Estados e a União façam aquisições, de forma diferenciada, até R\$ 80 mil, dessas pequenas e microempresas.

Então, aliado a isso, temos de buscar mecanismos que possam evitar que a falta do crédito do ICM não seja um complicador para a aquisição dessas pequenas e microempresas

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Adelmir Santana, é muito bom, às sextas-feiras, tratar de assuntos dessa natureza, porque há mais tempo para proceder a uma abordagem com mais tranqüilidade, para mencionar quaisquer pontos, o que é im-

possível às terças, quartas e, às vezes, quintas-feiras. Às sextas-feiras, podem-se fazer apartes de forma mais sossegada. Primeiro, quero parabenizá-lo pela relatoria desse projeto. Quero lembrar um nome da Câmara também; há vários, mas um deles é o de José Pimentel, que, antes de entrarmos em recesso, esteve aqui, insistiu e trabalhou muito para que pudéssemos aprovar, o mais rápido possível, essa lei. Meu aparte é para dizer que os anos 50, 60 e, principalmente, 70 levaram o povo brasileiro a pensar que o sinônimo de desenvolvimento e de geração de emprego estava na grande empresa, porque, com a industrialização do Brasil, as indústrias de base sendo instaladas, precisávamos criar empresas do porte da Companhia Vale do Rio Doce, Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional e assim por diante. Depois, veio o setor automobilístico, com a Ford, com a Volkswagen, e assim por diante. Então, a imagem do povo mais pobre era a de que a grande empresa era sinônimo da geração de emprego e do desenvolvimento. Sempre nos esquecemos do fato de que quem sempre segurou a onda da geração de emprego, da distribuição de renda, da prestação de serviços mais rápidos, mais próximos das pessoas mais simples foram as pequenas e microempresas, dado a que só tive acesso após 1993, quando na Amazônia fizemos um movimento mais ligado ao campo, é claro, chamado Grito da Terra Brasil. A partir desse movimento, pedimos a assessoria do Sebrae, que começou a nos passar essas informações. Recentemente, Mâncio Lima Cordeiro, ex-Presidente do Banco da Amazônia e atual Secretário de Fazenda do Estado do Acre, acrescentou mais um quadro comparativo importante para isso: o de que, se for perguntado às pessoas sobre se são a favor da reforma tributária, todas vão dizer que sim; se forem perguntadas sobre se são a favor da guerra fiscal, todas vão dizer que não. Na hora de sair a reforma tributária, porém, é uma verdadeira guerra de nervos, porque ela não sai a contento e no prazo que se quer. Segundo, quando da guerra fiscal, não conseguimos coibi-la. Portanto, a partir da pequena e da microempresa, acho que esse projeto do Supersimples vem, no meu entendimento, resolver estes dois pontos: de um lado, caminha uma reforma tributária; e, de outro lado, coíbe o problema da guerra fiscal. E aí faço mais uma comparação com os dados do IBGE de 2003, que dizem que há mais de dois mil Municípios no Brasil que respondem por apenas 1% do nosso PIB. Ou seja, quase 50% dos Municípios brasileiros estão em situação de miséria. Portanto, é impensável que grandes empresas se instalem em todos os Municípios brasileiros; mas é pensável, sim, que haja em cada um deles, por menores que sejam, a presença da pequena e da microempresa. V. Ex^a traz

uma matéria – e vou copiar a preocupação do Senador Cristovam Buarque: o Brasil precisa ouvi-lo hoje – de altíssimo interesse nacional, sobre a regularização de um padrão de produção e de geração de emprego e, no meu entendimento, sobre o equilíbrio do mercado interno. Portanto, Senador Adelmir Santana, cito ainda Mâncio Lima Cordeiro, que dá uma outra explicação sobre a diferença entre R\$ 1,00 transferido e R\$ 1,00 produzido, arrecadado no lugar. Os Prefeitos da maioria desses dois mil Municípios têm a grande esperança no Orçamento Geral da União, com as emendas parlamentares, e, por isso, fazem fila em Brasília, pedindo a ajuda das Bancadas. E ele faz essa comparação porque R\$ 1,00 transferido de Brasília para esses Municípios vai seco, vai sem mais nada no seu entorno. Se for minimamente bem aplicado, menos mal. E se não for? Quando esse R\$ 1,00 é arrecadado, ele explica que esse real não está solto no seu entorno, tem todo um esforço local para ser produzido. Portanto, R\$ 1,00 produzido no lugar é pouco mais de um, e, com certeza, enseja o verdadeiro desenvolvimento. Encerro o aparte a V. Ex^a dizendo que o Supersimples é exatamente – agora, na minha compreensão – isto: resolve o problema da reforma tributária para esse setor, resolve o problema da guerra fiscal e, agora, resolve o problema a que se refere Mâncio Lima Cordeiro, que é o de que estaremos substituindo gradativamente a guerra da busca pelos reais de Brasília pelos reais produzidos nesses Municípios mais desassistidos. Por isso, digo, mais uma vez: parabéns a V. Ex^a pela relatoria do projeto!

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Quero agradecer o aparte de V. Ex^a e fazer justiça, porque, efetivamente, o Deputado José Pimentel, que é o Presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Micro e Pequena Empresa, teve um papel importantíssimo nessa luta em defesa da micro e pequena empresa. E não somente ele, também o Deputado Haully e o Deputado Melles, entre outros, que merecem todo os nossos elogios e a nossa consideração.

Mas, na verdade, Senador, eu diria que essa lei – tenho afirmado isto – pode significar uma revolução na economia brasileira. E V. Ex^a disse muito bem, muitos Municípios brasileiros não cobram ISS, não cobram nem mesmo o IPTU, e vão se surpreender, porque, ao cobrarem em uma única guia o ICMS, o ISS e os tributos federais, o sistema de arrecadação vai fazer o processo de rateio entre os entes federados. Daí estarmos afirmando que essa lei é uma reforma tributária que não foi feita; é uma lei que faz uma reforma que significa atingir a mais de 96% das empresas. E ela tem no seu bojo alguma coisa muito mais importante, que é exatamente essa questão de privilegiar as aqui-

sições dos governos municipais, estaduais e federal até 80 mil. Muitas vezes, um pequeno Município lá do interior do Piauí, por exemplo, faz as suas aquisições de uma empresa da capital, quando poderia fazê-lo de uma pequena empresa do próprio Município. Mas, para que essa empresa faça essa venda, necessariamente ela tem que estar formalizada e tem que estar em dia com o fisco, tanto municipal quanto estadual e federal. E a lei ficou atenta a isso, estabeleceu um prazo de 120 meses para a quitação dessas dívidas. Então, todos nós poderemos ficar surpreendidos.

Era esperado em um determinado momento, eu diria, a adesão ao Supersimples de aproximadamente 1,5 milhão de novas empresas. Qual é a surpresa? Hoje, segundo a Receita Federal – dados de ontem –, mais de 3 milhões de empresas já fizeram a adesão ao Supersimples. Naturalmente que aí estão 1,7 milhão de empresas que já participavam do Simples Federal e que, automaticamente, foram transferidas para o Supersimples. Isso significa, Srs. Senadores, mais de 1,6 milhão de empresas que já fizeram a adesão. Então, é uma revolução que vamos fazer na economia brasileira.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite ainda um aparte?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Presidente (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá, V. Ex^a está inscrito para falar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, será apenas um rápido aparte. V. Ex^a também fala muitas palavras sábias em alguns momentos e eu gostaria de aproveitar a oportunidade, não pela sapiência de V. Ex^a, somente para lembrar que, na medida em que a empresa adere ao Supersimples, inevitavelmente ela terá que fazer contratações também formais de trabalhadores.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Claro, não há dúvida.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Portanto, vamos dar o seguinte número: se 1 milhão de empresas já aderiram ao Supersimples....

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Três milhões, Sr. Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Três milhões. Então, se cada uma delas tiver um empregado com carteira assinada, inevitavelmente teremos aí 3 milhões de pessoas com carteira assinada. Quero ainda complementar, dizendo a V. Ex^a que sou Relator de um outro projeto nessa mesma direção, o Projeto da Redesim, que é exatamente para acabar mais um elo de burocracia entre aqueles 150 a 170 dias que uma empresa precisa para se registrar no Brasil; e a outra

ponta, que é a verdadeira via-crúcis, a via do calvário, que é uma empresa que vai à falência poder obter a extinção do seu registro, o que leva até dez anos. Esse, então, é um novo projeto que, no meu entendimento, vem agora complementar o de V. Ex^a e apontar, nesses próximos cinco anos, na direção de um Brasil completamente diferenciado, a partir dos pequenos. Portanto, mais uma vez, parabéns!

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Eu só queria reafirmar: mais de 3 milhões de empresas, das quais 1,6 milhão de empresas já participavam do Simples Federal, e mais de 1,3 milhão de novas empresas que se incorporam ou fazem adesão ao Supersimples desde o último dia 2 de julho.

Gostaria de conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Adelmir Santana, antes de V. Ex^a, o Senador João Durval citou uma frase da filósofa Hannah Arendt, dizendo que a política só se justifica como um ato de amor por toda a humanidade. Gosto dessa frase; gostei, aliás, não conhecia! Mas fiquei pensando aqui: onde é que se faz amor na política? É no Orçamento. Tudo o que a gente faz na política tem um objetivo: elaborar um Orçamento que case amor. Duas coisas: eficiência e justiça. É isso, Senador Sibá, é o casamento da eficiência e da justiça no uso dos recursos públicos que faz com que a política se justifique e traga efeitos. E aí fico satisfeito com o seu discurso, porque o Supersimples, sem dúvida, é um grande salto do ponto de vista da eficiência, e também um passinho na justiça no que se refere aos trabalhadores informais e aos micro e pequenos empresários. Agora, continuamos falhando no outro lado desse casamento, que é o lado de onde se gastar o dinheiro. A gente avançou muito no lado da eficiência, e o Supersimples é um salto nessa idéia, mas a gente não está avançando no lado da justiça. Na hora de elaborar o Orçamento, os grupos de pressão organizados, as corporações terminam levando todas as vantagens. Tanto as dos banqueiros como as dos trabalhadores, mas a massa, o povo fica de fora. Pior ainda, na hora de dizer onde vai gastar, o imediato ganha para o futuro. Se V. Ex^a olhar o Orçamento brasileiro, Senador Sibá, verá que é todo pensando no presente, quase nada no futuro. Daí os apagões do Brasil. Senador Sibá, vai ter apagão na energia elétrica. Vai ter um mais certo ainda: vai ter apagão no gás no Brasil, vai faltar gás. Todos os que procuro e que entendem disso me dizem isso. E não é porque vai faltar gás, é porque os condutos do gás, os gasodutos estão velhos, estão ineficientes. Corremos o risco não só de ter de fechá-los, mas de termos explosões. São as pessoas do ramo que estão me dizendo isso quando procuro

entender o que acontece na energia. O nosso Orçamento começa a ser eficiente do ponto de vista técnico, mas injusto do ponto de vista do amor, como disse o Senador João Durval. A gente não está fazendo amor com o povo no sentido de saber gastar bem o dinheiro e reduzir até a carga, porque sai do povo também. Estamos prisioneiros das corporações e do imediatismo. Gastamos dinheiro para atender quem tem força de fazer lobby, seja trabalhador organizado, seja empresário, e estamos pensando somente no hoje, não no futuro. Então, fico satisfeito com o seu discurso, que traz corretamente a idéia do avanço na eficiência, mas precisamos trabalhar – e aí não é questão sua nem do seu discurso – para que, além de eficiente, nossos Orçamentos sejam justos.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Repito, Sr. Presidente: isso vai significar, efetivamente, uma revolução.

Pois não, Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, sei que não é correto isso, mas justifica. Quero aqui prestar uma homenagem a uma figura que tentou fazer isso, uma figura que teve um passado mais distante com o qual eu tive profunda discordância: o Senador ACM. Duas idéias suas têm a ver com eficiência e justiça: uma foi o orçamento impositivo e a outra foi a criação de um fundo para a erradicação da pobreza. O fundo para a erradicação da pobreza é um gesto de amor, e o orçamento impositivo é um gesto de eficiência republicano. Eu tinha me esquecido de falar isso. À parte do orçamento impositivo – devo a lembrança ao Senador Chiquinho Escórcio, que está aqui ao meu lado –, pensei nesse fundo para a erradicação da pobreza. Esse é, talvez, o maior marco do Senador Antonio Carlos Magalhães, e eu aproveitei o seu discurso para prestar essa homenagem adicional a ele.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – E eu aproveitei o seu aparte para me associar também a essa homenagem. Realmente, trata-se de pensar a política com amor quando se fazem projetos dessa natureza: um, beneficiando a população mais pobre; e outro, criando mecanismos de acompanhamento e de controle sobre o Estado brasileiro.

Mas eu falava, Senador Cristovam, Sr. Presidente, sobre a lei geral, e V. Ex^a citou a questão da carga tributária. Por que ela é excessiva? Por que é extremamente alta? Porque, naturalmente, os tributos têm a finalidade de manter o Estado brasileiro em seus vários segmentos, municipal, estadual e federal. Hoje, é pequena a massa daqueles que pagam os tributos verdadeiramente. Na medida em que se simplifica, na medida em que se incorporam novos contribuintes,

tem-se, no futuro, a possibilidade de redução de carga tributária para os que hoje pagam.

Eu queria aqui também, Sr. Presidente, aproveitar para fazer justiça com um comentário a respeito do Governo do Distrito Federal. No primeiro momento, apesar de a lei geral estabelecer três parâmetros de adesão, fixando os valores de faturamento de R\$1,2 milhão, R\$1,8 milhão e o limite máximo de R\$2,4 milhões, o governo local, o governo de José Roberto Aruda, imediatamente fez a opção pelo valor máximo e elevou o valor do ICMS para efeito de adesão ao Super-simples, valor do faturamento, para R\$2,4 milhões. O governo merece, de nossa parte, todo o aplauso, a confiança e a certeza de que age corretamente. Também se antecipou: antes mesmo do término do prazo, alterou a legislação local para permitir que as dívidas aqui sejam corrigidas não pela taxa Selic, como preceitua a lei geral, mas fixou a negociação a ser corrigida pelo INPC, cujo índice de correção é bem inferior ao da taxa Selic.

Também com relação ao ISS e ao ICMS para empresas com faturamento até R\$120 mil, o Governo do Distrito Federal fixou um valor fixo, independentemente de se faturarem R\$100 mil, R\$60 mil ou R\$120 mil, um valor extremamente baixo, o que significa a possibilidade de incorporação de empresas que hoje não pagam absolutamente nada.

É preciso que a gente conteste, porque muitos têm afirmado que a lei geral, em vez de benefícios, traz até mesmo malefícios. O Projeto de Lei nº 43, naquilo que havia de acréscimo de carga tributária, corrigiu essas distorções. Refiro-me às tabelas que enquadravam as empresas de comércio, serviço e indústria. Essas tabelas foram totalmente modificadas, objetivando, naturalmente, colocá-las em condição de pagar impostos menores do que os que pagavam no passado. É claro que existem pequenas distorções. Refiro-me às empresas lotéricas, às creches e também às pré-escolas, que estavam classificadas no Simples Federal como empresas de comércio, quando, na verdade, são empresas de serviços. Este agrupamento – lotéricas, creches e pré-escolas – certamente terá um acréscimo pequeno, mas porque as empresas estavam classificadas erradamente como empresas de comércio.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que aquela votação memorável da última terça-feira nos deixou orgulhosos. Todos os Senadores presentes naquele momento votaram pela aprovação do projeto, não houve nenhum voto em separado, nenhuma abstenção e nenhum voto “não” em relação ao projeto em votação.

Portanto, quero agradecer à Casa, parabenizar os micro e pequenos empresários do País e me associar

aqui à luta dos Sebraes estaduais, das confederações, da Frente Empresarial e do Sebrae nacional, que tão bem soube conduzir esse projeto, desde quando era um anteprojeto até chegar aqui ao Congresso e se transformar em lei.

Parabéns a todos!

Vamos esperar que os governos estaduais façam as adequações, por meio do Confaz, para que não haja discriminação alguma às micro e às pequenas empresas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pela Relatoria de êxito, Senador Adelmir Santana. Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só. No debate dessa lei, ficou clara a necessidade de a expansão desse bem chegar aos que fazem saúde, aos consultórios médicos, aos enfermeiros. Que, enfim, incluam os que são sacrificados com a exorbitante carga de impostos no Brasil!

Convidamos para usar da palavra o Senador Sibá Machado, que é oriundo do Piauí e que representa o Acre.

V. Ex^a, regimentalmente, dispõe de vinte minutos, mas, tendo nascido no Piauí, tem assegurada sua voz enquanto eu estiver na Presidência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, meu Presidente, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive oportunidade de participar, no dia 3, da solenidade de assinatura da liberação de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), firmada pelo Governo Federal, o Presidente Lula, os Governadores e os Prefeitos de cidades com população acima de cem mil habitantes.

Sr. Presidente, apesar dos conflitos naturais do debate político no Congresso Nacional, das justas reivindicações que a sociedade brasileira faz em relação à administração pública, à classe política em geral e a muitos outros eventos que muitas vezes passam despercebidos do conhecimento nacional, digo, com toda segurança, que voltei a acreditar fortemente que nosso País segue agora um caminho que, inevitavelmente, nos próximos dez anos ou vinte anos, mesmo com as dificuldades no mercado internacional e no tocante ao crescimento da economia internacional, levar-nos-á a dar conta do recado, a fazer com que nosso País figure entre os países significativos no que diz respeito à economia e à política internacional.

Houve muitos acertos no Governo Lula, e soubemos manter outros que vieram de governos anteriores.

Fiz aqui um pronunciamento, em agosto do ano passado, sobre o que compreendi da República bra-

sileira e sobre os passos dados até agora para que nosso País, com seu tamanho territorial, possa ter um papel diferente do que teve no passado, quando era subserviente, dependente de tudo e de todos, dependente de países da Europa e, principalmente, dos Estados Unidos. E fiz uma ponderação – e a ouvi, inclusive, do Senador Cristovam Buarque, que está aqui presente – sobre o equilíbrio que nosso País deveria ter, com democracia firme, com equilíbrio fiscal e com desenvolvimento.

Desde o momento em que ouvi o Senador Cristovam Buarque falar sobre esse assunto – e não ainda na tribuna do Senado, mas numa aula inaugural de mestrado da UnB; estava eu lá, curiosamente, assistindo à aula; em seguida, S. Ex^a o abordou aqui mesmo na tribuna –, de lá pra cá, interessei-me muito por essa questão. Penso que essa é a grande “sacada”, é a grande, digamos assim, necessidade política que perpassa qualquer natureza ideológica entre nós. E aí consiste a firmeza de Nação.

Mais tarde, lendo alguns documentos, como um documento produzido pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo, um documento produzido pela CIA, que fez uma pesquisa no mundo inteiro sobre tendências do mundo para o ano de 2020 – pude ouvir a abordagem sobre o assunto de alguns generais do Exército e também de estudiosos da causa –, pude imaginar que, no Brasil, estamos seguindo esse caminho. Bem ou mal, talvez ainda longe do ideal, estamos dando os primeiros passos.

Lembrando do discurso de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, quero dizer que o Movimento Canséi tem razão quando reivindica maior celeridade na superação de dificuldades que o País enfrenta. Mas também gostaria de lembrar os acertos existentes.

Quero chamar a atenção do País para a distribuição de renda. São muitos os investimentos nessa área, embora não estejam sendo vistos como uma consolidação disso. Por exemplo, o cooperativismo do Brasil está sendo instado a ter um papel na área produtiva, principalmente. Quanto à questão da participação no conhecimento, V. Ex^a nos lembrou do ProUni, com a criação de novas universidades e de novos Centros Federais de Formação Tecnológica, os Cefets. Há também a questão de uma política de salário mínimo de longo prazo, para que as pessoas possam saber, no médio e no longo prazo, qual é sua perspectiva de renda. Há também a readequação da tabela do Imposto de Renda. Enfim, trata-se de uma gama de investimentos na área da distribuição de renda. Há ainda a desoneração fiscal de material para a construção civil voltada para a habitação de pessoas de baixa renda e, agora, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Sobre o PAC, Sr. Presidente, quero dizer que, no dia 3 próximo passado, houve a assinatura dos projetos, com representantes do Governo do Estado de Alagoas, do Amazonas, do Espírito Santo, do Maranhão, de Goiás, do Tocantins, de Santa Catarina, do Pará, de Rondônia, de Roraima, do Amapá, do Acre e do Distrito Federal. Esses Estados – vi os números – receberão cerca de R\$7 bilhões para investimento em saneamento e em habitação.

Ainda há pouco, fazíamos o debate sobre a participação dos pequenos Municípios. Os dados do IBGE de 2003 me deixaram espantados: há 5.561 Municípios no Brasil, e apenas 70 desses Municípios, Sr. Presidente, produzem metade de todas as riquezas do nosso País, ficando o restante com a outra metade; desse restante, pouco mais de dois mil Municípios se somam para produzir 1% do nosso Produto Interno Bruto (PIB).

Outra comparação que também quero fazer – e o faria em aparte ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Adelmir Santana – é relativa ao dado apresentado por Mâncio Lima Cordeiro, ex-Presidente do Banco da Amazônia, sobre a questão de transferências e de arrecadação, sobre a diferença disso. No Brasil, há muitos Municípios que não se tornaram sinônimos de desenvolvimento, porque o dinheiro cai como se houvesse ali um funil, uma bica, aparando esses recursos, transferindo-os para pagamento do chamado “meio” e não do “fim”. Assim, muitas dessas populações que lutaram para ver seus Municípios emancipados hoje sofrem, porque boa parte do dinheiro é destinada para o pagamento do custo do salário de um prefeito, de um vice-prefeito, de um vereador, de secretários, assim por diante, não chegando aonde deveria chegar. Portanto, ficamos com este dado: dois mil Municípios se somam para produzir 1% do PIB nacional.

Assim, essa regra da pequena e microempresa – muito bem abordada aqui pelo Senador Adelmir Santana – e os investimentos do PAC fazem com que, no nosso entendimento, esses Municípios tenham a obrigação de fazer um planejamento de aproveitamento desses investimentos, para, assim, passarem a ter geração própria.

E volto a falar sobre os dados de Mâncio Lima Cordeiro: R\$1,00 transferido de Brasília para esses Municípios chegará solto, sem maiores compromissos, mas há toda uma logística, um esforço local para que esse R\$1,00 arrecadado seja produzido. Portanto, inevitavelmente, não é apenas R\$1,00, mas, sim, R\$1,00 mais algo.

Quero comparar os investimentos de R\$7 bilhões para esses Estados, para esses Municípios, com o que vi no meu Estado. No Estado do Acre, Sr. Presidente,

quando assumimos o Governo em 1999, na pessoa de Jorge Viana, as transferências da União em relação às arrecadações eram da ordem de nove para um. Então, para cada R\$10,00 circulantes no Estado do Acre, R\$9,00 eram de transferências do Governo Federal, sendo apenas R\$1,00 produzido no Estado. Nos dois mandatos de Jorge Viana, chegamos a uma relação de sete para três. Ou seja, para cada R\$10,00 circulantes no Estado, R\$7,00 são transferências da União; e R\$3,00 já são produzidos em nosso Estado. Já podemos ver, então, o que significa isso, a dinâmica produzida em nosso Estado.

É claro que, para esses dois mil Municípios e para a maioria desses Estados, fazer investimentos na infraestrutura de base é muito difícil, pois é dinheiro que não temos. Portanto, temos de agradecer ao Governo Federal, ao Presidente Lula, pelos investimentos.

A Prefeitura de Rio Branco – é a única cidade dentro dos critérios atuais, com mais de 100 mil habitantes – recebe cerca R\$300 milhões, ou melhor, R\$302 milhões, para ser mais preciso. Esses recursos vão atender, de imediato, Sr. Presidente, cerca de 80 mil pessoas. E isso não é algo estanque, pois está em obediência também a um plano local de desenvolvimento.

Nesse sentido, gostaria de citar o que ouvimos do Governador atual, Binho Marques, que nos apresentou seu plano de trabalho 2007/2010, dizendo que o Estado do Acre quer chegar ao final de 2010 tendo investido R\$2,5 bilhões, para que possamos atingir, em primeiro lugar, um crescimento próximo da média nacional ou quem sabe até acima da média nacional – esse é um desafio do nosso governo. Em segundo lugar, queremos fazer do nosso Estado um dos melhores lugares para se morar na Amazônia brasileira. Por último, queremos que nossa população tenha as condições que a população de qualquer Estado deseja.

Em relação a esses R\$2,5 bilhões, fiz as seguintes perguntas ao Governador: em quantos por cento isso vai impactar no crescimento firme da economia do nosso Estado? Quanto será levado como transferência de renda para nossa população e como melhoria da qualidade de vida? Na próxima reunião, segundo o Governador, essas perguntas serão respondidas.

Sr. Presidente, quero ainda lembrar que o Presidente Lula, além dos R\$302 milhões comprometidos com o Prefeito da capital do Estado do Acre, nosso Prefeito Raimundo Angelim Vasconcelos, tem também um entendimento com o Governo do Estado de investimentos para a BR-364, que liga a cidade de Cruzeiro do Sul a Rio Branco e Rio Branco ao centro-sul brasileiro, da ordem de R\$600 milhões.

Outra coisa importante desse convênio é que o Presidente Lula reduz a obrigatoriedade da contrapartida dos Municípios mais pobres do Brasil para terem acesso a recursos do PAC.

Com esse tipo de investimento, Sr. Presidente, inevitavelmente, daqui a dez anos no máximo, teremos um Brasil com o crescimento econômico e a qualidade de vida que todos desejamos.

Outro tema que quero abordar é o turismo. Ontem, tivemos duas reuniões com a Ministra do Turismo, Marta Suplicy. A primeira delas foi na Comissão do Desenvolvimento Regional, e a segunda foi uma reunião exclusiva com a Bancada do Estado do Acre.

A Ministra nos apresentou o plano de trabalho do Ministério em relação ao Brasil, com os seguintes números: promover a realização de 217 milhões de viagens dentro do mercado interno nacional; criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações; criar e estruturar 65 destinos turísticos com o padrão de qualidade internacional; gerar US\$7,7 bilhões em divisa.

E como fica esse programa no Estado do Acre? Fizemos um bom debate sobre o turismo, que, por si só, é uma questão temática. Uma pessoa viaja para outros lugares, ou pelas belezas naturais, ou pelas festas promovidas, ou pela grande divulgação cultural da comunidade local. Fizemos uma comparação do Acre com outros Estados da Amazônia.

Temos uma linda floresta, mas ela está também em nove Estados do Brasil, todos os Estados da Amazônia, e também em países vizinhos – Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. Portanto, se um turista vai até Machu Picchu, no Peru, e quer ver um pouco da Amazônia, ele não entra no Brasil. Ele fica na Bolívia ou no Peru e pode conhecer esse lindo bioma, único no mundo, sem precisar chegar a qualquer Estado brasileiro e, é claro, ao Estado do Acre.

Não temos grandes rios, lindos rios, como têm o Amazonas e o Pará. De certa forma, os Estados da região têm rios muito mais bonitos, com lindos balneários, do que o Acre.

E como podemos promover o turismo em nosso Estado? Estou imaginando, Sr. Presidente, que, no nosso caso, será com a realização de eventos. Realizar eventos e conhecer o Brasil como um todo.

Digo isso porque a formação do Estado se deu a partir de um conflito entre aqueles que exploravam a borracha natural e adentram, subiram os rios até chegar à Bolívia. O conflito tornou-se uma guerra em 1902. E o Governo brasileiro acabou negociando com a Bolívia que o território então em conflito faria parte do Brasil e não mais daquele país.

De lá para cá, o Acre, sempre considerado como fim do mundo, tinha como seu produto econômico prin-

cipal a borracha, que chegou a ser o segundo produto da balança de exportação nacional. Quando esse produto entrou em falência, ficamos num mato sem cachorro. Enquanto a borracha era o grande produto nacional, principalmente da região, nós, do Acre, olhávamos para o mundo a partir do norte.

Isso porque os rios do Acre deságuam no rio Amazonas e seguem até Belém, na foz com o Atlântico, onde nossa direção natural, nosso azimute, era olhar o norte do mundo. Com a abertura da BR – 364, que liga o Acre a Rondônia, Mato Grosso e ao centro-sul brasileiro, passamos a olhar para o mundo em direção ao leste. E, agora, com a abertura da BR – 317, que liga o Acre ao Peru – e até 2010 teremos acesso ao Pacífico através do Peru –, estamos olhando para o mundo a partir do oeste. Ademais, éramos considerados o quintal do Brasil, o último lugar aonde alguém poderia pensar em ir. E, a partir da BR – 317, ligação que está sendo feita com o Peru, poderemos ser a porta de entrada do Brasil. Então, queremos, sim, investimentos.

Volto a fazer essa comparação. Os investimentos em saneamento básico em Rio Branco são motivo para parabenizar, mais uma vez, o Prefeito Raimundo Angelim, que tem sido motivo de orgulho de todos nós. Aliás, a safra de prefeitos atuais no Estado é digna de elogios. Estamos muito bem impressionados. Os prefeitos estão dando conta do recado e são muito bem avaliados pela população. No ano passado, fizemos até uma pesquisa, e todos os nossos prefeitos estão com avaliação entre ótimo e bom acima de 50%, alguns passando de 60%.

Então, com os investimentos do Prefeito Raimundo Agelim em Rio Branco, a cidade vira agora cartão-postal. Qual não foi nossa alegria ao ver, na vinheta do Programa do Jô Soares, pontos da cidade de Rio Branco!

Segundo, a industrialização do nosso Estado. Com os investimos dos oito anos de Governo Jorge Viana e os investimentos previstos agora pelo Governador Binho Marques, até 2010 haveremos de industrializar minimamente o nosso Estado. É grande o número de empresários que têm ido para lá para instalar novos negócios, principalmente a partir da indústria.

Com o turismo, temos um grande desafio. Fazendo a comparação do real arrecadado com o real transferido, quando fazemos os investimentos em saneamento básico numa cidade, muitas vezes o prefeito local, a classe política local, a comunidade local analisa apenas do ponto de vista da qualidade de vida das famílias. Se fizermos um investimento em turismo, vamos ter tudo isto ao mesmo tempo: qualidade de vida, embelezamento do lugar e, no meu entendimento, arrecadações

novas, porque o turismo, em situações como a nossa, é a porta de entrada desses investimentos.

Portanto, quero apostar na tese da Ministra Marta Suplicy e começar a estudar esse assunto profundamente. Quero entrar de cabeça. Pretendo contribuir para que tenhamos os investimentos previstos para que o Acre entre em uma dessas rotas turísticas nacionais, investimentos da ordem de R\$41 bilhões a R\$42 bilhões.

Sr. Presidente, discutimos com o Presidente da CBF, Dr. Ricardo Teixeira, a possibilidade de a Amazônia, na Copa do Mundo de 2014, ser sede de algumas das chaves dos jogos. Pensando na Amazônia, já assumimos o desafio de preparar o Acre para disputar com os outros Estados a realização de etapas dos jogos.

Se tivermos essa graça – e vou pedir a V. Ex^a e a todos que possamos levar uma das festas mais simbólicas do Brasil, o futebol, para o Estado do Acre –, teremos uma contribuição da sociedade brasileira inimaginável.

Sr. Presidente, teremos, de início, investimentos locais de R\$350 milhões. Isso em rede de restaurantes, de hotéis, melhoria da condição das paisagens das cidades. Pretendemos, quem sabe, abrir uma rota turística a respeito da história de Chico Mendes, fazer uma coisa bacana no Estado com a possibilidade da realização de jogos da Copa do Mundo. Portanto, aí são abertas essas portas.

Um outro evento que precisamos fazer é a realização de encontros. Tem mais de 70 anos que a geografia no Brasil foi criada, e os geógrafos brasileiros fizeram, nos anos 70, um encontro, que foi em Belém, na Amazônia. E, há dois anos, conseguimos convencer os geógrafos brasileiros e de países vizinhos a se encontrarem pela segunda vez na Amazônia, no caso, em Rio Branco. Mas aí percebemos as dificuldades dos nossos espaços físicos: um centro de convenções no Estado, nosso próximo desafio; uma rodoviária que tenha padrão internacional, para que as pessoas possam visitar a Bolívia e o Peru, ou, quem sabe, para que os turistas que visitam o Peru e a Bolívia cheguem ao nosso Estado.

Portanto, estamos jogando todas as energias para fazer do Acre um dos melhores lugares para se morar na Amazônia brasileira.

Mas vou conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque, com o maior prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, vou pedir desculpas ao povo do Acre por não falar do seu discurso geral, mas da abertura em que V. Ex^a citou um comentário meu de que temos de combinar democracia, estabilidade e crescimento. E lembro-me

de que, nesse momento, eu dizia que o Presidente Lula tem sido um bom Presidente, na medida em que consegue combinar essas três coisas. Tenho afirmado, em muitos lugares, que, quando comparo o Presidente Lula com os Presidentes brasileiros anteriores, digo que ele é um bom Presidente. O que lamento é quando o comparo com o que eu esperava dele. Não vou dizer que seja por culpa dele, não vamos analisar o porquê, mas, de fato, juntar democracia, estabilidade e crescimento, ainda que não alto – é baixo o crescimento – vemos que ele está conseguindo. Falta dizer que o Brasil é diferente a partir deste momento. Por exemplo, nunca comparamos Mandela com os Presidentes anteriores. Nunca ouvi ninguém dizer que Mandela foi um bom Presidente da África do Sul. Não, ele foi o novo Presidente de um novo ciclo. Nesses três anos que ainda faltam, quem sabe a gente não consegue que o Presidente Lula, ademais de ser um dos melhores Presidentes que o Brasil já teve – digo isso em todos os lugares –, ele seja um Presidente diferente também, um Presidente do novo, de um novo ciclo. Ele o é num aspecto, não há dúvida, o do ponto de vista da cultura política. Ele representa isso pelo fato de ter provado que um homem do povo, pobre, sem a instrução formal é capaz de, não apenas de chegar à Presidência, mas de comportar-se bem, como tem se comportado, pois não é um mau Presidente. Essa cultura, de fato, depois dele, vai ser diferente, mas, no resto, faltou. Ainda espero que consigamos, até porque o meu Partido, hoje, é do Bloco de apoio, e estou aí para tentar empurrá-lo nesse sentido de ser não apenas um bom Presidente nesses três aspectos, mas ser também o Presidente da mudança, do novo, de um novo ciclo, porque a história do Brasil está precisando.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Neste ponto, coloco-me também na mesma situação, porque todos nós queremos o que há de melhor e as ousadias ao máximo possível. Não queremos, em nenhum momento, ficarmos apenas conformados com as conquistas já obtidas, mas temos de sempre e incessantemente lutar por melhores e maiores conquistas ao longo da nossa experiência política.

Então, neste caso, não nos limitarmos também em alguns momentos com o prazo de mandato que temos pela frente. Este foi um dos assuntos que nós tratamos nesses dias, que nós possamos também ousar sempre, porque o Brasil vai ser sempre muito maior do que o tamanho dos partidos, dos líderes partidários e principalmente dos planos de trabalho pensado apenas em cada um de nós.

Neste ponto, V. Ex^a tem inteira razão.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento de hoje porque considero que há um círculo virtuoso, no plano

nacional e também no plano local. Não é à-toa que dizemos isso a todo instante lá no nosso Estado do Acre.

Criamos uma aliança política no nosso Estado, em 1990, que nos chamamos de Frente Popular do Acre, que começou com quatro partidos e hoje tem onze partidos que participam desta aliança. Muito mais do que governar, estamos querendo criar uma escola de pensar. Precisamos chegar a este ponto de uma escola de pensar e fico muito grato de ver hoje que, dos vinte e dois Prefeitos, com uma ou outra exceção, mas a grande maioria sabe que a grande preocupação é como aplicar bem os recursos públicos, fazer melhor em menor tempo, com o menor custo, todos estão preocupados em industrializar os seus Municípios. Então nós criamos uma onda, um modo de pensar, um estilo de pensar, um estilo de governar que, no meu entendimento, é muito importante para o nosso Estado e quem sabe até pode servir de experiência para outros locais.

Na nossa Bancada Federal, quando nós estamos aqui em Brasília, debatendo o Orçamento, nós temos como critério número 1 o seguinte: a Bancada assina embaixo o acordo que se faz entre Governo de Estado, Prefeituras e demais instituições públicas. Todos os anos, abrimos as nossas reuniões a todos os interessados que queiram fazer sugestões sobre emendas parlamentares ou emendas de Bancada ao Orçamento da União.

Então é com todo este espírito que eu acho que nós estamos no caminho certo. Estamos no caminho certo, cientes do cumprimento das nossas obrigações e com esses investimentos prometidos aqui – R\$302 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento para a cidade de Rio Branco; de R\$600 milhões previstos para a conclusão do asfaltamento da BR-364, ligando a cidade de Rio Branco à cidade de Cruzeiro do Sul; os investimentos que já foram feitos na ligação entre o Acre e Peru na saída rodoviária para o Pacífico; os investimentos que estão sendo feitos na área da educação em nosso Estado, na área de saúde, na área do setor produtivo e na infra-estrutura – vou concluir da seguinte maneira: é claro que a energia vai ser o ponto nevrálgico, tanto para o País como para qualquer Estado.

Lembro aqui o caso da Argentina, que deu o calote ao dizer que iria suspender o pagamento da sua dívida externa e aplicar o excedente desses recursos financeiros na sua economia. Ao fazê-lo, de um lado, a população gostou muito, os investimentos no país aceleraram a sua indústria, aceleraram a sua economia, mas o país não estava preparado, naquele instante, para o volume de energia gerada e viveu aquela crise.

Portanto, nesse caso, acredito que ainda não tenhamos alternativa única para o problema da energia. Então desafio sempre os colegas do meu Estado do Acre. O Acre não tem, a natureza não nos deu, um rio com capacidade de geração de energia, como o caso do Rio Madeira, em Rondônia; do Rio Tocantins, no Estado do Pará e no Estado do Tocantins; do Rio Xingu, também no Estado do Pará. Também não nos deu a condição de produzir energia a partir de fontes mais naturais. Só nos resta, então, partir para nossas próprias alternativas.

O desafio que fazemos ao Governo Federal é que possa incentivar, na geração de energia, todos os Estados brasileiros a serem geradores de energia a partir de alguma de suas fontes. No caso do Estado do Acre, queremos produzir um pouco de etanol, um pouco de biodiesel, um pouco de energia elétrica a partir de resíduos sólidos, e ainda há o debate, puxado pelo Senador Tião Viana, de que possamos fazer uma prospecção da possibilidade da existência de gás natural na fronteira do Acre com a Bolívia e com o Peru, nas proximidades do Rio Acre.

Se pudermos ter também a existência de gás naquela região do nosso Estado, estaremos aí, quem sabe, também podendo até exportar energia elétrica.

Então, ficam aqui os meus agradecimentos ao trabalho do Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim; ao trabalho do Governador Binho Marques; e, principalmente, à compreensão do Presidente Lula, ao tempo em que parabeno-o pelo seu Governo, pelos investimentos que tem feito no nosso País. Por tudo isso, o meu patriotismo se renova. A minha condição de pensar e me alegrar com o nosso Brasil vai muito além daquelas mais de 150 medalhas adquiridas nos jogos do Pan, vai muito além da conquista de cinco Campeonatos Mundiais de Futebol, vai muito além da admiração pelo carnaval brasileiro.

Seremos, inevitavelmente, nesse caminho, Sr. Presidente, um dos promissores países, conforme listado no relatório da CIA, que haverão de chegar em 2025 como um dos países mais ricos, mais equilibrados, mais fortes na sua democracia e com uma cadeira cativa nos órgãos de decisão no campo internacional.

Volto a dizer que não queremos a guerra imperialista, queremos, acima de tudo, um País solidário com aqueles que merecem a nossa atenção. Não vamos fazer com ninguém aquilo que foi feito conosco durante tantos anos.

Com essas palavras, encerro o meu pronunciamento e agradeço muito pelo tempo a mim concedido, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Mesa agradece ao Senador Sibá pelo pronunciamento e concede a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, confesso que não sou um Senador muito de tribuna. Gosto mais dos bastidores, gosto das Comissões, gosto dos acordos políticos para beneficiar Minas, para beneficiar o Triângulo Mineiro, e poucas vezes subi à tribuna, mas, devido ao momento em que estamos vivendo, Senador Cristovam, eu preferi fazê-lo hoje.

Ontem, tivemos uma denúncia muito grave do Presidente desta Casa com relação à operação entre a Telefônica e a Abril, e eu, sendo Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, não poderia, de maneira alguma, deixar passar em branco, porque, quando se é indicado pelo Partido e eleito na Comissão, assume-se uma série de responsabilidades.

Quero, especialmente, dizer aos telespectadores da TV Senado como funciona a questão das outorgas de rádio, de televisão, de renovação, para que não haja dúvida. Tenho visto noticiários, algumas vezes escritos, outras vezes televisivos, entrevistas para rádio, que, muitas vezes, passam informações erradas para os nossos telespectadores, para o nosso eleitor, para os brasileiros que estão presentes. Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, especificamente com relação às renovações de outorga ou à concessão de outorgas de rádio e televisão, o processo chega a essa instância depois de passar pelo Ministério e pela Câmara com os pareceres favoráveis, porque, se houver algum parecer contrário, ela não chega ao Senado Federal. Chegando à Comissão, a qual eu presido, distribuem-se os projetos.

Qual é a praxe na Comissão? Nós procuramos distribuir os projetos para os Senadores dos respectivos Estados, porque, evidentemente, tais Senadores têm uma relação melhor com essas empresas ou pessoas que estão tentando aquela outorga. E assim é distribuído. Os projetos referentes a Brasília, se o Senador Cristovam fosse membro, iriam para o Senador Cristovam. E assim vai.

Depois, o que acontece? É checada toda a documentação, e esse Senador faz um relatório e encami-

nha-o novamente para a Comissão. Aí, nós pautamos esse parecer. Muito bem. Se, em três reuniões, o relator daquele processo que estava na pauta não aparecer, nós nomeamos naquele momento um relator *ad hoc*, para não atrasar a tramitação desse processo.

O que quero dizer é o seguinte: primeiro, eu como Presidente, escolho os Senadores que vão relatar, então, isso é uma responsabilidade minha como Presidente; a segunda responsabilidade minha como Presidente vem no momento em que, em três reuniões – não por falta, mas por estar presente em outras Comissões –, ele não pode relatar, então, eu escolho, presidindo, um relator *ad hoc* que possa relatar e aquele processo possa tramitar. Então, em algumas rádios, está sendo discutida a denúncia em relação à Abril, e há um Senador que eu escolhi *ad hoc* para relatar aquele processo. E assim vai caminhando.

Ontem, com essa denúncia feita pelo nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, do meu Partido, eu – que estava presente, sentado no meu local, representando a cadeira do Estado de Minas –, como Presidente da Comissão, diante de uma denúncia tão grave, tenho de fazer um requerimento e convocar tanto o Presidente da Telefônica, Valente, meu conhecido, quanto o representante da Abril e também os membros da Anatel para que possam esclarecer não só aos membros da Comissão, como também à sociedade em geral o que aconteceu naquela concessão.

Senador Cristovam Buarque, o grande segredo da vida é ser justo, dormir o sono dos justos. Eu procuro, durante minha passagem no Senado, ser justo. Sou justo com o Presidente Renan quando se começa uma série de reportagens dizendo que S. Ex^a não tem recursos para pagar uma pensão e, ao final da última reportagem, diz-se que o Presidente Renan é milionário – afirmação totalmente contrária à primeira denúncia. Sou justo com o Presidente Renan quando alguns acreditam que se possa ir à Receita Federal tirar dívidas de alguma empresa. Não acredito que aqui haja algum Senador com tal capacidade, seja o Presidente ou até o Presidente Lula. Na Receita Federal, se houver um direito, só se consegue isso via recurso administrativo ou recurso judicial. Não há aqui nenhum Senador com peito para tirar dívida, nem o Presidente Lula, nem o Ministro da Fazenda. A Receita funciona assim.

Por outro lado, Senador Cristovam Buarque, Senador Mão Santa, para ser justo, eu tenho que botar o meu coração e dizer que torço para que essa operação da Telefônica com a Abril seja limpa e lícita. Torço por isso.

Torço por quê, Senador Cristovam? Porque tenho, na Abril, uma empresa – independente de quem seja o Presidente hoje – que reflete a história do Brasil.

Tive o exemplo claro do que aconteceu com a Bloch Editores, no Rio de Janeiro. Dá tristeza, Senador Cristovam, de repente, verem-se fotos de toda a história da criação de Brasília feitas pelo Bloch, estocadas num galpão, esperando para ir a leilão. São fotos históricas. Eu vi isso, Senador Cristovam. Ninguém me contou.

Dá dor, Senador Cristovam, ver à venda, em Uberlândia, o jornal *O Triângulo*, que tem toda a história de 100 anos do Triângulo Mineiro, do número 1 até o último jornal, contando tudo, como foi construído o Triângulo Mineiro, Uberlândia, Uberaba, Araguari e as demais cidades. Eu o comprei porque aquela história ia ser jogada fora e encaminhei-o à universidade para ser digitalizado.

Dá tristeza, Senador Cristovam...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite participar?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro. Deixe-me apenas terminar o raciocínio, Senador Mão Santa.

O jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, também faliu. Todo o acervo histórico está hoje na mão de um grande advogado, que vai esperar o leilão. Para quem vai isso? Será que vai ser leiloado? Será que vai ser jogado fora?

Assim, Senador Cristovam, o conteúdo nacional me causa preocupação. Temos de cuidar não só do futuro, mas também do passado, porque é nele que vamos aprender para não cometermos erros e para que haja futuro.

O que acontece, senhores telespectadores da TV Senado? É uma situação muito difícil. Ser justo é difícil. Para ser justo, é preciso ser justo com o Presidente que faz uma denúncia e torcer para ser justo com uma editora. Foi feita uma denúncia com a qual concordo, mas, ao mesmo tempo, é importante para o Brasil e para a história que essa seja uma operação lícita, limpa. E é preciso também ser justo com uma empresa como a Telefônica, que tem um grande brasileiro presidindo.

Srs. Senadores, ouvintes, telespectadores da TV Senado, quero dizer que o bonde da história tem vaga até para o traidor, mas não para covarde. Aprendi, neste Senado, que, se você acredita naquilo que seu avô, seu pai, sua mãe, seus amigos ensinaram e formou uma personalidade, você tem de defender até o fim aquilo em que acredita, a sua história.

Nisto acredito: que o Presidente Renan não tem tido oportunidade de se defender nos veículos de co-

municação. Só divulgam o fato que vende – sei como funciona isso. Creio também que a Anatel tenha dado a autorização, que porventura será provado que foi honesta – se não for, será desfeita a operação. Torço para que isso não aconteça, mas, como Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, eu não deixarei passar em branco.

Proporei um requerimento, na próxima reunião, pedindo a convocação de pessoas que conheço, por quem tenho respeito, para que venham a esta Casa prestar esclarecimento. Torço para que a operação seja bem feita. Torço para que o Presidente Renan prove toda a sua inocência neste caso. Até o momento, senhores telespectadores, não vi provas. Existe história, como se um cigano estivesse lendo a mão, mas prova contundente não existe.

Quero dizer o seguinte: aqui, há pessoas que acreditam que este momento é o momento de aparecer na mídia, na televisão, nos jornais com foto bonita. Eu não vi, nunca, um grande político ter sucesso na sua história por traição ou por julgar inocente. Sempre digo, aqui: não tenho nada a ver com Alagoas; não tenho nada a ver com o eleitor de Alagoas. Eu defendo o seguinte: qualquer um deve ser condenado com provas.

Quanto à Abril, como eu já disse, exageraram os seus editores, mas, ao mesmo tempo, torço para que a editora esteja correta nessa operação, a fim de que possa proteger o conteúdo histórico que tem. Da mesma maneira, a própria Globo passou por dificuldades em função da reviravolta da tecnologia e de planos. E, aí, vão-se solucionando os problemas.

O Governo precisa ter sensibilidade para salvar empresas nacionais. Não podemos perder a sensibilidade na legislação. A legislação foi feita para proteger o País, proteger o conteúdo nacional, proteger o povo brasileiro, proteger o usuário. É assim que deve ser feito. É assim que, muitas vezes, o Supremo faz. Ele toma a decisão e vai esperando o tempo passar para, depois, ver qual é o caminho. Por isso eu acredito sempre na Justiça.

Senador Sibá Machado, que preside a sessão neste momento, quero dormir o sono dos justos: justo por um lado, justo pelo outro. A minha formação é para que haja justiça tanto para um lado, quanto para o outro. Tenho convicção plena de que o Senador Renan Calheiros é um bom Presidente para o País, neste momento.

Há grandes Senadores e alguns mereciam até ser Presidente neste momento, mas existem aqueles que não deveriam sê-lo agora, não por pertencerem a partidos de Oposição, mas porque isso não seria bom para o Brasil.

Nossa obrigação, como Senadores, é trabalhar. Trabalhar toda manhã e toda tarde e, quando chegamos aqui, deveremos votar. Devemos trabalhar, Senador Sibá Machado, independentemente de Partido e ideologia. Devemos ver o que é bom para o Brasil.

Discordo de algumas atitudes tomadas pelo meu Partido na Câmara dos Deputados, procurando acertar a tramitação de algumas leis, porém, o jogo político leva a isso. Quem tem a maioria é quem negocia e conduz o sistema. Compete ao Presidente Lula ter capacidade para articular.

Então, Senador Sibá Machado, vou cumprir a minha função de Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a qual fui indicado pelo meu Partido e para a qual fui eleito pelos demais membros.

Existe um verbo chamado prevaricar. O que significa prevaricar? “Faltar ao cumprimento do dever por interesse ou má-fé”, segundo o dicionário Houaiss. Segundo o Aurélio: “faltar ao dever; faltar, por interesse ou por má-fé, aos deveres do seu cargo, do seu ministério”. Segundo o Código Penal: “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.

Eu, como Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, não prevarico. Tudo será relatado e decidido por aquela Comissão, cabendo todos os recursos, inclusive ao plenário. Tenho certeza de que toda essa situação será esclarecida e que o País continuará trabalhando. Não existe esse negócio de que se faz acordo e não se vota. Não me sinto constrangido, de maneira alguma, pelo fato de o Senador Renan Calheiros exercer a Presidência, porque meu problema é com Minas. Quero votar, quero levar recursos para lá, quero aprovar o FCO para o Triângulo Mineiro, porque dinheiro não sabe nadar, não atravessa rio. Todas as empresas do Triângulo atravessam o rio e vão para Goiás, um grande Estado, pelo qual tenho o maior carinho. Talvez eu tenha até mais amigos políticos em Goiás do que em Minas, mas o dinheiro não sabe nadar. Essa é uma grande luta que tenho. Já aprovamos, entraram com recurso corretamente, dentro do plano regimental, Senadores de outros Estados do Centro-Oeste, para que não haja uma maior distribuição desses recursos, mas, ao mesmo tempo, por Minas eu não vou abrir mão.

Ouçó, atentamente, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, V. Ex^a representa bem o Estado de Minas Gerais – não sou contra nem a favor, muito pelo contrário – e a coragem de Tiradentes. V. Ex^a fez uma indagação e dois argumentos: justiça e coragem. Eu

estava lendo um livro em espanhol, a respeito da história do mundo, que adquiri no Chile. Impressiona-me muito um líder da Índia, chamado Asoka. Eu gosto de estudá-lo. Ele foi um rei que viveu antes de Cristo. Ele foi muito guerreiro. Depois, com o despertar do budismo, ele se convenceu de que essa é uma religião que leva à paz. Naquele tempo, havia os conselheiros e ele perguntou a um deles se era melhor ser um homem justo ou de coragem. O conselheiro de Asoka, que deixou grandes ensinamentos para os administradores do mundo, depois de uma reflexão, disse-lhe: “Seja justo, porque para ser justo é preciso ter coragem”. V. Ex^a faz essa reflexão. Penso que todos nós devemos ser justos. No caso do Renan, esta Casa está sendo sábia. A ignorância é audaciosa. Aliás, Cristo disse: “Não julgueis para não serdes julgados”. Esse é um sinal amarelo para a reflexão. Tenho medo de julgamentos rápidos. O julgamento de Sócrates foi rápido, apressado, e deu no que deu. Ainda hoje, toda a sabedoria da Humanidade chora a apologia do julgamento de Sócrates, não é verdade? O de Cristo foi mais rápido ainda, porque às 3 horas da tarde estava terminado. Os homens falharam, Anás e Caifás, e Pedro mentiu. Foi ligeiro e ainda hoje choramos. Esta Casa está agindo com sobriedade e sabedoria. O Senador Sibá Machado é o nosso homem justo e de coragem, essa é a verdade. A Casa saberá buscar sua decisão depois dessa sabedoria. Estão presentes os Senadores Cristovam, que é professor, e Sibá, que é mais heróico do que eu, porque vem de uma família do Piauí, de corajosos vaqueiros – em União, predominam os vaqueiros –, e é um homem justo, que lutou e está aí. Eu trago, para cá, a minha formação profissional e não vou mudar. Sou médico-cirurgião há 40 anos. Às vezes, dá certo. Juscelino foi médico-cirurgião e nós estamos aqui. Os gestos de um cirurgião, ô Cristovam, podem ser lentos, mas são definitivos. O cirurgião procura ser justo e ter coragem. Já amputei mamas de belas mulheres, mas não fiquei muito constrangido, porque estava salvando a beleza da vida e elas tinham outro seio. Já amputei milhares de pernas, atentai bem, Sibá, para salvar um todo. Fiquei constrangido e sofri com o mais triste – Deus me livre de haver mais casos –, que é a amputação de pênis. Eu passava por uma cidade de Parnaíba, de população pequena, e me encontrava com aquele que foi operado. Ele não podia estar satisfeito, mas era o jeito.

Estamos neste emaranhado. Penso que temos que nos curvar a Cristo, que disse: “Não julgueis para não serdes julgados”. Mas ele falava da verdade. Temos que buscar a verdade. É isso que todos nós estamos buscando. E V. Ex^a deu uma grande contribuição quando falou – e buscou no dicionário – que não se

pode prevaricar. Não podemos. A nossa responsabilidade é muito grande, imensamente grande. Isto aqui não tem sentido se não tivermos vergonha, se não formos justos e não tivermos coragem. Isto aqui começou filosoficamente. Como cirurgião, médico, busco a origem das coisas. Então, eu procurei saber. O maior líder da História do mundo, ungido por Deus, Moisés, foi escolhido para libertar o povo de Deus. Ele, com coragem, porque quando recebeu sua missão não quis saber se tinha faraó, se o faraó tinha exército, se tinha mar vermelho, se tinha... Foram 40 anos, e teve hora em que ele ficou indeciso, quebrou as leis feitas por Deus – estamos aqui para imitar a Deus, fazer leis boas e justas. Quebrou porque o povo dispersava, havia orgias, bezerros de ouro, e quis desistir. Ele ouviu a voz de Deus: “Busque os mais velhos e os mais sábios, e eles lhe ajudarão a carregar o povo de Deus”. Foi nesse instante que ele passou a liderança para Josué. Não foi para a terra prometida, e foi aí que nasceu essa idéia dos mais velhos, dos mais sábios, dos mais virtuosos, que foi melhorando, na Itália, na França,... E aqui foi melhorada por nós. Tem que ser melhorada, e estamos melhorando. Eu ouvi o Presidente José Sarney dizer que esta Casa nunca faltou ao País, e não vai faltar. Eu ouvi Petrônio Portella, o símbolo do Piauí, que morreu aos 54 anos, e talvez tivesse sido Presidente... Tancredo sonhava ser o vice dele, unir-se a ele e ganhar no Colégio Eleitoral. Deus me permitiu estar ao lado dele quando veio a ordem para fechar este Congresso. Ele só disse uma frase. Eu aprendi que a autoridade era moral. Ele disse só uma frase, eu estava do lado. Orgulhe-se, Sibá, do piauiense Petrônio. Ele só disse uma frase. Toda a imprensa, todos as televisões: É o dia mais triste da minha vida. Autoridade eu vi que é moral. Sibá: fecha, não fecha. Eu, para sair, tinha que passar por canhões, cavalaria. Estava confuso. Eu, por acaso estava... Essa frase só. Todos os militares ouviram e mandaram reabrir o Congresso. Era uma reforma do Poder Judiciário que tinha sido aprovada aqui. Então, eu vi que a autoridade é moral. Essa é a nossa formação. Eu estou aqui e vejo a grandeza deste Senado. Está aí o Sibá. Luiz Inácio é o Presidente da República, que foi aqui analisado, enaltecido por uns. Mas está ali o Sibá – descendente de corajosos vaqueiros do Piauí, andou o mundo –, na Presidência do Senado. E esteve outro dia na Presidência da Comissão. E eu, como irmão, porque tenho esse impulso de gregário, aproximei-me dele e disse que era muito difícil sua missão. Mas está aí. Então, é isso que estamos vivendo. Nós não vamos faltar. Esta Casa vai ser fortalecida, porque estamos conscientes de que somos o último recurso da vida democrática conquistada na história do mundo. Nós somos esse

recurso. V. Ex^a pode dizer o que quiser, representando o clamor do povo. E eu vou já dizer: se fraquejarmos... É democracia a de Cuba? É democracia, hoje, a da Venezuela, onde o Congresso foi fechado, diminuído? É democracia a do Equador, a da Bolívia, a da Nicarágua? Então, nós somos essa resistência, e podemos nos sentir orgulhosos. Sou orgulhoso de ser Senador, de estar aqui, de pertencer a esta Casa. Que temos problemas, temos. Não vou dizer que não temos. Ora, se na bancada de Cristo, que só tinha 12 integrantes, houve confusão, rolou dinheiro, traição, enforcamento, imagine a nossa, que é maior. Mas nós, em respeito a essa história, vamos dar um final feliz para o Brasil. É o nosso dever. Então, não tem razão de ser. E V. Ex^a está contribuindo com isso, com sua reflexão. Que sejamos, sobretudo, justos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite V. Ex^a um aparte. Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pois não. Com muita honra, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, quero felicitá-lo. Pelo correto que é, vamos esperar todas as análises, todo o julgamento, para tomar uma decisão sobre qualquer um de nós. Segundo, estou de acordo com V. Ex^a: não é fácil substituir o Senador Renan Calheiros na Presidência. Votei em S. Ex^a. Teríamos, de qualquer maneira, de substituí-lo daqui a um ano e meio. De fato, S. Ex^a representa uma certa unanimidade. Mas gostaria de me referir a algo que não entendi ainda quando ontem ouvi o discurso do Senador Renan Calheiros. Quando é que esse assunto chegou ao conhecimento de todos nós? O meu através dele. Quando é que esse conhecimento apareceu? Porque se o Presidente Renan Calheiros já sabia disso há algum tempo, fica esquisito dizer por que traz agora. Seria, inclusive, uma forma de prevaricação ter segurado isso. Pergunto a V. Ex^a, que está mais bem informado pela Comissão – aliás, eu o parabeno também por sua posição e por levar o assunto à Comissão; é sua obrigação, e tem meu apoio –: quando essas negociações ocorreram, quando se tomou conhecimento delas e por que o fato surgiu ontem, e não antes, se dele já havia conhecimento?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Cristovam Buarque, como membro da Comissão de Comunicação, venho acompanhando todo o desenrolar não apenas da operação Telefônica/Abril, como também da operação da Telemar com a Way TV e da operação em que a Telefônica comprou o sistema DTH, que é de televisão por satélite.

Senador Cristovam Buarque, aí vai uma reclamação. Assim como fui ao encontro da Telebrasil, em Salvador, fui ao encontro da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA, em São Paulo. Fui com meus próprios recursos, pois o Senador ou a própria empresa não podem bancar essa despesa. Fui porque é a única maneira de aprendermos o que acontece hoje em tecnologia. Como Presidente da Comissão, além de prestigiar o evento, também aprendo muito.

Há algum tempo, não vou explicitar as datas, mas vou começar pelo caso da Telemar com a Way TV, quando foi negada a compra pela Telemar da TV a cabo de Belo Horizonte e de outras regiões. Naquela época, chamamos na Comissão a Anatel, que tinha apenas 3 membros, estávamos ainda por nomear os outros 2, e questionei. Senador Cristovam Buarque, eu sempre questiono. No evento, eu digo o que penso, por que não foi feito, porque é bom. O que aconteceu? Há algum tempo, alguns produtores de conteúdo entenderam que poderiam ser grandes entregadores de conteúdo. Entraram em uma aventura de TV a cabo e fizeram grandes despesas. Achavam que poderiam ter uma quantidade grande de assinantes que daria para pagar as despesas dessa TV a cabo. Mas isso não aconteceu, o que levou grandes empresas de produtoras de conteúdo brasileiras a enfrentarem dificuldades financeiras.

Muito bem. A Telefônica vem negociando com a Abril, e sujeitou à Anatel essa aprovação. Na primeira vez, foi negada. Posteriormente, entrou com um recurso, que foi discutido. Essa operação foi aprovada, porém com algumas obrigações a serem corrigidas no contrato. Talvez por isso o Presidente Renan tenha aguardado o desenrolar dessa operação. Não é prevaricação: ele estava aguardando o desenrolar inteiro. Há pouco tempo, deu-se a aprovação. O Cade já deu um parecer favorável e também a Anatel, por três votos a dois; a questão foi decidida num voto de Minerva do Presidente.

Digo a V. Ex^a o que é ser justo. Para ser justo, tem-se de desagradar à telefônica... À telefônica, não, à Abril. Discordo de como estão sendo conduzidas as matérias contra o Presidente Renan. Discordo, porque vem uma questão paroquial de Alagoas, é mandada a matéria para a revista, que a publica; a matéria é tornada pública, um Partido a pega e entra com uma representação contra o Presidente Renan. E a Revista, então, publica que esse Partido entrou com uma representação contra o Presidente Renan. É uma receita de bolo o que está acontecendo, por isso discordo. Porém, desagrado ao Presidente Renan, porque estou torcendo pela Abril e para que a telefônica tenha um contrato limpo, para que seja uma boa operação

para nós, brasileiros, e para uma grande produtora de conteúdo nacional e de história do Brasil, história de várias revistas.

Então, para ser justo, não se agrada a ninguém – a verdade é essa –, simplesmente a você mesmo. É o sono tranqüilo, o andar sem ter de olhar para trás, Senador Cristovam, o andar na rua. Tenho certeza de que V. Ex^a tem esse andar, porque anda muito, está sempre rodando pelo Brasil inteiro, pregando a questão da educação no País. Aquele que deve anda olhando para trás a toda hora, assustado. Eu, não, procuro andar tranqüilo, sentir-me bem, ver a documentação. Acredito nesta Casa. Como bem colocou o Senador Mão Santa, procuro sempre consultar os mais velhos nesta Casa, sempre! Eu tinha no Senador ACM uma pessoa com quem sempre conversava. Enquanto ele colocava a mão na minha perna, eu podia falar; na hora em que a tirava, era hora de ir embora. Tive orgulho de ganhar aquele beijinho dele, que até estranhei. Mas aqui conversei com o Senador Pedro Simon – temos pontos contrários em função da nossa geração, mas procuro sempre escutá-lo –, com os Senadores Paulo Paim, José Sarney, José Agripino, Arthur Virgílio, com V. Ex^a, Senador Mão Santa, porque os grandes conselhos, nobre Senador...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permitte falar... O meu é o Presidente Sarney; sei também o dele e vou passar a V. Ex^a, para ajudar. O Presidente Sarney é aquela figura simpática, está acima de nós, tem uma história. Quando Sibá Machado começa a bater os pés, está na hora de darmos o pé.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu vou tornar público, para relaxar o ambiente nesta sexta-feira. Há uma história que, se um dia eu escrever um livro sobre o Senado, com certeza relatarei num capítulo. Na eleição que aconteceu no PMDB – um Partido bonito, que não tem dono: ninguém manda fazer, é tudo no voto; todo mundo acha que é tudo briga, mas não é: tudo é no voto, não há dono –, houve a indicação do Senador Michel Temer. O Ministro Jobim concorria, e eu não sabia à época se o Ministro Hélio Costa continuaria – meu mandato termina na hora em que o Ministro Hélio Costa voltar. Eu sentei-me ao lado do Presidente Sarney, onde V. Ex^a está, e comecei a falar, achando-me esperto demais. Eu disse: “Presidente Sarney, vem aí a eleição para Presidente do PMDB”. Ele olhou para mim e perguntou: “Em quem V. Ex^a vai votar?” Eu, que também já aprendi alguma coisa na Casa, falei: “Em quem V. Ex^a indicar.” E perguntei imediatamente: “E quem V. Ex^a vai indicar?” Eu queria saber se era o Jobim, se era o Michel, se o Hélio ia continuar. Ele olhou bem para mim e disse: “Nós vamos votar juntos”.

Uma aula de política maravilhosa, de alguém que tem uma experiência histórica!

Voltando ao assunto, Senador Sibá Machado, meu Presidente eterno, porque fomos até uma grande dupla lá no Conselho de Ética. Nós tivemos a sensibilidade de saber que o Conselho de Ética não estava preparado para votar naquele momento, e essa foi a grande sensibilidade política que tivemos. V. Ex^{as} vêm que até hoje não houve uma solução. Foi criada uma trinca para decidir algo, porque é difícil julgar o Presidente do Senado diante do que está acontecendo – o partido da informação, o partido da imprensa totalmente contra. Essa é uma situação difícilíssima. Talvez, neste momento, estejamos amadurecendo, para saber qual é o caminho. É aquela velha história no mundo: quem representa o povo é a imprensa ou o político? Esta é a grande briga histórica no mundo: quem representa o povo?

Outro dia, um jornalista de Minas me falou: “Senador, o político tem que acompanhar o povo, mesmo que esteja errado?” É uma situação difícil, Senador Mão Santa; tem-se de meditar.

Então, isto é o que vai acontecer no momento desta Casa votar. A sabedoria acontece, não tem jeito. Nesta Casa, já vi momentos difíceis, mas, na hora de votar, ela vota certo. Também não estou aqui, para ficar, ou não, fazendo defesa do Presidente Renan Calheiros. Simplesmente, relato o que vejo e o que sinto.

Então, por último, quero colocar para os quase três milhões de telespectadores da TV Senado que temos de ter muito cuidado. Representar um Estado é uma coisa muito séria, assim como julgar precipitadamente, tanto contra quanto a favor. Sou um voto em 81; isso é uma coisa pequena, mas tenho de votar como Minas quer.

Outro dia, conversava com o Senador Azeredo, que falava: “Mas essa é uma situação difícil, porque Minas não fica nem numa ponta, nem em outra: sempre vai pelo meio.” É aquela história do mineiro: “Você brigou com o Mão Santa?”; “Não, não briguei, mas também não faço as pazes!”. Essa história é de Minas!

Então, espero ter deixado bem claro como funciona a questão da Comissão.

Outra explicação que também queria dar como Presidente da Comissão, em relação às aprovações das renovações ou outorgas de televisões e rádios na nossa Comissão, é que é praxe mandar para o Senado, para que o Presidente assine e torne público o que está acontecendo. Mas o Presidente não faz outorga de coisa nenhuma! O Presidente do Senado, seja ele quem for, o Presidente Renan ou o Presidente em exercício, simplesmente assina, para que saia no Diário Oficial

e se torne público; para que o povo brasileiro saiba o que está acontecendo nesta Casa.

O Presidente Renan não outorga nada. O processo de outorga começa lá no Ministério, depois vem a documentação e a licitação. Em seguida, o processo vai à Câmara, passa por uma fiscalização, vem para o Senado, que também o aprova e publica. Ele ainda volta para o Ministério, a fim de que o Ministro e o Presidente o assinem.

Quer dizer, a democracia funciona muito bem, Senador Mão Santa. Não há como fazer nada escondido neste País, ainda mais hoje, com a televisão. Falo da tribuna do Senado, e isso aparece no Brasil inteiro, Senador Mão Santa.

Então, espero ter esclarecido para os telespectadores da TV Senado como funciona a concessão. Ninguém tem poder sobre isso. A matéria é apresentada, discutida; procura-se escolher como Relator um Senador do Estado ao qual está sendo dada a outorga. Por quê? Porque ninguém conhece melhor o Estado do que o Senador que o representa. Aí se vai para a votação – já houve pedido de vista na nossa Comissão.

Então, telespectadores, queria dizer que acho que, no momento em que peço esse requerimento, estou cumprindo a função para a qual fui eleito não só por Minas, como também pelo meu Partido e pelos membros da Comissão de Comunicação. E me dá um prazer muito grande ser Presidente dessa Comissão. Encontramos muitas dificuldades, mas também temos benesses.

Era o que gostaria de esclarecer. Espero ter colocado a minha posição de justiça, já que não consigo agradar aos dois lados. Mas o que se há de fazer? Pelo menos sei que hoje vou dormir tranqüilo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wellington Salgado, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Passamos a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a terá o tempo que resta da sessão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Sibá Machado, que preside esta sessão de sexta-feira, 10 de agosto, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação deste Senado, Professor Wellington Salgado, o Sibá traduz o Senado. Quando aqui adentrei, olhei para ele e lembrei-me do que é esta Casa.

Um dia, vínhamos eu e o Senador Tasso Jereissati pelo túnel, depois de uma daquelas reuniões demoradas da CAE, que acontecem pela manhã – a Comissão de Assuntos Econômicos é muito importante, pois nela são discutidos os recursos do País, a riqueza do País, a divisão de riqueza –, em direção a este plenário, pois já era 14h e a sessão já havia começado. Vínhamos no começo do túnel. Eu e Tasso Jereissati temos uma intimidade muito grande. Ele governou o Ceará três vezes, eu fui Prefeito uma e governei o Piauí duas; quer dizer, somos mais executivos – ele, empresário, eu, médico-cirurgião, fui Secretário de Saúde de município. Mas a nossa vida é mais executiva. Eu ainda fui Deputado, o Tasso, não. Mas vínhamos, e ele perguntou: “Mão Santa, o que você está achando disso?”. Aí eu, com esse meu jeito de falar, Sibá, disse-lhe: “Olha, rapaz, eu estou fazendo de conta que estamos fazendo uma pós-graduação, um mestrado. Isso aqui parece uma escola, uma universidade. Acabamos de ter uma aula na CAE, já está a sirene buzinando, e os companheiros são todos colegas como de aula; temos até o diretor”, era o Sarney o Presidente à época.

Então, Sibá, foi aqui que V. Ex^a entrou. V. Ex^a está aí sentado na Presidência. Eu conheço a sua vida, a sua cidade, a sua origem, a sua luta no sul do País. Pelas bênçãos de Deus e pela escolha do povo V. Ex^a está aqui. Mas V. Ex^a evoluiu muito. Por isso aquele conceito que eu dei, de ser uma universidade, porque quatro anos e meio é o tempo de um curso superior. Passei ali, Senador Wellington, e vi o Sibá lendo Descartes. Eu li o que está grifado e adorei. Passei ali antes de subir e assim vi. Descartes diz: “Se penso, logo existo”. Então, quero dizer o que eu penso daqui.

Quero aqui só a satisfação do cumprimento da minha missão. Acho que isso é o mais importante. Já tive muitas missões; tenho 64 anos. Sibá, o mais importante é termos a satisfação do cumprimento da missão.

Então, longe de pensarem que eu tenho ódio! Não tenho. Meu nome é Francisco: “onde houver ódio que eu leve o amor”. Mas a minha missão é ser Oposição. O povo nos colocou – votei no Luiz Inácio na primeira vez – na Oposição e eu entendo, Sibá, que a democracia vem antes, muito antes. Os índios tinham governo, na forma deles, os caciques; os homens da caverna escolhiam o mais poderoso; dizem que até os animais têm o leão como chefe. É o que dizem.

A Oposição veio depois, é o aperfeiçoamento da democracia. Eu a acho grandiosa. Rui Barbosa não foi grandioso? Pois ele passou aqui 31 anos. A maioria desses anos foi na Oposição. Nenhuma oposição foi mais bonita do que a de Joaquim Nabuco. Ficou sozinho falando em prol da liberdade dos escravos. Teve de sair

do País, porque era jornalista. E todos os poderosos tinham escravos. Ele era advogado. Os ricos não iam convocá-lo porque ele estava ameaçando tirar os escravos, que eram fruto de riqueza dos poderosos. Teve de ir embora. Acho que essa é a nossa missão.

Entenda, Wellington Salgado, eu vi o Sibá e hoje aprendi. Tenho a noção exata de município, porque eu fui prefeitinho. Deus me permitiu criar 78 cidades, transformar povoados em cidades. Melhora muito, Siba! Essa é uma maneira de chamarmos as pessoas para participarem com responsabilidade. V. Ex^a também participou desta experiência de povoados serem transformados em cidades. As pessoas são chamadas a participar com responsabilidade. Não é apenas o que se vê: ruas pavimentadas, praças para as pessoas namorarem, mercado para comercializar, escola para educar, hospital para promover a saúde, cadeias para botar ordem. “O essencial é invisível aos olhos”. “Quem vê bem vê com o coração”, Antoine de Saint Exupéry. É dar às pessoas a chance de se transformarem em líderes, vereadores, vice-prefeitos e prefeitos.

Sibá, eu vi – posso dizer, como Juca Pirama, “meninos, eu vi” – prefeitos das cidades-filhas, dos povoados, transformarem-se em prefeitos de cidade maior. A encantadora mulher Janaína era da cidade-filhote, que criei, e é, vamos dizer, da capital Luzilândia. Em Campo Maior, cidade que garantiu a unidade do País, Jatobá era pequenininho, o prefeito saiu dela e foi para a maior. É o aparecimento de nova liderança, de nova oportunidade.

E V. Ex^a analisou. Foi muito enriquecedor o pronunciamento de V. Ex^a. Esse aspecto melhorou. Digo porque fiz nascer.

E ainda digo mais: ô Wellington Salgado, não podemos fazer como Jobim, roubar as coisas. Aquela frase do Jobim não é dele, mas de um primeiro-ministro britânico. Foi ele que disse aquela frase: “Não se queixe, não se explique”. Está entendendo? Não foi dele. Também vou dizer que o plano de aumentar as cidades não foi meu. Não vou cair nessa, como fez Jobim com a frase de Israel para engrandecer-se diante do Lula. Ó Luiz Inácio, não é dele. É de Israel, que, na era vitoriana, disse aquela frase.

Senador Sibá, não fiz esse projeto de aumentar a cidade. Quem o fez foi um dos melhores Governadores do Piauí, que foi um dos melhores Senadores: Freitas Neto. Ele criou 30 cidades. Pegou o Governo com 115 e me entregou com 145. Eu era prefeitinho. Vi duas surgirem da minha Parnaíba, como Bom Princípio do Piauí. Eu vi que era bom e continuei. Foi Freitas Neto quem deslanchou. Peguei o projeto andando e criei mais do que ele.

V. Ex^a analisou todas as realidades do País, dissecou-as. Na verdade, houve essa melhora. Como diz Shakespeare, “não há bem, nem mal; o que vale é a interpretação”. Então, interpreto pelo lado do ser humano: a liberdade que eles tiveram.

Com justiça, V. Ex^a empregou o sangue que lá circula, o oxigênio. Foi uma contribuição para eu mesmo mensurar.

Não posso, como V. Ex^a, considerar bom o Governo de Luiz Inácio. Mas estou aberto. Ele pode transformar-se. Como o Professor Cristovam Buarque disse, em tempo, Juscelino transformou, com otimismo e modernização. E Getúlio?

Por que ele incorre nisso, Sibá? V. Ex^a é verdadeiro. Eu não sei onde ele anda. Talvez não seja bom viajar muito. Getúlio viajou muito pouco em 19 anos; os outros vinham aprender com Getúlio: Franklin Delano Roosevelt veio duas vezes. Então, ele pode transformar-se, e eu quero que V. Ex^a seja seu mensageiro, porque ele não está no Brasil.

Esse negócio de imposto... Ninguém gosta de imposto. Eu não gosto, sou franco, mas é preciso que ele exista. Eu fui prefeitinho e cobrei imposto, não nego isso. Fui Governador e precisava de recursos.

Isso é confuso. Até em Roma, quando Cristo andava por lá, os “cabras” perguntaram: “É justo pagar a César?” Cristo, sabido, mais do que nós, olhou e perguntou: “O que tem aí nessa moeda, nessa cara? É de César? Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Até ele! Quer dizer, criticar imposto é assim meio...

Brasileiras e brasileiros, vocês sabem que este País tem 76 impostos? Fiz um discurso em que li um por um, levou um tempo. Ainda bem que estava na presidência um Presidente tolerante como V. Ex^a, porque, se fosse o Camata, eu tinha parado no vigésimo. Parece que o Camata quer ir embora, sempre dá cinco minutos. Li 76, um por um. São 76 impostos que as brasileiras e os brasileiros que trabalham pagam.

Agora, Wellington Salgado, está na hora de mudarmos, de o Luiz Inácio mudar. Ninguém nem sabe o que é pago. Nos Estados Unidos não é assim.

Você vai a um supermercado, compra e, ao pagar o preço, fica sabendo qual é a parte do Governo. A cada instante se conscientiza aquele que paga imposto. Aqui são 76 impostos, Sibá. Eu acho que devia haver essa mudança. O povo não sabe o que está pagando. E surgiu um que, se o Presidente Luiz Inácio quisesse ficar para a história, tinha que rever.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, permita-me interromper o pronunciamento de V. Ex^a. É apenas para prorrogar a sessão por mais quinze minutos para que V. Ex^a

possa concluir o brilhante pronunciamento da tarde de hoje e, se me permitir, para que, ao final, eu faça um comentário sobre as palavras de V. Ex^a a respeito de minha pessoa e do livro cuja leitura já estou quase concluindo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu vou comprar um livro daquele, do Descartes.

Senador Sibá Machado, Ulysses beijou a Constituição e disse: “Desobedecê-la é rasgar a bandeira”. Lá está escrito que o dinheiro seria dividido – o bolão, Wellington Salgado – da seguinte maneira: 52% para o Luiz Inácio; 22,5% para os governadores dos Estados; 21,5% para os prefeitos e 2% para os fundos constitucionais.

Aí, foram criando artifícios, enganando o povo. Botaram nome de taxa, de não-sei-quê, para não dividir. Os prefeitos e governadores foram empobrecendo, e hoje Luiz Inácio ganha mais de 60%.

Driblaram os constituintes, não foi? Já vinham driblando, mas o Luiz Inácio deu uma de Garrincha, driblou mais do que os outros, de tal maneira que os prefeitos e governadores estão em dificuldades e o Governo Federal, com muito dinheiro.

Tanto isso é verdade, que estou aqui. Eu não sou bom não, é porque fui prefeitinho logo após a promulgação da Constituição, e isso era obedecido. Daí o mito de extraordinário prefeito. Agora está mais difícil. Foi como prefeitinho que dei esse salto.

Esta aqui, por exemplo, não se disse que era imposto para não entrar nessa divisão que a Constituição determina: a CPMF. Aliás, a sua criação está ligada ao melhor homem deste Brasil. Digo o melhor, porque sou médico e sua atuação me encanta: Adib Jatene é o mais valoroso médico vivo. Dizem uns que José Serra foi o melhor Ministro. Não. Para mim, o melhor Ministro da Saúde foi Adib Jatene. Admito que José Serra tenha sido medalha de prata, mas eu governaria com Adib Jatene.

Não vou entrar em detalhes porque quero respeitar o tempo que tenho, mas ele criou a CPMF porque na época, Sibá, estava um caos a saúde pública, em 1996. Era tamanha a credibilidade dele, que esta Casa e sua irmã, a Câmara, acreditaram que deveriam criar uma contribuição provisória.

V. Ex^a, Sibá, que está ledor demais, vá, pegue o dicionário – no Piauí ele é chamado “Pai dos Burros” – e leia para Luiz Inácio o que é “provisório”.

A CPMF era para ser provisória, foi aprovada por este Congresso porque a Saúde estava um caos. O dinheiro seria para a Saúde.

Setenta e seis impostos! Eu não crio imposto nem V. Ex^a, já existem muitos.

Então, Sibá, em 1999 fizeram outra emenda. Foram aumentando e aumentando. Além de o provisório ficar eterno, foram aumentando, aumentando. Em maio de 2002, antes do nosso Luiz Inácio, ela foi prorrogada. Entrou Luiz Inácio garfando em 2003 – já era ele, votamos nele. Agora, em 2007, querem mais quatro anos.

Tenho aqui um trabalho muito bem feito pela Fiesp, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Mostram que a CPMF vai aumentando, aumentando, aumentando. Era provisória e não havia a previsão desse aumento – são bilhões.

O que eu quero lhe dizer? Primeiro, Sibá: esse dinheiro não vai para a Saúde. Os hospitais estão sucateados, os médicos no Nordeste estão em greve – é só pegar os jornais e assistir à televisão para ver –, a dengue voltou. A dengue não existia. Oswaldo Cruz tinha combatido o mosquitinho que transmitia a febre amarela, e a dengue é transmitida pelo mesmo mosquitinho. No tempo dele, esse mosquito levava a febre amarela e agora leva a dengue. A situação da dengue hemorrágica piorou: matava 4,5% e agora está matando 14%.

Tuberculose. Fiz um pronunciamento, Sibá – V. Ex^a entende da força sindical, da floresta amazônica –, mostrando os números da tuberculose.

Ô Wellington Salgado, vou contar uma verdade. Em 1960 eu fiz Vestibular. Sibá, foi o dia pior da minha vida! Passei. Aí, pediram um raio-X para entrar na faculdade e apareceu uma mancha: tuberculose. Entra, não entra – você entendeu o sonho? Até que Gilmar Teixeira Mourão, um professor, me garantiu e eu estou aqui. Minha mãe tinha tido. O Governo era responsável.

Aumentou. Eu trouxe, eu fiz um pronunciamento só sobre tuberculose, dei os números. Sibá, não vamos perder isso. O dinheiro da CPMF não foi usado na Saúde.

Você, que está na fila...

Saúde está bom, Sibá, para nós aqui do Senado. Toda hora tem gente perguntando se não queremos ir para São Paulo nos consultarmos. E nós, bonzinhos. Você está vendo nas críticas, mas não somos desse tipo. Está bom para quem tem plano de saúde.

Outro dia, Sibá, um amigo muito importante, que foi Deputado, foi muita coisa no Piauí, estava em São Paulo. O SUS não atende. Não vou citar nomes, mas precisei recorrer ao Pinotti, esse líder extraordinário, Deputado Federal, que tem uma amizade muito consistente comigo. Outro dia, ele recebeu o maior título que a Medicina concede à primeira organização de sociedade – você sabe o que é isso – no Rio de Janeiro. E fui com o Presidente José Sarney, ele Presidente; eu, como médico. Então, temos ligação. Precisei, então, buscar a influência de Pinotti para a pessoa ser atendida. Portanto, o SUS não atende.

Fui cirurgião por 40 anos. Operei muito. Fiz cirurgias grandes como tireoidectomia, traqueostomia, e outras. A consulta, pela tabela, é R\$2,5; a anestesia, R\$9. Então, eu votaria pela CPMF se fosse para a saúde.

Mas quero ler as críticas aqui.

Crítica 1:

Apesar de a CPMF ter sido criada em caráter provisório e com destino certo para o Fundo Nacional de Saúde, hoje já decorrem 11 anos desde a sua criação. O Governo deseja prorrogá-la por mais quatro anos. O caráter provisório e destino certo perderam-se no tempo.

E há mais.

Crítica 2:

Da experiência internacional, observa-se que as alíquotas e os impostos parecidos com a CPMF foram fortemente reduzidos ou eliminados com o passar do tempo.

Outros países fizeram isso, mas viram que não era justo e eliminaram. Ó, Wellington Salgado, os países que viram que isso não era justo, eliminaram esses impostos e essas alíquotas.

Crítica 3:

Estudos indicam que a CPMF tem efeito direto sobre as taxas de juros. Esse efeito é importante, pois eleva essa taxa, o que desestimula o crescimento econômico e reduz a base de contribuição e arrecadação dos demais tributos.

Além disso, esse efeito nas taxas de juros aumenta as despesas públicas, inibe o investimento (maior custo de capital) e desestimula a expansão do crédito (efeitos nocivos sobre a produtividade da economia).

Crítica 4, esta é a mais grave.

Sibá, eu tenho experiência. Ó, Luiz Inácio, eu estou aqui para ensinar. No dia em que eu não tiver

condição de ensinar... Isto não tem razão se não formos os pais da Pátria.

Eu fui prefeitinho e tinha inflação. Ó, Wellington Salgado, tinha mês que dava 80%. Todo mês nós fazíamos a folha. E eu aprendi com o Governador Lucídio Portella a dar mais para os que ganhavam menos e menos para os que ganhavam muito. Era uma maneira de fazermos um ajuste. Todo mês era 80%... Nós sentávamos e fazíamos aquela jogada: tirava do maior, dava para o menor, e ia promovendo uma igualdade. E fiz isso todo os meses, como prefeitinho. Por isso é que eu digo que na calada da madrugada eu assisti... O Luiz Inácio não teve essa experiência.

Luiz Inácio, com todo o respeito, Franklin Delano Roosevelt foi por quatro vezes Presidente dos Estados Unidos. Sabe o que ele disse? “Toda pessoa que vejo é superior a mim em determinado assunto e eu procuro aprender com todas”. Tenho essa experiência. Luiz Inácio não foi prefeitinho como eu; não foi governador.

Mas a CPMF – isto é o pior – cobra mais dos pobres do que dos ricos. Isso é um pecado! V. Ex^a sabe, Wellington. V. Ex^a é puro, é correto. Sou seu admirador. Não transfira seu título para o Piauí. Assim, o Estado elege V. Ex^a, e eu não volto para o Senado. V. Ex^a é um homem puro, justo, mas não sabia disto: a CPMF cobra mais dos pobres que dos ricos. Lucídio Portella, irmão de Petrônio Portella, que foi Senador, ensinou-me isto: “quando se faz uma folha de pagamento, dá-se mais para os que ganham menos”. Vou dar-lhe um exemplo: se for dado 100% a um indivíduo que ganha R\$30 mil, serão R\$60 mil – um absurdo! –, mas se for dado 100% a um pobre que percebe R\$380, serão R\$760. Então, deve-se dar ao menor.

Atentai bem!

A CPMF tem caráter regressivo (os mais pobres acabam arcando proporcionalmente mais com esse tributo):

(...)

b. Como a carga é regressiva, quanto menor o rendimento, maior o impacto da CPMF.

Isso é um absurdo!

Ó, Luiz Inácio! Talvez ele não tenha ninguém. Ele tem muitos aloprados em torno dele, como disseram.

S. Ex^a disse determinadas coisas com a argumentação. Mas falou: está aqui, bota aí, onde está a máquina? Esse daí não é um aloprado. Então, coloca isso bem grande para a televisão – porque quando eu estou falando ele coloca letra pequena – bota letra

grandona. Esta é a Casa da verdade, da liberdade, da igualdade; e eu represento o povo.

Mas vou tentar explicar, Wellington Salgado. Aten-te para isto: se você ganha até dois salários mínimos, sabe quanto é 2% que o pobre paga de CPMF? O pobre paga mais. Não são 2% exatos, mas 1,80 e tantos. Vamos colocar 2% para facilitar o cálculo. Está entendendo? Não estou enganando ninguém, é quase 2%. São 13 meses, porque tem o 13º salário, não é verdade, Sibá? Então, vamos considerar uma pessoa trabalhando e ganhando R\$1 mil. E para quem ganha R\$1 mil está difícil pagar luz, água, mesmo trabalhando mulher, filho, não está? Vamos considerar R\$1 mil também para facilitar o cálculo. Então 2% representam R\$260 que um pobre, um trabalhador, um pai de família paga por ano. Isso, Sibá, daria para ele pagar muita coisa, como por exemplo, o remédio que ele não tem, a alimentação.

Luiz Inácio, eu me encantei e votei com V. Ex^a em 1994, porque V. Ex^a dizia que o trabalhador tinha direito de tomar a cervejinha todo fim de semana. Esse era o dinheiro da cervejinha. Esse era o dinheiro, Luiz Inácio, da cervejinha. Mas o pobre paga a CPMF. Está aqui o gráfico mostrando, e mostra que os ricos pagam menos.

E 2% para o pobre é muito dinheiro. Com esse dinheiro, ele poderia pagar um médico. Tem médico dando consulta por R\$5 nessas clínicas populares, pois o SUS paga R\$2,5. Portanto, com esse dinheiro dava para, na dificuldade, pagar uma consulta para o filho, para a família, melhorar a alimentação, uma viagem, a cervejinha, o aniversário, o Dia dos Pais estaria garantido, já que os filhos poderiam dar presente. Seria o presente do pai, Siba. Essa é a verdade.

Queria que V. Ex^a, que está com uma cultura extraordinária – vejo-o sempre lendo –, dissesse ao Luiz Inácio que o Mão Santa sabe que o papel dele é ser Oposição. Ele não vai se vender. Eu sou do Piauí, você conhece. Sei que é mais fácil estar no Governo, pois há mais facilidades.

Agora mesmo, com esse negócio do Chico Mendes que passou – o Governo tem DAS e vai dar um bocado. Tem gente que vai ganhar, por exemplo, se for DAS 6, R\$10.448,00. Não vou indicar ninguém, sei que tem uma porta larga, tem essas facilidades, mas o meu dever é ser Oposição como o foi Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Afonso Arinos, à época da ditadura Vargas. Vargas era um homem bom, está no céu. Sibá, leia o diário de Vargas, homem trabalhador, que

não resistiu, quando um companheiro dele, Gregório Fortunato, que ele tinha trazido menino, cometeu a trama do assassinato de Carlos Lacerda, e foi morto um Major da Aeronáutica. Então, a imprensa toda era do Governo, e o Dipo dizia que não tinha havido nada, mas Afonso Arinos disse: será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira esse mar de lama e de corrupção? E Getúlio, que era um homem bom, não resistiu. Esse é o papel da Oposição.

Sibá, o Luiz Inácio foi ao México. Pergunte se ele leu na entrada do Palácio, a frase do General Obregón, que diz assim: é melhor o adversário que me leva à verdade do que o aliado, puxa-saco, mentiroso, que me ilude e me engana. Sou aquele adversário do General, mas estamos unidos para que se diminua a carga de imposto.

Quero dizer ao Presidente Luiz Inácio que o equilíbrio a gente faz economizando, tendo austeridade, diminuindo viagens, diminuindo mordomia, diminuindo o supérfluo, e o dinheiro é o mesmo, e o dinheiro tem de voltar para o povo.

Diga ao Luiz Inácio que entendo que ele não é poder Executivo, não somos Poder Legislativo e nem o Judiciário é o Poder Judiciário. Entendo que somos instrumentos da democracia, que Poder é o povo, o povo é que paga a conta, o povo é que nos paga. E o povo está sendo explorado, este é o País que mais cobra imposto. Dos doze meses que brasileiras e brasileiros trabalham – e todos trabalham –, cinco meses é para pagar imposto e um mês é para pagar juros de banco. Então, de cada ano que se trabalha, sem saber, cada um dá seis meses para o Governo. E queremos que o Governo nos devolva em segurança, saúde, educação, prosperidade e felicidade.

Sibá, quero dizer aqui que o Piauí tem orgulho de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, em primeiro lugar, quero agradecer muito a V. Ex^a as palavras a respeito da minha pessoa. Tenho aprendido bastante nesta Casa com o estilo de cada um, com a convivência na vida política, na vida pública, bem como V. Ex^a. Tenho observado que V. Ex^a tem a leitura não como dever, mas como prazer. Observo também que, por muitas vezes, no plenário do Senado, V. Ex^a se refere a títulos de importantes pensadores, a autores nas mais diversas áreas. V. Ex^a cita muito Noberto Bobbio, que, durante muito tempo, eu conhecia de nome; somente agora, começo a me debruçar sobre alguns de seus livros.

Procurei ler também – na Academia, não tive muita oportunidade – alguns filósofos, principalmente franceses, alguns alemães, assim por diante.

Acima de tudo, prezo a convivência. Gosto muito de aprender com a convivência, e os ensinamentos aqui não são poucos. Porém, é natural, nesta Casa, termos opiniões diferentes em vários assuntos.

Pelo pouco que compreendo da História do Brasil, vejo que há algumas lacunas que ainda não me chegaram. Por exemplo, já li bastante sobre muitas personalidades de nossa história, mas confesso que nunca parei para estudar sobre Carlos Lacerda. Sinto-me provocado, porque me encontrei com uma pessoa que conviveu com ele e que foi jornalista do jornal do qual ele era editor-chefe. Ainda jovem, essa pessoa trabalhou nesse jornal e fez uma cobertura sobre a Revolução Cubana. Falou-me tanto sobre Carlos Lacerda, que me provocou a estudar sobre essa figura histórica.

Faço aqui um pedido a V. Ex^a: se tiver livros, documentários ou até mesmo comentários sobre o assunto, gostaria muito de ter acesso a essas informações.

Quanto ao Presidente Lula, considero realmente que essa é a oportunidade que a política brasileira gera para algumas pessoas. Há a tradição de os mais ricos controlarem o poder político, há a tradição de os mais ricos e os mais letrados terem o domínio do poder, do conhecimento, assim por diante. Mas há outra máxima que aprendi com outras pessoas: entre a inteligência e a escolaridade, há uma diferença. Pode haver pessoas com alto grau de escolaridade, mas com dificuldade de coordenação de processos. A inteligência está, acima de tudo, relacionada à coordenação de processos. Assim, há as pessoas que realizam. E, nesse caso, considero o Presidente Lula um estadista. Com as dificuldades que tem enfrentado na sua função, no seu cargo público, num País do nosso tamanho, com a costumeira tradição de dependência que tínhamos, ele reacende em nós o nacionalismo.

Concordo com V. Ex^a em um ponto: certamente, nosso País, pelas dificuldades que enfrentamos, ainda tem muito que avançar. E, na busca dessas novidades – repito o que disse no aparte ao Senador Cristovam Buarque –, realmente não dá para ficarmos conformados com a conquista obtida imediatamente. É preciso estar sempre inconformado com o que há de novo, por aquilo que é preciso vir, porque a sociedade não tem data marcada, não é um prazo de um mandato que vai determiná-la.

É normal, neste momento, haver diferenças de pensamento, mas admiro muito V. Ex^a. Ando o Brasil afora, e V. Ex^a é um dos nomes do Senado Federal mais lembrados, aonde quer que cheguemos. No meu Estado, o Acre, também o nome de V. Ex^a é muito conhecido. Se vale a recíproca, se V. Ex^a transferir seu título para meu Estado, quem estará em maus lençóis serei eu.

Portanto, agradeço a V. Ex^a as palavras, o carinho e a compreensão com minha pessoa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu só queria contribuir quanto a Carlos Lacerda. V. Ex^a é muito novo. Vivi nos anos 50, e Getúlio Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954. Getúlio Vargas hospedou-se na casa do meu tio, que era prefeito, em agosto de 1950, na sua campanha democrática, e eu o vi. Mas Carlos Lacerda, todas as quintas-feiras, às 21 horas... Naquele tempo, os rádios eram grandes. Vocês já nasceram na época dos transistores. Era um rádio grande que meu pai ligava, às quintas-feiras – Raul Brunini era o vereador dele no Rio de Janeiro –, para ouvir Carlos Lacerda, às 21 horas.

Li muito, estudei no Rio, ele era governador. Quero lhe oferecer alguns livros. Vale à pena! Cito aqui três frases que serão boas nos diálogos entre V. Ex^a e Luiz Inácio. Primeiro, ele disse que governar é fácil; fazer, que façam. Essa é uma frase dele. Outra coisa que ele dizia era que não andava atrás de ladrão – como há muito –, mas que, se ele o via, ele o punia. Ele dizia nos comentários dele: “Se eu fosse perder meu tempo, não trabalhava, mas, uma vez em que os encontrasse – eles aparecem aí nos inquéritos, eles afloram –, eu os puniria”.

O mais bonito que acho – esta é uma homenagem ao Cristovam – é que, quando Carlos Lacerda governava o Rio, e eu estudava lá, era escrito em todas as escolas: “Há vagas”. Isso me impressionou. Em todas as escolas, havia uma placa com esse dizer. O problema era do Governo, mas não havia o negócio de dizer que não havia vagas, que as vagas eram limitadas.

Depois do Carlos Lacerda, V. Ex^a não volta mais para o Piauí, pois, assim, ficaremos eu e Heráclito sem mandato, porque V. Ex^a ganhará.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas.)

PARECER Nº 22, DE 2007-CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO**, sobre o Projeto de Lei nº 4/2007 – CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 31.872.800,00 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e dois mil e oitocentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Antônio Carlos Valadares

1 RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 60, de 2007-CN (nº 278/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4 (PLN 4/07), de 2007-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 31.872.800,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”. Os recursos necessários decorrem de anulação parcial da dotação da Reserva de Contingência no valor necessário à suplementação. As programações beneficiadas são as demonstradas no quadro abaixo.

Programa	Ação	Subtítulo	Suplementação
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO	0623 PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS	0001 PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS - NACIONAL	R\$ 28.044.800
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO	0002 PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DA CRIACAO DE CARGOS E FUNCOES	0001 PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DA CRIACAO DE CARGOS E FUNCOES - NACIONAL	R\$ 3.828.000

A Exposição de Motivos nº 84/2007-MP faz referência à preocupação com a preservação da meta de superávit primário. Em seu item 5, lê-se que

as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas serão consideradas no cálculo do referido resultado e constarão do relatório de avaliação de receitas e despesas do segundo bimestre de 2007”.

O texto do projeto de lei traz dispositivo que pretende dar ao Poder Executivo a faculdade de remanejar as dotações do crédito em análise entre órgãos orçamentários, inclusive de outros Poderes. É o que se vê no art. 3º, *in verbis*:

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar os recursos de que trata esta Lei, inclusive entre Poderes, desde que para atender a despesas com pessoal e encargos sociais.

Não foram apresentadas emendas ao PLN 4/07.

1.2 ANÁLISE

O projeto de lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964, segundo a qual servem os créditos suplementares para o reforço de dotação (art. 41, I). Mostra-se também adequado ao que diz seu art. 43, § 1º, III, que considera como recursos idôneos para a abertura de créditos adicionais “os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias”.

Ademais, evidencia-se meritório o PLN 4/07, vez que se antecipa à criação de cargos, o que implicará o aumento da despesa, de pronto buscando a provisão dos recursos necessários. Tal providência atende ao disposto no art. 169, § 1º, I e II, da Constituição.

Art. 169. [...]

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

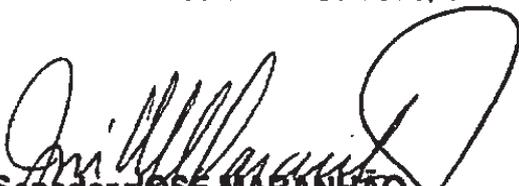
II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista

CONCLUSÃO

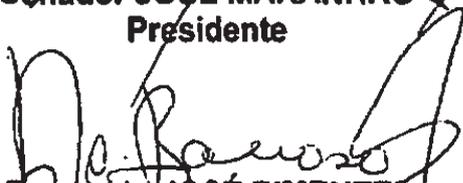
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 08 de agosto de 2007, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JOSÉ PIMENTEL, Relator *ad hoc* (designado Relator anteriormente o Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES), favorável nos termos do Projeto de Lei nº 04/2007-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, em 08 de agosto de 2007.



Senador JOSÉ MARANHÃO
Presidente



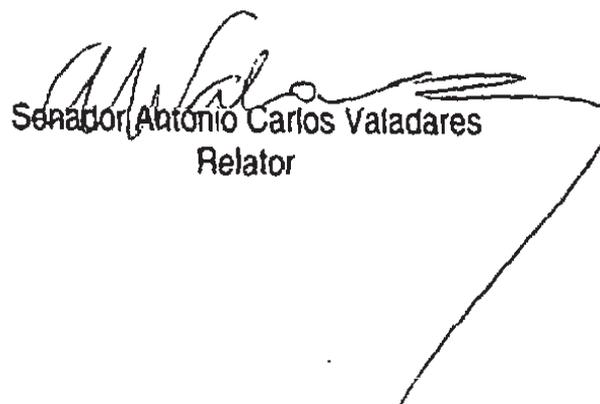
Deputado JOSÉ PIMENTEL
Relator *ad hoc*

2 VOTO

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2007-CN.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Senador José Maranhão
Presidente


Senador Antonio Carlos Valadares
Relator

PARECER Nº 23, DE 2007-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 06, de 2007 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$ 9.005.108,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

AUTOR : Poder Executivo

RELATOR : DEPUTADO MANOEL JÚNIOR

I. RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 0062, de 2007-CN (nº 0331/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 06, de 2007 - CN, que abre Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$ 9.005.108,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Entre as finalidades do crédito destacam-se: a conclusão das obras de reforma das instalações físicas do Anexo I do Supremo Tribunal Federal; o atendimento de despesas administrativas e de manutenção do Conselho Nacional de Justiça; atendimento de despesas com a manutenção e o funcionamento da TV Justiça; as adaptações necessárias no novo prédio da sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; a realização de obras de construção e ampliação de cartórios eleitorais em diversos Municípios; a execução de obras de construção de edifícios-sede de Varas do Trabalho; a prestação de assistência jurídica a pessoas carentes e a apreciação de causas na Justiça do Trabalho.

O crédito em análise será viabilizado com recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, constantes do Anexo II deste projeto, na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu art. 43, § 1º, inciso III, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Segundo os órgãos envolvidos, os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Esclarece ainda que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamentos entre despesas primárias para priorização da execução da programação suplementada.

E ressalta, finalmente, que a proposição em questão decorre de solicitações dos órgãos beneficiários do crédito e foram formalizadas nos termos do Parecer de Mérito no 1/2007, de 25 de abril de 2007, em anexo, emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, exceto no que se refere ao STF, que acompanha o presente Projeto de Lei, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 17, da Lei no 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007.

A matéria foi objeto de uma emenda.

II. VOTO DO RELATOR

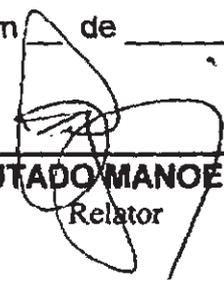
A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.451, de 07/02/2007) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.439 de 29/12/2006 (LDO/2007).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Com relação à emenda apresentada, propomos a sua aprovação por se tratar de anulação de dotação orçamentária constante do anexo de cancelamento, que reestabelece a programação da Lei Orçamentária Anual.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 06, de 2007-CN, na forma do substitutivo em anexo, que incorpora as modificações introduzidas pela emenda de nº 00001.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2007.



DEPUTADO MANOEL JÚNIOR
Relator

SUBSTITUTIVO

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$ 8.461.514,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Supremo Tribunal Federal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$ 8.461.514,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e quatorze reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 10003 Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 Supremo Tribunal Federal

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E P	G D	R F	M D	S D	Z E	VALOR
0565	Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal							3.000.000
	PROJETOS							
02122	0565 11CD Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal							3.000.000
02122	0565 11CD 0101 Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF							3.000.000
		F	4	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - GERAL								3.000.000
TOTAL - FISCAL								3.000.000

ÓRGÃO: 10000 Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10102 Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	R	N	I	F	VALOR
		1	2	3	4	5	6	
1389	Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							836.900
		ATIVIDADES						
02 061	1389 2865	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares						836.900
02 061	1389 2865 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares - Nacional						836.900
		F	3	2	90	0	100	836.900
TOTAL - GERAL								836.900
TOTAL - FISCAL								836.900

ÓRGÃO: 14000 Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	R	N	I	F	VALOR
		1	2	3	4	5	6	
0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.633.570
		ATIVIDADES						
02 722	0570 2056	Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça						3.633.570
02 722	0570 2056 0001	Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça - Nacional						3.633.570
		F	3	2	90	0	100	3.633.570
TOTAL - GERAL								3.633.570
TOTAL - FISCAL								3.633.570

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	D	R	M	I	F	VALOR
			F	3	2	90	0	100		
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista								30.000
		ATIVIDADES								
02061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes								30.000
02061	0571 4224 0032	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado do Espírito Santo	F	3	2	90	0	100	30.000	
		TOTAL - GERAL								30.000
		TOTAL - FISCAL								30.000

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	D	R	M	I	F	VALOR
			F	3	2	90	0	100		
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista								47.200
		ATIVIDADES								
02061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho								47.200
02061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	F	3	2	90	0	100	47.200	
		TOTAL - GERAL								47.200
		TOTAL - FISCAL								47.200

ÓRGÃO: 10000 Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 Supremo Tribunal Federal

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	D	R	M	I	F	VALOR
			F	3	2	90	0	100		
0565		Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal								3.000.000
		ATIVIDADES								
02061	0565 6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal								3.000.000
02061	0565 6359 0001	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.000.000	
		TOTAL - GERAL								3.000.000
		TOTAL - FISCAL								3.000.000

ÓRGÃO: 10000 Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10102 Conselho Nacional de Justiça

ANEXO II **CRÉDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	R	M	L	P	VALOR
			A	P	F	O	U	E	
1389		Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							836.900
ATIVIDADES									
02 061	1389 2B66	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário							836.900
02 061	1389 2B66 0001	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário - Nacional							836.900
			F	3	2	90	0	100	836.900
TOTAL - GERAL									836.900
TOTAL - FISCAL									836.900

ÓRGÃO: 14000 Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II **CRÉDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	R	M	L	P	VALOR
			A	P	F	O	U	E	
0570		Gestão do Processo Eleitoral							3.633.570
ATIVIDADES									
02 122	0570 2272	Gestão e Administração do Programa							3.633.570
02 122	0570 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							3.633.570
			F	3	2	90	0	100	3.633.570
TOTAL - GERAL									3.633.570
TOTAL - FISCAL									3.633.570

ÓRGÃO: 14000 Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO II **CRÉDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	R	M	L	P	VALOR
			A	P	F	O	U	E	
0570		Gestão do Processo Eleitoral							174.005
ATIVIDADES									
02 122	0570 2272	Gestão e Administração do Programa							174.005
02 122	0570 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							174.005
			F	3	2	90	0	100	174.005
TOTAL - GERAL									174.005
TOTAL - FISCAL									174.005

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	O	R	M	I	F	VALOR	
			S	D	P	O	D	T		
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista								488.758
		PROJETOS								
02122	0571103P	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Gravataí - RS							143.718	
02122	0571103P0101	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Gravataí - RS - No Município de Gravataí - RS							143.718	
			F	4	2	90	0	100	143.718	
02122	057111CH	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Lajeado - RS							345.040	
02122	057111CH0101	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Lajeado - RS - No Município de Lajeado - RS							345.040	
			F	4	2	90	0	100	345.040	
		TOTAL - GERAL								488.758
		TOTAL - FISCAL								488.758

ÓRGÃO: 16000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	O	R	M	I	F	VALOR	
			S	D	P	O	D	T		
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista								40.000
		ATIVIDADES								
02365	05712010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							40.000	
02365	057120100001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional							40.000	
			F	3	2	90	0	100	40.000	
		TOTAL - GERAL								40.000
		TOTAL - FISCAL								40.000

ÓRGÃO: 16000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	O	R	M	I	F	VALOR	
			S	D	P	O	D	T		
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista								161.081
		ATIVIDADES								
02061	05714256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							161.081	
02061	057142560001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							161.081	
			F	3	2	90	0	100	161.081	
		TOTAL - GERAL								161.081
		TOTAL - FISCAL								161.081

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO II CRÉDITO SUPLEM
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - I

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	Q	R	N	I	F	V
			S	U	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	A	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							50
ATIVIDADES									
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							51
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	F	3	2	90	0	100	51
		TOTAL - GERAL							51
		TOTAL - FISCAL							51

ÓRGÃO: 16000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 18118 Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO II CRÉDITO SUPLEM
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - I

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	Q	R	N	I	F	V
			S	U	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	A	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							30
ATIVIDADES									
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							30
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	F	3	2	90	0	100	30
		TOTAL - GERAL							30
		TOTAL - FISCAL							30

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO II CRÉDITO SUPLEM
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - I

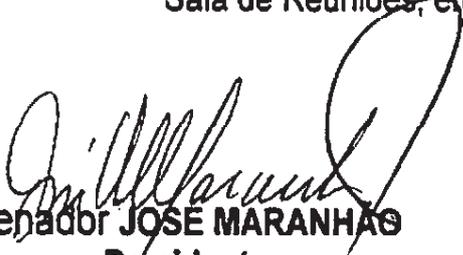
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	Q	R	N	I	F	V
			S	U	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	A	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							47
ATIVIDADES									
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados							4
02 331	0571 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	F	2	1	90	0	100	4
		TOTAL - GERAL							4
		TOTAL - FISCAL							4

CONCLUSÃO

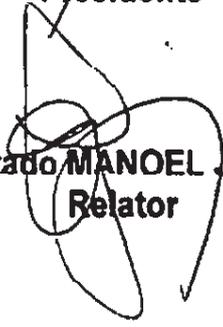
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 08 de agosto de 2007, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado MANOEL JÚNIOR, favorável ao Projeto de Lei nº 06/2007-CN nos termos do Substitutivo apresentado. Ao Projeto foi apresentada 01 (uma) emenda, a qual foi **APROVADA**.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Sílvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, em 08 de agosto de 2007.



Senador **JOSE MARANHÃO**
Presidente



Deputado **MANOEL JÚNIOR**
Relator

PARECER Nº 24, DE 2007-CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO**, sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2007-CN, que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em favor do Ministério da Saúde”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

I - RELATÓRIO

I.1. Histórico

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, mediante a Mensagem nº 63, de 2007-CN (nº 332/2007, na origem), submete ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2007-CN que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em favor do Ministério da Saúde”.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a citada Mensagem, a solicitação visa à inclusão de categoria de programação no orçamento vigente daquele Ministério, com vistas a adequar a programação da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - à sua real necessidade de execução, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$ 1,00

Ação/Subtítulo	Suplementação	Origem dos Recursos
Construção da Sede da Diretoria Regional da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília - No Distrito Federal	2.000.000	
Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro		1.022.000
Adequação da Planta Industrial de Fármacos em Jacarepaguá - No Município de Rio de Janeiro - RJ		978.000
TOTAL	2.000.000	2.000.000

Alega o Poder Executivo que o crédito tem o objetivo de viabilizar a construção da sede da Diretoria Regional da FIOCRUZ em Brasília, de forma a expandir a capacidade institucional daquela Fundação. Tal construção contribuirá para a formação de profissionais do Ministério da Saúde e de suas entidades vinculadas, bem como daqueles oriundos das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, proporcionando apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde - SUS. Vale registrar que a referida sede, com 8.850 m² de área construída e investimento total estimado de R\$ 20.509.720,00 (vinte milhões, quinhentos e nove mil, setecentos e vinte reais), será instalada em terreno cedido pela Fundação Universidade de Brasília, localizado no *campus* universitário, e que a conclusão das obras está prevista para dezembro de 2008.

O pleito foi formalizado por meio de projeto de lei de crédito especial, por se tratar de inclusão de categoria de programação não contemplada na Lei Orçamentária Anual. Os recursos para viabilizar o crédito correrão à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, que veda "a abertura de crédito suplementar e especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

A propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 (LDO-2007), o Poder Executivo esclarece que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias, para priorização da execução da nova programação, e que o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

Cabe destacar, finalmente, que integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação "Construção da Sede da Diretoria Regional da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília", que passa a integrar o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao presente Projeto de Lei.

É o Relatório.

I.2. Análise da Matéria

A solicitação de crédito adicional em análise, na categoria especial, atende plenamente às determinações constitucionais e legais aplicáveis à matéria – art. 167, incisos V e VI da Constituição; artigos 41, inciso II e 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964; e artigo 63 da LDO/2007.

O exame empreendido permitiu a conclusão de que o Projeto de Lei nº 7, de 2007-CN, foi elaborado em boa técnica legislativa, apresenta adequação orçamentária e financeira, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, sendo, além do mais, a matéria nele tratada de relevante mérito.

II - VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em de junho de 2007

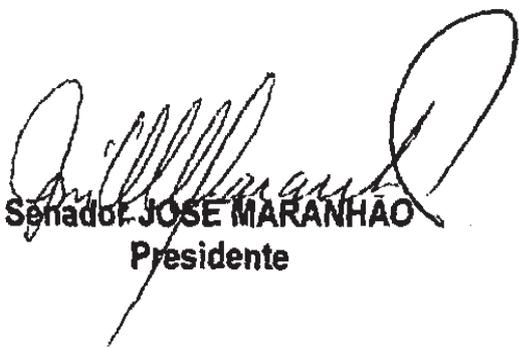

Senador AUGUSTO BOTELHO
Relator

CONCLUSÃO

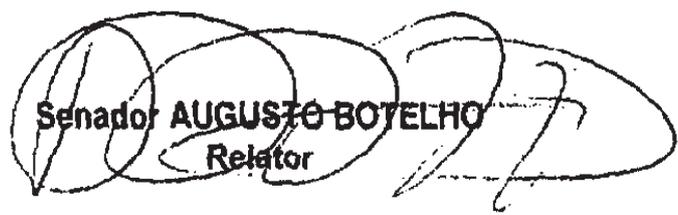
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 08 de agosto de 2007, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Senador **AUGUSTO BOTELHO**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 07/2007-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, em 08 de agosto de 2007.



Senador **JOSE MARANHÃO**
Presidente



Senador **AUGUSTO BOTELHO**
Relator

PARECER Nº 25, DE 2007-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 10, de 2007 - CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 24.824,00, para o fim que especifica.”

AUTOR: Poder Executivo
RELATOR: Deputado Walter Pinheiro

I - RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 76, de 2007-CN (nº 371/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 10, de 2007 - CN, que *Abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 24.824,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.*

O Art. 2º do Projeto estabelece que os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II da proposta.

A Exposição de Motivos - E.M. nº 00109/2007/MP, de 4 de junho de 2007, do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a abertura do crédito visa a quitação, pela União, de atualização monetária relativa ao Precatório nº 90.061/1997, de responsabilidade do Centro Federal de Educação

Tecnológica do Maranhão do Ministério da Educação, pago no exercício de 2002, pelo valor histórico, em desacordo com o art. 100, §1º, da Constituição, que determina a atualização monetária do valor do precatório até a data do efetivo pagamento.

Esclarece, ainda, a E.M., que, nos termos do art. 63, §14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO 2007), as alterações decorrentes da abertura do presente crédito não afetam a obtenção da meta do resultado primário estabelecida para o corrente exercício, uma vez que os valores são oriundos de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, conforme demonstrativo a seguir:

Órgão	Suplementação	Em R\$1,00	
		Origem dos Recursos	
Ministério da Educação	24.824		
CEFET do Maranhão	24.824		
Ministério do Turismo			24.824
EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo			24.824
Total	24.824		24.824

Lida na Sessão do Congresso Nacional em 25/06/2007, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

É o Relatório

II - EMENDAS

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 10/2007-CN no prazo regimental.

III - VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.451, de 7.2.2007) dotação antes não existente para atender

despesa no âmbito do Ministério da Educação. Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320, de 17.3.64, a Lei nº 11.439, de 29.12.2006(LDO/2007) e a Lei nº 10.933, de 11.8.2004 (Plano Plurianual 2004-2007 - PPA 2004-2007).

O remanejamento proposto, conforme salienta a E.M. não trará prejuízos à execução da programação objeto de cancelamento, posto que foi decidido com amparo em projeções de dispêndio até o final do atual exercício.

Além disso, o crédito em exame não provoca alterações no PPA vigente, tendo em vista que as ações envolvidas não o integram nos termos do inciso I e II do art. 6º da Lei nº 10.933, de 2004.

Em atendimento ao disposto no inciso III, do §2º do art. 63 da LDO 2007, o projeto de lei em apreço se refere especificamente ao atendimento de despesa com precatório de pequeno valor.

Constata-se, ainda, que, até a presente data, não há ação específica para a despesa em tela na UO 26265 – Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, na LOA 2007¹, o que evidencia ser nova a ação proposta, ensejando a abertura do crédito na modalidade figurada no projeto de lei em exame, ou seja, crédito especial.

Desse modo, considerando que a proposição não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2007-CN, NA FORMA APRESENTADA PELO PODER EXECUTIVO.**

Sala da Comissão, _____ de _____ de 2007.

Deputado Walter Pinheiro
Relator

¹ Fonte: STN/Siafi. Posição em 10 de julho de 2007.

CONCLUSÃO

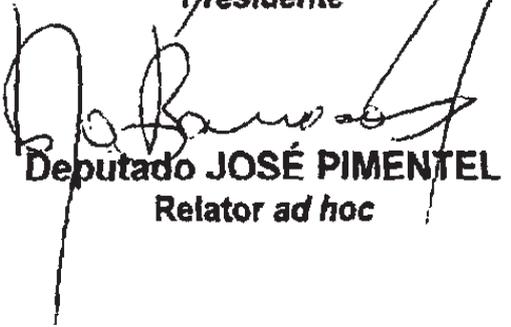
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 08 de agosto de 2007, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Deputado **JOSÉ PIMENTEL**, Relator *ad hoc* (designado Relator anteriormente o Deputado **WALTER PINHEIRO**), favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 10/2007-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Lerêia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Sílvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, em 08 de agosto de 2007.



Senador **JOSÉ MARANHÃO**
Presidente



Deputado **JOSÉ PIMENTEL**
Relator *ad hoc*

PARECER Nº 26, DE 2007-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 11, de 2007 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 50.000,00, para o fim que especifica".

AUTOR : Poder Executivo

RELATOR : DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA

I. RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 77, de 2007-CN (nº 386/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 11, de 2007 - CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 50.000,00, para atender à programação constante do Anexo I do projeto.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00112/2007-MP, de 05/06/2007, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito permitirá a realização de iniciativas e operações ligadas às atividades de inteligência, com vistas ao mapeamento, à identificação e à desarticulação de ações que representem risco à segurança do Sistema Penitenciário Federal.

O crédito em análise será viabilizado com recurso proveniente de anulação parcial de dotação orçamentária do próprio órgão na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu art. 43, § 1º, inciso III, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Segundo informação do órgão, o remanejamento proposto não trará prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Esclarece que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamento entre despesas primárias para priorização das nova programação.

Destaca ainda que o presente Projeto de Lei não altera o Plano Plurianual 2004-2007, eis que o valor total da ação para o período do Plano é inferior a cinquenta vezes o limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme reza o art. 6º, inciso II, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o referido Plano.

A matéria foi objeto de 1 emenda.

II. VOTO DO RELATOR

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.451, de 07/02/2007).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Com relação à emenda apresentada propomos a sua rejeição, tendo em vista que a proposição de certa forma altera a lógica proposta pelo Executivo em estabelecer o caráter nacional às ações de inteligência junto ao Sistema Penitenciário Nacional.

Diante do exposto, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PLN N.º 11, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, rejeitando-se a emenda apresentada.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2007.


DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 08 de agosto de 2007, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Deputado **EDUARDO SCIARRA**, Relator *ad hoc* (designado Relator anteriormente o Deputado **EUNÍCIO OLIVEIRA**), favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 11/2007-CN**. Ao Projeto foi apresentada 01 (uma) emenda, a qual foi **REJEITADA**.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, em 08 de agosto de 2007.



Senador **JOSE MARANHÃO**
Presidente



Deputado **EDUARDO SCIARRA**
Relator *ad hoc*

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia DEM – Antonio Carlos Júnior* (S) DEM – César Borges* PDT – João Durval **	Rio Grande do Sul BLOCO-PT – Paulo Paim* BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi* PMDB – Pedro Simon**	Amazonas PSDB – Arthur Virgílio* PDT – Jefferson Péres* BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)
Rio de Janeiro BLOCO-PRB – Marcelo Crivella* PMDB – Paulo Duque* (S) BLOCO-PP – Francisco Dornelles **	Ceará BLOCO-PSB – Patrícia Saboya* PSDB – Tasso Jereissati* BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**	Paraná BLOCO-PT – Flávio Arns* PDT – Osmar Dias * PSDB – Alvaro Dias **
Maranhão DEM – Edison Lobão* PMDB – Roseana Sarney * BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **	Paraíba DEM – Efraim Morais* PMDB – José Maranhão* PSDB – Cícero Lucena **	Acre PMDB – Geraldo Mesquita Júnior* BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S) BLOCO-PT – Tião Viana**
Pará PSOL – José Nery* (S) PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S) PSDB – Mário Couto**	Espírito Santo PMDB – Gerson Camata* BLOCO-PR – Magno Malta* BLOCO-PSB – Renato Casagrande**	Mato Grosso do Sul BLOCO-PT – Delcídio Amaral * PMDB – Valter Pereira* ^(S) PSDB – Marisa Serrano**
Pernambuco DEM – Marco Maciel* PSDB – Sérgio Guerra* PMDB – Jarbas Vasconcelos**	Piauí DEM – Heráclito Fortes* PMDB – Mão Santa * BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**	Distrito Federal PDT – Cristovam Buarque * DEM – Adelmir Santana * ^(S) PTB – Gim Argello** ^(S)
São Paulo BLOCO-PT – Aloizio Mercadante* DEM – Romeu Tuma* BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**	Rio Grande do Norte PMDB – Garibaldi Alves Filho * DEM – José Agripino* DEM – Rosalba Ciarlini**	Tocantins BLOCO-PR – João Ribeiro * PMDB – Leomar Quintanilha* DEM – Kátia Abreu**
Minas Gerais PSDB – Eduardo Azeredo* PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S) DEM – Eliseu Resende**	Santa Catarina BLOCO-PT – Ideli Salvatti* PMDB – Neuto De Conto * ^(S) DEM – Raimundo Colombo **	Amapá PMDB – Gilvam Borges* PSDB – Papaléo Paes* PMDB – José Sarney **
Goiás DEM – Demóstenes Torres * PSDB – Lúcia Vânia* PSDB – Marconi Perillo**	Alagoas PMDB – Renan Calheiros* PSDB – João Tenório* ^(S) BLOCO-PTB – Fernando Collor**	Rondônia BLOCO-PT – Fátima Cleide* PMDB – Valdir Raupp* BLOCO-PR – Expedito Júnior**
Mato Grosso DEM – Jonas Pinheiro * BLOCO-PT – Serys Slhessarenko* DEM – Jayme Campos **	Sergipe PMDB – Almeida Lima* BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares* DEM – Maria do Carmo Alves **	Roraima BLOCO-PT – Augusto Botelho* PMDB – Romero Jucá* BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: somcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmiir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shlessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> (*) Vago
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), ocorrido em 20-7-2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS